

UFRRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR/ INSTITUTO TRÊS RIOS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

COMO UM CHEIRO DE ALECRIM

Notas sobre memória, identidade e gênero nas trajetórias de imigrantes portugueses no Rio de Janeiro

MARIA MANUELA MARTINS PINTO

2020



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR/ INSTITUTO TRÊS RIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

COMO UM CHEIRO DE ALECRIM

Notas sobre memória, identidade e gênero nas trajetórias de dez imigrantes portugueses no Rio de Janeiro

MARIA MANUELA MARTINS PINTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFRRJ como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Marta Regina Cioccarri

SEROPÉDICA, RJ

Março de 2020

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Biblioteca Central/
Seção de Processamento técnico

Ficha Catalográfica elaborada
Com os dados fornecidos pelo (a) autor (a)

Pinto, Maria Manuela Martins, 1959-

P659c Como um cheiro de alecrim: Notas sobre memória, identidade
e gênero nas trajetórias de imigrantes portugueses no Rio de
Janeiro / Maria Manuela MartinsPinto. - Seropédica, 2020.

108 f.: il.

Orientadora: Marta Regina Cioccarì.

Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, 2020.

1. imigração. 2. trajetórias. 3. gênero. 4. trabalho. I. Cioccarì,
Marta Regina, 1966-, orient. II Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais
III. Título.

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E A DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MARIA MANUELA MARTINS PINTO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Ciências Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 16/06/2020

Profa. Dra. Marta Regina Cioccarì – PPGCS/UFRRJ (Orientadora)

Prof. Dr. Antônio de Salvo Carriço – PPGAS/MN/UFRRJ

Profa. Dra. Miriam de Oliveira Santos – PPGCS/UFRRJ



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E
CONTRATOS

FOLHA DE ASSINATURAS

Emitido em 2023

TERMO Nº 628/2023 - PPGCS (12.28.01.00.00.91)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 02/06/2023 16:42)

MARTA REGINA CIOCCARI

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
CoordCGCS (12.28.01.00.00.70)

Matrícula: ###513#6

(Assinado digitalmente em 01/06/2023 20:10)

MIRIAM DE OLIVEIRA SANTOS

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptES (12.28.01.00.00.86)

Matrícula: ###776#2

(Assinado digitalmente em 06/06/2023 09:06

)

ANTONIO DE SALVO CARRIÇO

ASSINANTE EXTERNO

CPF: ###.###.767.###

Visualize o documento original em
<https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu
número: **628**, ano: **2023**, tipo:

TERMO, data de emissão: **01/06/2023** e o código de
verificação: **56b90da36d**

DEDICATÓRIA

Ao meu filho, André Martins Pinto Ferreira Alves, que me inspira todos os dias a avançar nos meus mais “loucos” projetos e compartilhou comigo todas as angústias e alegrias nos últimos 23 anos da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Aos meus ascendentes, corajosos em suas decisões de ficar ou de partir, por me fazerem existir e me inspirarem a “navegar” sempre, mesmo com o mar revolto.

À minha orientadora Marta Cioccarri por ter me acolhido e seguir comigo nessa jornada de transformação e conhecimento.

Às amigas e aos amigos, especialmente, Jaqueline Gomes, Nathan Felipe de Assis Rúbio, Milena Geisa e Isabel Cristina Ribeiro, esta última responsável direta por eu ter feito a seleção para o mestrado e assim viver um dos dois anos mais legais da minha vida

A minha prima Janete de Oliveira, pelo afeto profundo que nos une, parceria e acolhimento em todos os momentos da vida

A todos os meus interlocutores, que confiaram em mim e compartilharam comigo suas memórias.

À professora Miriam de Oliveira Santos que, ao saber da minha pesquisa, me recebeu generosamente, disponibilizando todas as ferramentas a sua disposição para auxiliar na minha pesquisa.

À professora Moema de Castro Guedes, pelo incentivo e afeto.

Aos demais professores da banca, pela admiração.

A todos os meus colegas do Mestrado, pela convivência, compartilhamento e alegrias nesses dois anos.

A todos os professores do PPGCS, pelo conhecimento que me permitiram acessar.

A todos os funcionários do PPGCS.

O Presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

*Temos, todos que vivemos,
Uma vida que é vivida
E outra vida que é pensada,
E a única vida que temos
É essa que é dividida
Entre a verdadeira e a errada.*

Fernando Pessoa

RESUMO

COMO UM CHEIRO DE ALECRIM

Notas sobre memória, identidade e gênero nas trajetórias de imigrantes portugueses no Rio de Janeiro.

Esta pesquisa se deu a partir de relatos de vida. Foram realizadas entrevistas com dez imigrantes portugueses que se estabeleceram em cidades do Estado do Rio de Janeiro, na faixa etária entre 75 e 92 anos, sendo cinco mulheres e cinco homens, em diferentes estágios da vida, origem socioeconômica, estado civil e classe social. O objetivo principal foi investigar, a partir das trajetórias de vida de cada interlocutor, as razões da imigração, a condução da vida no local de partida e no de acolhida (Brasil), relações de trabalho, socialização, pertencimento e o caráter provisório/definitivo da imigração. Por meio da apresentação dos relatos, abordo imigração, gênero e classe como marcadores da diferença. No grupo analisado, essa negociação entre mulheres e homens é marcada por tensões na medida em que, nas relações, estão em jogo visões sedimentadas acerca dos papéis e das representações em torno do feminino e do masculino. A divisão entre dois grupos – mulheres e homens – mostrou distintas percepções, principalmente sobre os motivos da imigração e sobre o lugar ocupado no local de acolhida. Nesse contexto, o “gênero” foi acionado como elemento essencial para a formulação sobre o que significa ser português/portuguesa vivendo no Brasil.

Palavras-chave: Imigração, trajetórias, gênero, trabalho.

ABSTRACT

LIKE A SMELL OF ALECRIM

Notes on memory, identity and gender in the trajectories of portuguese immigrants in Rio de Janeiro

This research was carried out based on life reports. Interviews were conducted with ten Portuguese immigrants who settled in cities in the state of Rio de Janeiro, aged between 75 and 92 years old, five women and five men, at different stages of life, socioeconomic background, marital status and social class. The main objective was to investigate, from the life trajectories of each interlocutor, the reasons for immigration, the conduct of life in the place of departure and in the place of reception (Brazil), work relations, socialization, belonging and the provisional / definitive character immigration. Through the presentation of the reports, I approach immigration, gender and class as markers of the difference. In the analyzed group, this negotiation between women and men is marked by tensions insofar as this group needs to negotiate established views about the roles and representations around the female and male. The division between two groups - women and men - showed different perceptions, mainly about the reasons for immigration and about the place occupied in the place of reception. In this context, “gender” was used as an essential element in formulating what it means to be Portuguese / Portuguese living in Brazil.

Keywords: Immigration, trajectories, gender, work

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 - Reprodução de uma carta de chamada de 1926

Figura 2 – Reprodução de uma carta de chamada manuscrita de para reunião familiar de 1912

Figura 3 – Cartão de Imigração de minha mãe

Figura 4 – Cartão de Imigração do meu pai

Figura 5 – Fotografia do casamento dos meus pais

Figura 6 – Minha foto no passaporte de quando imigrei para o Brasil

Figura 7 – Cartão de Imigração da entrevistada Julieta

Figura 8 – Cartão de Imigração do entrevistado Américo

Figura 9 – Cartão de Imigração do entrevistado Carlos

Figura 10 – Fotografia feita pela pesquisadora do entrevistado Carlos e sua esposa no local de trabalho

Sumário

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I - Retalhos de História e a construção da memória	18
1.1. Portugal: um olhar para o ontem.....	19
1.2. Guerras no caminho	22
1.3. Política brasileira para a imigração.....	27
1.4. As Cartas de Chamada.....	29
1.5. O que a lei diz: privilégios e restrições.....	32
1.6. Estado-nação, nacionalismo, cidadania: construções	35
1.7. Aproximações teóricas: ferramentas analíticas.....	39
CAPÍTULO II - Construções narrativas de mulheres imigrantes portuguesas	45
2.1 Um encontro com minhas memórias	48
2.2 Quem são elas e como nos encontramos	55
2.3 Tornando-se emigrante	57
2.3 O trabalho no Brasil: espaço privado e espaço público	65
2.4 Casamento, traição, dança, violência doméstica.....	68
2.5 Portugal, filhos, Brasil	73
2.6 Me encontrando com as falas delas	75
CAPÍTULO III – Construções narrativas de homens imigrantes portuguesas.....	77
3.1 Quem são eles e como nos encontramos	79
3.2. Saída, chegada, encontros.....	83
3.3. Trabalho, casamento e o lugar atribuído por eles às esposas.....	90
3.4 – Política, tiros e sorte.....	95
3.5. Os descendentes e o gênero: um olhar para o meu grupo.....	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106
OUTRAS REFERÊNCIAS	109
DOCUMENTÁRIO.....	110

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa iniciou-se na tentativa de buscar em alguns elementos da imigração portuguesa uma motivação e/ou um engajamento político desse segmento social tanto no lugar de partida quanto no Brasil, como referencial de pertencimento. Assim, nasceu esta dissertação que trata de trajetórias, memórias e construções da identidade de dez imigrantes portugueses, numa perspectiva antropológica.

A minha própria história de participação política no Brasil já tinha me levado a desenvolver uma dissertação no mestrado em Direito, levado a cabo em 2003, na extinta Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro, onde trabalhei com os elementos da nacionalidade na composição dos espectros da cidadania, movida pela euforia que tomava conta no campo dos estudos sociais-jurídicos-políticos com a possibilidade de uma Constituição Europeia que colocasse sob o seu chapéu os países europeus vivendo pacificamente regidos por normas comuns. Agora, nas ciências sociais, tive a oportunidade de observar a questão da participação política direta como elemento do pertencimento para o imigrante de maneira próxima, realizando uma pesquisa de campo.

O avançar da pesquisa me retirou desse lugar. A política foi assunto incipiente no meu grupo pesquisado, grupo esse que mantém significativas semelhanças de trajetória com minha família, também composta de imigrantes portugueses.

Ao desenvolver a pesquisa com imigrantes homens e imigrantes mulheres me defrontei com um conjunto de questões teóricas há muito estudadas. A própria indicação do grupo analisado já me fornecia algumas das variáveis de categorias que deveriam ser abordadas. Trata-se de imigrantes e imigração já é uma categoria importante. Esses imigrantes tinham passado a viver no Brasil construindo suas memórias, em grande medida a partir de intersecção com as lembranças do passado, de interesses das relações já estabelecidas e projetos.

Com isso, quero apontar que, em grande medida, as linhas de pesquisa e metodologia foram delineadas no campo. O campo me apresentou o gênero e a classe também como marcadores sociais da diferença significativos, o que me exigiu reflexões acerca de conceitos-chave que se apresentavam ou eram reforçados ao longo das interações.

Nas entrevistas realizadas de maneira semiestruturada, porém sem se ater a um padrão muito rígido, sendo dada aos narradores a liberdade de falarem quando já eu

tinha alcançado alguns objetivos durante a interação, pude colher alguns elementos peculiares das vidas dos interlocutores que foram me levando a outras singularidades.

A esse respeito, cabe dizer que isso teve um propósito que vai além do fato de me interessar por suas trajetórias. Na medida em que eles usavam suas memórias para me contar aspectos singulares de suas vidas acabavam falando de aspectos sociais e de pertencimentos coletivos.

Isso é um ponto fundamental. Embora a memória enquanto categoria de pesquisa pareça ser uma experiência (fenômeno) individual, uma intimidade da pessoa, para Pollak (1992), a memória “deve ser entendida também como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, e mudanças constantes” (POLLAK, 1992, p. 201). Desta maneira, no presente trabalho a memória foi compreendida como um elemento norteador das construções sociais, sejam elas históricas ou conhecidas na história oral. Nesta pesquisa, procuro explorar as trajetórias de dez imigrantes portugueses a fim de identificar se as memórias afloradas nas entrevistas narram as suas experiências de pertencimento/não pertencimento.

O recorte adotado em minha pesquisa se detém na imigração portuguesa para o Brasil no século XX, que teve fluxos diversos. Mais especificamente, minha abordagem está centrada nos fluxos que ocorreram nos anos 1950/1960, já que parto da minha própria imigração e na de parentes próximos, advindos de zonas rurais de Portugal.

Desenvolvi este trabalho numa articulação com outros enfoques disciplinares em razão da minha formação acadêmica em Direito, num esforço de compreensão mais amplo, para discutir aspectos de dinâmicas migratórias e as diferenças entre a imigração feminina e a masculina.

Como já foi dito, eu mesma sou uma imigrante. Nessa condição, que me coloca na posição de pesquisadora implicada, desenvolvo uma investigação antropológica, buscando contribuir de alguma maneira para os estudos migratórios, fenômeno social que atravessa a história da humanidade.

A ambiguidade entre o pertencer e o não pertencer à sociedade brasileira foi despertando o desejo de saber se esses sentimentos eram compartilhados por outros em outras esferas do convívio social. A ideia foi buscar em entrevistas com portugueses imigrantes dados para perceber como construíram suas relações e sua vida cotidiana com outros imigrantes e não imigrantes no Brasil.

Na obra *A Imigração: ou os paradoxos da alteridade*, Sayad (1998) afirma que, ao analisar a questão migratória, devem ser levadas em consideração tanto as razões da emigração como a recepção no país de destino, como imigrantes. Não se dissocia uma coisa da outra. Este foi também o norte que orientou a construção do meu próprio texto. Este relato inicial é para introduzir a pergunta que foi tema central do meu campo: o sentido de pertencimento do imigrante português diante da vivência da emigração/imigração que ficou implícita nas narrativas aqui transcritas nos Capítulos II e III. Limitei meu campo a um conjunto de dez imigrantes portugueses, cinco mulheres e cinco homens, que vivem em bairros da cidade do Rio de Janeiro e em outras cidades no entorno. As entrevistas foram realizadas individualmente entre os meses de maio e outubro de 2019, com duração entre uma e duas horas cada.

No exame da temática, considerando a natureza do meu estudo e o tema escolhido, dividi o trabalho em duas partes. Na primeira, abordo o aporte teórico sobre memória e alguns aspectos históricos e legais sempre relacionados a dados colhidos nas entrevistas.

Na segunda parte apresento os entrevistados, suas narrativas sobre o ser emigrante/imigrante, continuidades e rupturas, em dois capítulos distintos, mas interligados, onde aponto as características observadas na imigração feminina e na imigração masculina. Busquei nas entrevistas com esses portugueses trazer dados do local de partida e destino dos entrevistados, assim como informações sobre como era a vida deles no local de origem e como esta se desenvolve no Brasil.

No primeiro capítulo, com base na literatura e em documentos disponíveis, trago os aportes teóricos que vão servir de suporte para analisar as entrevistas, bem como ofereço um panorama histórico, social e jurídico de Portugal e do Brasil nos períodos abordados pelo meu grupo, assinalando fatos históricos marcantes e suas consequências e fazendo uma análise descritiva desses fatos e de suas representações.

O segundo capítulo privilegia a narrativa de cinco mulheres imigrantes portuguesas. Com base nessas narrativas e nos estudos de gênero e imigração, desenvolvo uma reflexão sobre as particularidades de suas trajetórias.

As narrativas masculinas compõem a base do terceiro capítulo. Nele analiso as causas do deslocamento, as redes de apoio, as trajetórias econômicas e laborais e o protagonismo conferido aos homens na opção migratória.

A questão da memória é central na construção deste trabalho. Considero a memória como um fenômeno social submetido a flutuações e mudanças onde o sujeito

constrói um sentido de continuidade e coerência no tempo, possibilitando que ele crie uma representação de si mesmo. As distintas trajetórias, tempos, história nos levam a perceber a construção do sentido de pertencimento.

A imigração portuguesa para o Brasil é um fenômeno antigo e há séculos está sujeita a fluxos maiores ou menores. Essa inserção do português no Brasil se dá por força da especificidade histórica que liga esses dois países.

Considerando esse contexto do deslocamento, como exposto anteriormente, nesta dissertação foram entrevistados dez imigrantes, sendo cinco mulheres e cinco homens, como idades entre 75 e 92 anos. As justificativas para a vinda ao Brasil envolvem variadas razões, todas elas já mapeadas em trabalhos sobre migração internacional. Nesse contexto será mostrado como as diversas formas de deslocamento culminarão em distintas percepções e processos de construção de memória e vínculos com o país de partida e o de acolhida.

Ao longo dos capítulos, também será debatido o modo como as diferentes experiências vivenciadas tanto em Portugal quanto no Brasil caracterizam, de modo particular, de que Portugal eles falam – ou seja, que sentidos e sentimentos esse país suscita para eles. Entendo que as experiências dos que imigraram são singularidades fundamentais na construção dessas memórias.

A minha socialização me assenta no espaço entre os que nascem lá, mas imigram ao Brasil ainda na primeira infância. Isso também me coloca num lugar similar aos que foram criados numa família portuguesa, onde todo o meu ambiente de parentesco era português, as influências externas eram também muito determinantes, então impossível dizer que eu era somente “portuguesa” na minha construção identitária. Eu fui criada aqui no Brasil, com as referências daqui, num ambiente escolar no qual somente eu era portuguesa nos primeiros cinco anos da minha formação, o que me permitiu perceber muitas coisas com forte influência brasileira.

O título do meu trabalho tem a razão de ser nas minhas memórias afetivas e de conforto onde o cheiro de alecrim estava sempre presente, perfumando a casa e as roupas dos meus avós, espaço onde eu passei a maior parte da minha infância e adolescência. Descobri que esse recurso – colocar ramos de alecrim espalhados pela casa e nos armários de roupas – era utilizado pelos portugueses pobres para perfumarem suas casas. A palavra “alecrim” é derivada de *rosmarinus* do latim, cujo significado é “orvalho do mar”. Portanto, o título do trabalho busca, em alguma medida, condensar a memória afetiva desses portugueses por mim entrevistados, todos com relatos de uma

vida de pobreza em Portugal e que remete a toda essa memória romantizada do cheiro de alecrim.

Embora o conteúdo e a experiência de cada um sejam próprios, acredito que o fato de ser portuguesa, ter sido criada aqui, ter vindo de Portugal ainda criança, ter vivido num ambiente familiar português e ter me apresentado com tal identidade para os meus interlocutores, bem como também ocupar uma posição ambígua, me conferiu vantagens na condução da pesquisa.

A imigração dos meus pais é um exemplo clássico de como se deu a imigração aqui no Brasil no período estudado. Provenientes de aldeias no interior de Portugal, em zona rural, eram jovens pobres que imigraram com vistas a melhorar sua condição socioeconômica familiar. Vieram e se fixaram no Rio de Janeiro, em uma cidade da Baixada Fluminense, inicialmente fazendo vários serviços a título de sobrevivência até conseguirem se estabelecer como comerciantes.

Ao ingressar no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, na UFRRJ, eu tinha o interesse de estudar como os portugueses se sentiam com relação à participação política partindo da minha própria experiência nesse campo, entendendo que a não possibilidade de participação política direta era percebida como um pertencimento precário. Como já dito, em grande medida a escolha do tema está ligado à minha própria trajetória, na qual o engajamento político começou a despontar desde cedo. Essas especificidades são relatadas no início do capítulo II.

A minha inserção no campo não foi difícil. O complicador foi a faixa etária a que pertenceriam imigrantes no recorte de entrada no Brasil que eu tinha estabelecido, principalmente imigrantes homens. Isso acabou demandando um período maior de pesquisa, já que eu tinha muito mais contato com imigrantes mulheres do que com imigrantes homens. E, em virtude dos relatos delas e ancorada nos meus estudos sobre gênero, esse recorte acabou se instalando na minha observação no campo.

Mas a rede de apoio também funcionou para mim e eu consegui criar um equilíbrio quantitativo entre imigrantes mulheres e imigrantes homens. Em sua maior parte, as entrevistas ocorreram na casa dos entrevistados, em horários previamente combinados com eles. Agendadas as entrevistas, em nenhuma ocasião houve contratempo e essas entrevistas foram realizadas sem a presença de outras pessoas no entorno.

Meu objetivo em campo era analisar como esses imigrantes se percebiam e se articulavam. Ao me revelar imigrante, em alguma medida, despertava nos meus

entrevistados o sentimento de que eu compartilhava valores e experiência que são próprios deles. Isso marcou uma abertura para que revelassem suas interações mais cotidianas.

O trabalho que se apresenta é o resultado desse contexto e uma forma de olhar e de interpretar as memórias de meus interlocutores.

Os caminhos da pesquisa

A proposta de pesquisa teve por premissa o indivíduo e sua circulação pelo mundo e como ele desenvolve o sentimento de pertencimento/não pertencimento, considerando as pontes que se constroem. Esse indivíduo que, pelas mais distintas razões, se transforma em emigrante/imigrante nos provoca estranhamento e busca de entendimento. Para tal, se faz necessário um estudo aprofundado que considere esse indivíduo com suas crenças, orientações, valores, desejos, interpretações, comportamentos. Os imigrantes constroem significados simbólicos e modos de comportamento a partir de representações que lhe são próprias no país de acolhida. Essa afirmação nos remete ao conceito de *habitus* de Bourdieu (1983).

Ao analisar a questão da emigração/imigração e a participação desses sujeitos na esfera política no país de acolhida, realizei um estudo antropológico com características etnográficas.

Uma das características que marca a etnografia é, sem dúvida, a presença prolongada do pesquisador no campo de estudo. Uma presença que é a mudança fundamental que Malinowski introduziu no modo de conceber e praticar a pesquisa antropológica, e sobre a qual repousa a magia que transformou o trabalho de campo. Aí reside a própria concepção do papel do pesquisador, que vai mudar agora seu papel de perguntador pelo de participante na “vida” do que investiga. Essa interação pode se tornar tão densa que pode levar a “perturbações”, que devem ser apropriadas pelo pesquisador como parte da produção antropológica, como nos mostra Marta Cioccarri em suas reflexões:

(...) reflito sobre as “perturbações” mútuas causadas pela presença do pesquisador no campo, considerando-as, como sugere Devereux (1980), não como ruídos indesejáveis, mas como parte importante e rica de uma interação recíproca, capaz de fornecer preciosos *insights*, que não poderiam ser obtidos de outra maneira. Essa análise inspira-se nas formulações de Devereux sobre a forma como a angústia experimentada pelo pesquisador diante de determinados dados – a chamada contratransferência – pode ser convertida em conhecimento. (CIOCCARI, 2009, p.218-219).

Não há dúvida de que o acesso à informação e a diferentes cenários é um dos maiores problemas de qualquer pesquisador. No entanto, eu, como imigrante portuguesa, transitando entre espaços de socialização portugueses e brasileiros, estive em constante interação/tensão com essa dupla socialização e essa interação/tensão que também constrói o campo andava todo o tempo comigo.

Entre as principais técnicas utilizadas em Antropologia Social foram importantes no meu percurso o estudo etnográfico, a observação participante, as entrevistas individuais e de grupo, o método biográfico e de construção de histórias de vida, estudo de redes (familiares, profissionais, políticas, etc.) e a análise de documentos (incluindo a análise de discurso).

O fazer etnográfico, “ferramenta assinatura” da Antropologia, ainda está em construção em mim. Reconheço minhas limitações em lidar com as exigências da etnografia.

Giumbelli (2001), em um diálogo com a introdução de Malinowski de *Argonautas do Pacífico Ocidental*, ao reconhecer a centralidade do método etnográfico na Antropologia desenvolvido no estudo empreendido no Arquipélago de Trobriand, argumenta que “o fato de que o trabalho de campo apareça frequentemente como essencial à antropologia não significa que haja muita clareza a seu respeito”. (GIUMBELLI, 2001, p.93).

E conclui:

Conceber a antropologia como uma perspectiva, portanto, supõe dois movimentos simultâneos. De um lado, negamos que se possa definir a disciplina seja pelo estudo de sociedades “primitivas”, “tradicionais”, “simples” etc., seja apenas por meio das aproximações metodológicas consagradas na noção de “trabalho de campo”. De outro, afirmamos ser imprescindível que se estabeleça um diálogo entre o que produzimos hoje sobre uma infinidade de objetos e mediante uma variedade de técnicas e o que a antropologia elaborou quando estava restrita aos “primitivos” e ao “trabalho de campo” (GIUMBELLI, 2001, p.104).

As técnicas de pesquisa, em vez de ser o terreno da diferença entre antropologia e sociologia, por exemplo, é um lugar de coincidência, onde procedimentos diversos podem ser seguidos em todos os estágios do trabalho a ser desenvolvido, demonstrando a possibilidade de um exercício interdisciplinar.

CAPÍTULO I - Retalhos de História e a construção da memória

Como Sócrates, o imigrante é *atopos*, sem lugar, deslocado, inclassificável. Aproximação essa que não está aqui para enobrecer, pela virtude da referência. Nem cidadão nem estrangeiro, nem totalmente do lado do Mesmo, nem totalmente do lado do Outro, o "imigrante" situa-se nesse lugar "bastardo" de que Platão também fala, a fronteira entre o ser e o não-ser social. Deslocado, no sentido de incongruente de inoportuno, ele suscita o embaraço; e a dificuldade que se experimenta em pensá-lo - até na ciência, que muitas vezes adota, sem sabê-lo, os pressupostos ou as omissões da visão oficial - apenas reproduz o embaraço que sua inexistência incômoda cria. Incômodo em todo lugar, e doravante tanto em sua sociedade de origem quanto em sua sociedade receptora, ele obriga a repensar completamente a questão dos fundamentos legítimos da cidadania e da relação entre o Estado e a Nação ou a nacionalidade. (BOURDIEU, 1998, p. 11).

O Portugal que hoje recebe brasileiros em profusão e, de acordo com os dados divulgados em 2018 no Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo, elaborado pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Portugal, acolhe atualmente mais de 100.000 brasileiros nem de longe se parece com aquele país perdido nas memórias dos que emigraram na primeira metade e parte da segunda metade do século XX.

Nos livros de História tanto daqui quanto de lá se aprende que Portugal foi colonizador do Brasil. Desde que os portugueses aportaram em terras brasileiras, milhares atravessaram o Atlântico para aqui se instalarem pelas mais diversas razões. A própria condição de Portugal como país colonizador já importa entender a massiva presença de integrantes do povo português nestas terras. Tanto a colonização quanto a emigração, fenômenos carregados de alta densidade histórica (PEREIRA, 2002), mesmo vivenciados em temporalidades distintas, atravessam e marcam de forma indelével esses dois países, separados por profundas águas salgadas.

Reconheço a relevância do estudo da colonização, porém, para a viabilidade de desenvolvimento da pesquisa, fixo-me nos fluxos emigratórios que se deram nos finais do século XIX e início do século XX, considerando a historicidade que envolve os antecedentes que levaram a minha e tantas outras famílias a cruzarem o mar e se instalarem no Brasil.

Dentro desse recorte, há o entendimento de que a emigração portuguesa que atravessa o final do século XIX e avança pelo século XX pode ser percebida como uma continuidade histórica, ou seja, não houve ruptura com a independência da metrópole. É por esse viés que Maria José Ferraria aborda o tema:

A emigração portuguesa para o Brasil, no século XIX, só pode ser entendida como a continuação de um processo multissecular iniciado no século XVI e que, ao longo do tempo, com altos e baixos, se prolongou até praticamente aos nossos dias. Quer sob a forma de colonização/emigração durante o Império Português (1500-1822), quer sob a forma de emigração propriamente dita a partir da independência do Brasil (1822), exigindo sempre, de 1709 em diante, a emissão de um passaporte para quem pretendesse ausentar-se de Portugal para aquele território, esta longa emigração iludiu as leis da proibição ou restrição de cá e de lá, e ignorou as mudanças dos regimes políticos que ocorreram em cada um dos países nos últimos dois séculos, uma corrente contínua que uma vez se submerge tão profundamente que parece não existir e outras vezes irrompe com uma pujança que tudo avassala e contra a qual não há nada a fazer. (FERRARIA, 2009, p.12).

Muitos estudiosos se debruçaram sobre pilhas de documentos para construir a história da colonização portuguesa do Brasil e como isso interferiu no caminhar de ambos os países no tempo. Não é objeto deste trabalho fazer uma compilação historiográfica sobre o tema, mas apenas situar alguns fatos que foram condutores para a emigração de meus avós maternos, tios, meus pais, eu e minha irmã, bem como de outras famílias ouvidas.

1.1. Portugal: um olhar para o ontem

No final do século XIX, já tendo se tornado o Brasil independente de Portugal, uma série de fatores propicia a vinda de portugueses para o Brasil. Desses fatores três se apresentam como mais relevantes, interligados, de certa maneira, com a legislação de ambos os países: uma crise das vinícolas no norte de Portugal, a abolição da escravatura no Brasil e a nova política republicana de 1889 (LOBO, 2001). O fim da escravidão oficial no Brasil tornou atrativo vir trabalhar aqui, já que os salários pagos nos grandes centros brasileiros eram elevados comparativamente com os praticados em Portugal e, por fim, a proclamação da República no Brasil.

Além de o Brasil oferecer as vantagens da mesma língua e religião, os salários eram mais altos no Rio de Janeiro do que em São Paulo (os dois mercados mais dinâmicos do Brasil) e do que em Portugal. A dificuldade de acesso à terra, a limitada oportunidade de trabalho urbano, em virtude do lento processo de instalação do capitalismo, a precária condição de vida e de saúde pública, o risco do serviço militar no país natal e os atrativos já mencionados no Brasil, faziam o emigrante arrostar a exploração nos preços das passagens, os riscos da travessia do oceano em condições de falta de higiene, espaço e alimentação adequados, os abusos dos agentes e companhias de engajamento nos preços do transporte e nos contratos de trabalho, a

dificuldade no controle do cumprimento das leis e contratos no Brasil, pelos cônsules portugueses. No caso da migração clandestina, os riscos e abusos ainda eram maiores (LOBO, 2001, p. 19).

A imigração para o Brasil não vinha sem muitos temores. Apesar de o atendimento à saúde ser melhor que em Portugal, o Brasil enfrentava epidemias de doenças tropicais desconhecidas para os povos do além-mar cujos temores eram alimentados por leituras regulares nas igrejas dos nomes dos que emigraram mortos na colônia buscando desestimular a emigração. Ouvi muito dos meus avós, Joaquim e Izilda, como os padres contavam histórias de doenças horríveis que causavam mortes extremamente dolorosas dizimando os portugueses no Brasil.

No início do século XIX a imigração era alimentada basicamente por homens solteiros e, se casados, não era incomum emigrarem desacompanhados, saídos, sobretudo, de áreas rurais do Norte, de regiões como Braga, Porto e Viseu, rumo ao eixo São Paulo-Rio de Janeiro. A prevalência masculina entre os emigrantes foi total no século XVIII. Esse cenário começa mudar a partir da segunda metade século XIX. A partir daí a presença feminina quanto à sua proporção cresce atingindo, em 1950, 31%. O aumento da presença feminina nos dados emigratórios se deu pela em razão de uma crescente emigração familiar (SOUZA E FERRARIA, 2009, p. 13-32).

Se durante a colonização portuguesa pessoas de vários estratos sociais vinham para o Brasil, inclusive muitos abastados, o mesmo não se dava na primeira metade do século XX. O perfil dos imigrantes se dividia entre trabalhadores da lavoura – agricultores e operários agrícolas, comércio e serviços diversos (costura, barbearias, etc.). A maioria era gente muito simples do povo “constituído por indivíduos populares de condição humilde, paupérrimos e incultos – analfabetos na sua maioria”, como assinala Maria Izilda Santos de Matos:

Quanto à política portuguesa de emigração, em seu processo pode ser considerada ambígua: ora repressiva (especificamente em relação aos jovens, mulheres sós e saídas clandestinas), ora permissiva. A emigração sofria a oposição dos grandes proprietários rurais, para os quais significava a evasão de braços. Estes pressionavam o governo para conter as saídas, mas o governo via na emigração uma possibilidade de limitar as tensões no campo, além de sustentar as remessas, que adquiriram importância nas finanças portuguesas, estimulando investimentos e sendo decisivas na balança de pagamentos. (MATOS, 2012, p. 113-136).

Para o recrutamento de imigrantes portugueses, foi organizada toda uma rede regular de propaganda, divulgação de informações (notícias na imprensa, panfletos,

cartas), agenciamento e transporte, com a participação de companhias e engajadores. Alguns recebiam subsídios do governo brasileiro, federal ou estadual, ou trabalhavam para eles. Constituiu-se uma cadeia que tinha como elos moradores das aldeias e freguesias, religiosos, autoridades e empresários.

Cruzar o Atlântico tinha alto custo tanto de documentação como de transporte, o que seria indicativo de que os imigrantes eram portugueses com algum capital ou crédito, e não os mais miseráveis e desprotegidos. As “cartas de chamada”, correspondências em que os imigrantes garantiam auxílio para parentes e amigos se juntarem a eles, eram o mecanismo mais utilizado para que outros emigrassem.

As mudanças na política em Portugal e, em especial, o fim da democracia tendo como principal liderança primeiro-ministro Antônio Salazar (1932-1968)¹ não significaram melhora de vida para a população do campo. Ao contrário, houve redução na renda dos que arando, plantando e colhendo tiravam seu sustento. Suas jornadas, além de exaustivas, eram repletas de desafios em razão do pouco acesso aos insumos e devido às variações climáticas. Nesse período, a evasão rural foi alta e incluiu muitos dos meus familiares e conhecidos das cercanias. Foi no início desse período (1937), que Augusto Martins Cardozo, irmão de minha avó materna, Izilda, veio pra o Brasil e, na sequência, trouxe os familiares que estavam em Portugal.

1.2. Guerras no caminho

Duas grandes guerras mundiais aconteceram no século XX que marcaram de maneira definitiva a trajetória de várias nações. As tragédias pessoais motivadas por esses conflitos armamentistas eram tratadas na minha família como “assunto de almoço de domingo”. Meu avô materno, nascido em 1891, viveu sua adolescência durante o

¹ Antônio Oliveira Salazar foi dirigente máximo de um regime que vigorou em Portugal durante mais de 40 anos. Em 5 de Julho de 1932 assumiu as funções de presidente do Conselho de um governo da ditadura militar, lugar que só abandonará a 25 de setembro de 1968, por motivos de saúde e decisão do presidente da República.

período da I Guerra Mundial e, já na fase adulta, casado e pai de onze filhos, toda a II Guerra Mundial. O drama das Grandes Guerras do século XX estava impregnado na memória dos meus familiares mais próximos e com quem eu dividia o cotidiano. Essas memórias partilhadas principalmente pelo meu avô, Joaquim, com quem as quisessem ouvir, falavam das suas dores, das do povo da região onde viviam e traziam algumas das poucas informações de fora que lhe chegavam.

O final do século XIX foi caracterizado pela corrida armamentista. Nesse período, várias nações instituíram o serviço militar obrigatório e os exércitos passaram a ter maior influência na vida política. Esse processo deveu-se ao desenvolvimento do capitalismo monopolista e do neocolonialismo, que caracterizam o imperialismo. As grandes potências industriais adotaram a política expansionista para garantir o controle sobre os mercados afro-asiáticos, a partir da concepção de que o desenvolvimento industrial de cada nação somente seria possível na medida em que houvesse o controle sobre grandes mercados. Essa mentalidade imperialista foi responsável não só pelo militarismo como também por maior exaltação nacionalista. O revanchismo francês desenvolveu-se após a humilhação de 1871, quando da proclamação do II Reich Alemão no Palácio de Versalhes.

Quando eclodiu a Primeira Guerra Mundial, poucos anos tinham se passado desde a implantação da República em Portugal. A transição da forma de governo foi originada em um processo que atravessou o final do século XIX “e, em especial, aos seus últimos anos; período de condensação de um contexto de crise multifacetada em que se inscreveu o colapso do regime monárquico” (PIRES, 2017, p. 334). Muito cedo as forças que originaram a implantação da República entraram em disputas internas sobre várias questões de estado e de governo, mas a passagem da monarquia à república não alterou a política ultramarina.

A Primeira Guerra Mundial foi, basicamente, uma disputa imperialista por mercados consumidores e fontes de matéria-prima. Além desse aspecto geral, o conflito de 1914-1918 teve motivações específicas para determinados contendores. O mapa da Europa foi remodelado, o poder de várias dinastias desapareceu e surgiram vários novos países. Portugal não passou incólume.

Dentro das fronteiras portuguesas os desentendimentos políticos sucediam-se, ao passo que a situação econômica, financeira e social se degradava, apesar de insistentes pedidos a Lisboa para que Portugal se abstivesse de qualquer declaração beligerante. Os argumentos defendidos pelos adeptos da intervenção militar na Europa

se sustentavam nos deveres da aliança com os ingleses, na defesa do patrimônio ultramarino, na garantia de participação nas conversações de paz e no futuro organismo internacional que delas resultasse. Também, e não mesmo importante, era necessário prevenir alguma intervenção espanhola.

A resistência à questão da beligerância apenas se colocou relativamente à participação em qualquer frente de batalha europeia, já que em relação à defesa das parcelas ultramarinas o consenso era geral. O país dividiu-se entre os adeptos da beligerância, reunidos em torno do Partido Democrático e os da não intervenção, que reunia praticamente o espectro político restante e a grande maioria da população (HENRIQUES E LEITÃO, 2001).

A guerra exacerbou vulnerabilidades econômicas, acentuou divergências políticas e aprofundou as desigualdades sociais que já eram exorbitantes. Ao desastre da guerra somou-se o pesado saldo humano e material da participação portuguesa, e as expectativas frustradas dos que a tinham advogado, provocando um impacto brutal no campo econômico e social e acabando por pôr em causa o próprio regime republicano, que em vão procurava afirmar-se através dela. Para Portugal, a guerra foi, sob todos os pontos de vista, a passagem para um mundo diferente, inexoravelmente refém de seus perversos despojos, conforme destacou Arrifes (2005).

A I República, a prazo, soçobria, tendo os efeitos da Guerra tido um peso determinante nesse desfecho, atuando num contexto de elevada crispação política, acentuada e crescente instabilidade e insatisfação social, transpondo os limites da resistência, entre a fome e a carestia. A guerra, como se repetiria mais tarde no quadro da II Guerra Mundial, deixava bem à vista a fragilidade da economia nacional, a incapacidade do seu tecido produtivo, a vulnerabilidade crónica da sua situação financeira e a impotência das soluções conjunturalmente encontradas. Não estranha ninguém o mal-estar social instalado ou a contestação crescente, e como o clima de instabilidade e violência abriu caminho a sucessivas conjunturas políticas, em particular a ditadura de Sidónio Pais, e, a prazo, ao esgotamento do modelo político liberal da própria I República. (ARRIFES, 2005, p. 167).

O fim da Primeira Guerra Mundial trouxe a criação da Liga das Nações, que previa uma assembleia em funcionamento permanente, composta por membros que representavam todas as nações em Genebra, na Suíça. No entanto, apesar das expectativas sobre a promoção da resolução pacífica dos conflitos nesse fórum diplomático, a Liga das Nações não deu conta da promoção da paz. A ausência dos Estados Unidos da América e a belicosidade dos fascistas levou à sua implosão.

O naufrágio da Liga das Nações jogou a humanidade em seis anos de conflito total, provocando a assombrosa perda de 50 milhões de vidas com o advento da Segunda Guerra Mundial.

As questões não resolvidas (ou mal resolvidas) nos tratados de paz foram originando tensões. A Alemanha, durante quinze anos, viveu a sua pior crise econômica motivada pelo Tratado de Versalhes. A humilhação pela derrota da Primeira Guerra, e as pesadas indenizações de guerra que lhes foram impostas deram o substrato para o surgimento do nacional-socialismo – nazismo – alemão e a ascensão ao poder de Adolf Hitler, em 1933.

No cenário da Segunda Guerra Mundial, Portugal estava sob o regime do e governado por . O país oficialmente declarou em 1939 a neutralidade, apesar da antiga e manteve essa neutralidade até ao final das hostilidades.

O conflito instalado entre as forças representadas, de um lado, por ideologias fascistas e, de outro, pelas democracias europeias, encontram Salazar dividido entre a Espanha franquista e a Inglaterra democrática, aliada de longa data. Longe das disputas que orientam o conflito, a finalidade de Salazar é unicamente preservar o regime e manter o Império. Para isso, qualquer pequeno descuido podia pôr em perigo o Estado Novo ou a própria independência nacional.

A neutralidade surge assim como uma tábua de salvação, uma forma ideal de garantir os objetivos estratégicos da política externa portuguesa. Logo no dia primeiro de setembro de 1939, Salazar emite uma nota oficiosa declarando que a aliança com a Inglaterra não obriga Portugal a entrar na guerra. Mesmo neutro, o país não deixou de sentir consequências do conflito.

Sobre essa neutralidade, me vem à cabeça uma breve canção que era cantarolada em feitio de pilhéria pelos meus parentes quando esse assunto vinha à baila. Diz assim:

“Portugal não foi à guerra, mas também não acovardou-se, cobriu Portugal com um pano e escreveu em cima: ”.

Por mais inocente que pareça a estrofe, nada teve de inocente a participação de Portugal na Segunda Guerra. Salazar, que já nessa altura estava à frente de um poder totalitário, referia-se a Portugal como um país restrito, mas vocacionado para a glória, com um povo pobre, mas heroico e corajoso. Essa era a retórica do Estado Novo para se

apresentar ao povo e ao mundo como uma grande nação gerida por ele com mãos de ferro (ou seria de hóstias?²).

A estreita ligação de Salazar com a Igreja Católica e a troca de favores entre ambos é de domínio público. As ações do Estado Novo estavam imbricadas com as práticas de doutrinação da Igreja. Nas missas, aos domingos, como muito ouvi de meus avós e pais, eram enaltecidas as obras religiosas em curso, salientando dois programas do governo em conjunto com a Igreja Católica: “vinde a mim os pequeninos”, agenciado pelas freiras católicas destacadas como as “irmãs de todas as gentes”, promovendo a caridade; e a “piedosa obra das missões”. A pretensão era passar a ideia de um país ordenado, disciplinado e pacífico num mundo em guerra.

E foi assim que se instalou no imaginário local e internacional a existência de um Portugal pacífico e acolhedor. A propaganda alimentou nos países vizinhos a imagem de um paraíso onde poderiam estar até alcançarem vistos e passagens para outros lugares do mundo. Portugal se tornou um país de trânsito para milhares e milhares de seres humanos que fugiam da Guerra que se espalhava de rastilho pelo continente europeu.

Portugal acolheu e se beneficiou muito dos refugiados. A Europa veio ao “paraíso” e deparou-se com um Portugal pobre e atrasado, um país pacífico, mas onde se encontravam garotos a vender jornais descalços, crianças esqueléticas embrulhadas em farrapos. A mortalidade infantil em 1941 era de 140 por mil. Isso significa três vezes mais do que a proporção em qualquer outro país da Europa. Os estrangeiros que por lá passaram em fuga na Segunda Guerra se deram conta da miséria em que o país vivia, mas poucos portugueses se deram conta das tragédias que acompanhavam esses refugiados.

Políticas humanitárias empreendidas por vários países beneficiaram Salazar, enquanto o povo português vivia à míngua. A realidade dos refugiados era difícil de ser compreendida pelos portugueses. No entanto, a propaganda salazarista interna que alienava a população de Portugal e filtrava a imagem do país dentro e fora cai por terra quando refugiados chegam. De uma hora para outra tudo mudou. O mundo se instalou em Portugal, nas palavras de Antônio Telo (1999).

² Como dito, Salazar mantinha estreitos laços com a Igreja Católica que exercia enorme influência em suas decisões políticas. Hóstias são usadas nas missas durante a comunhão que simbolicamente significa o pacto dos fiéis com a Igreja.

Faltava tudo em Portugal durante a guerra. Passava-se horas em filas de racionamento. Minha mãe contava que, muitas vezes, passava a noite na fila do pão e, não raro, voltava para casa de mãos vazias. Mesmo quando conseguia, o pão era partido em fatias finas para dar um pouco a cada um da casa. Os transportes entraram em colapso e muitas fábricas pararam de produzir. Houve muita fome e agitações.

Periférico e muito dependente do exterior, com uma população composta de 60% de analfabetos, os habitantes daquele país plantado na ponta da Península Ibérica, sofreram amargamente com a generalização do conflito. Produzir e poupar eram as palavras de ordem ouvidas por toda a parte.

Portugal não foi à guerra, mas vendia a maior parte do que produzia para os países em guerra. Os alemães compravam tudo que lhes podia ser útil e os ingleses compravam mesmo o que não precisavam para os alemães não comprarem e deram a essa prática o nome de “compras preventivas”. Consequentemente os preços dispararam e Salazar passou a fazer um controle absoluto da economia. Pão, azeite, sardinhas. Todo e qualquer insumo passava pelo controle de Salazar. Portugal não foi à guerra, mas a guerra foi a Portugal arrastando para a indignação seu povo.

Muitas vezes vi os olhos marejados de lágrimas do meu pai ao contar que sua mãe, minha avó Leontina, ia às latas de comidas dos porcos das famílias abastadas catar o que podia aproveitar para dar de comer aos filhos. A miséria é igualmente indigna em toda parte.

Mas o povo português ainda ia viver a tragédia de mais guerra, a Guerra Colonial ou Guerra de Ultramar como se conhece em Portugal. Esses enfrentamentos armados entre o Exército e distintos movimentos de libertação de suas colônias na África, que duraram de 1961 até 1974, eclodiram em Angola, Moçambique e Guiné Bissau. Mobilizaram sobretudo homens jovens, que não tinham nenhum contato com território africano, fazendo tombar, nas três frentes de combate, cerca de 8.300 soldados. Segundo estimativas, nas populações angolanas, guineenses e moçambicanas, o número total de vítimas, entre guerrilheiros e civis, terá sido superior a 100 mil mortos.

A Guerra Colonial que desencadeou profundas alterações demográficas, econômicas, sociais e políticas, trouxe para o Brasil muitos imigrantes, sejam rapazes fugindo da convocação para compor as forças de guerra como famílias destroçadas por perdas irreparáveis. Isso foi me dito por entrevistados que vivenciaram essas situações. Áida, uma das entrevistadas, reporta que a família imigrou para o Brasil depois da morte

de um irmão na frente de batalha na África. Carlos Cadavez, outro entrevistado, contou, por sua vez, que imigrou para fugir à convocação militar.

1.3. Política brasileira para a imigração

No Brasil havia favorecimento para que portugueses imigrassem e esse favorecimento foi reforçado pelo Decreto-lei nº 3.175/1941 em vigor até 1945. Esse decreto-lei, mesmo tendo suspenso a concessão de vistos temporários e permanentes para estrangeiros, excluiu das restrições os portugueses. Durante o período de vigência do decreto, “o Ministério da Justiça e Negócios Interiores dispôs das exceções na emissão de vistos para ter certa discricionariedade” (GRANGEIA, 2017, p. 9). Essa discricionariedade tinha direção certa: admitir no Brasil somente imigrantes que atendessem ao que era considerado “desejável” (KOIFMAN, 2012), portanto, uma política excludente, principalmente num cenário de conflito armado de proporções mundiais.

Para o Ministério da Justiça brasileiro, no contexto da Segunda Guerra Mundial, turista e refugiado não se diferenciavam, eram inadequados ao país e o procedimento era comum: negava-lhes o ingresso, tal como já se verificava ao longo da década de 1930. Muitos daqueles que conseguiam desembarcar na condição de turistas ficavam sob o suspense de terem curta estadia no Brasil. Caso o visto não fosse renovado, poderiam ser expulsos do território nacional, tática supervisionada pela Polícia Política (CARNEIRO 1996, p. 90).

Se o Brasil não restringia a entrada de portugueses apesar do Decreto n.º 19.482, de 12 de dezembro de 1930, o mesmo não se dava em Portugal. As restrições à saída de portugueses no período da Segunda Guerra Mundial se tornaram política de governo com o fechamento dos portos. Essa questão aparece no relato de minha tia Julieta, quando ela se refere a um de seus irmãos, José Martins Pereira: “O Zé já tinha tudo pronto para vir, mas era na época da Segunda Guerra, estava com 17 anos, parece... Aí fecharam os portos e não pode vir”. (Julieta, em entrevista).

Seguindo a política de restrição para a emigração de portugueses justificada, na primeira metade da década de 1940, pelo perigo das longas travessias atlânticas em tempos de guerra, as restrições se tornaram, após o fim da Segunda Guerra, mais claramente política de Estado, como demonstra Galvanese (2014).

Consolidada a vitória dos Aliados, os números de partidas do território português voltavam a crescer. Muito embora o país tenha assumido

uma posição de neutralidade, Portugal não foi poupado dos efeitos de um conflito que assumiu as características de uma guerra total, durante a qual ficaram evidentes as fragilidades da economia portuguesa que voltou a empurrar a população para outras paragens. O Brasil – que pela Constituição de 1946 privilegiava, para efeitos de aquisição da nacionalidade brasileira, os imigrantes lusos, e com isso “justificava a singularidade jurídica do imigrante português no ordenamento brasileiro” – voltava a ser o destino preferencial dos portugueses. Antecipando-se ao *boom* emigratório do início dos anos 1950, o regime, preocupado com o crescente das saídas, criou em 1947 um departamento especialmente dedicado à matéria: a Junta da Emigração (JE). Inserida no Ministério do Interior – mas contando com vogais de diferentes Ministérios – a JE veio compor a arquitetura do regime e dar corpo ao artigo 31.º da Constituição Corporativa de 1933. De acordo com esse artigo, cabia ao Estado coordenar e regular a vida económica e social com o objetivo de “estabelecer o equilíbrio da população, das profissões, dos empregos, do capital e do trabalho” e “desenvolver a povoação dos territórios nacionais, proteger os emigrantes e disciplinar a emigração”. Contudo, foi apenas quando o fenómeno emigratório começou a se configurar como uma realidade ao regime que esse tratou de reestruturar os serviços de emigração e centralizá-los numa única instituição à qual caberia estudar o problema, elaborar e executar uma política que regulasse a saída de trabalhadores tendo em atenção os interesses económicos do Estado Novo e a proteção dos emigrantes.”(GALVANESE, 2014, p.393-413).

A crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial reduziram a chegada de portugueses em solo brasileiro. No entanto, estes foram favorecidos pela política migratória brasileira, que tinha interesse em reforçar a “afinidade” entre Brasil e Portugal, a etnia luso-brasileira e, com isso, pretendia reduzir a imigração de cidadãos de outros países. Essa política era sustentada com o discurso da “importância do elemento português na formação do povo brasileiro, o sentido luso-brasileiro da formação histórica da nacionalidade, o poder de adaptação do luso, a identificação entre brasileiros e portugueses e a sua contribuição cultural” (LOBO, 2001, p. 178).

E assim os portugueses foram emigrando para o Brasil e adquirindo privilégios frente a imigrantes de outras nacionalidades. Esses privilégios vinham efetivados em documentos legais, com força normativa e muitos deles constitucionalizados.

1.4. As Cartas de Chamada

A burocracia no controle de saídas e entradas originou as “Cartas de Chamada”. Presentes nas memórias da maioria dos imigrantes, esses documentos, em sua gênese, eram cartas particulares que tinham o único objetivo de reunir as famílias.

A carta de chamada, antes de poder ser reconhecida como tal, isto é, como documento oficial capaz de produzir determinado efeito, é uma carta privada. Ou seja, um instrumento de comunicação entre um emissor e seu destinatário. O que a difere de uma carta comum trocada entre pessoas é o conteúdo desta “pelo fato de o seu objetivo principal constituir um apelo à ida do destinatário para junto do autor da mesma.” (BRASILINA, 2014, p. 49)

Quando a resposta era positiva, o interessado na imigração teria de dirigir-se ao cartório de um notário para proceder o “reconhecimento de firma”, ato que por força de lei era obrigatório.

Uma vez feito o reconhecimento por parte do notário, a carta de chamada assumia características de documento oficial, o primeiro de uma longa série de “papeis” necessários para que a viagem pudesse acontecer, já que tinha a finalidade de atender às exigências para a concessão do passaporte em Portugal e a posterior entrada em território brasileiro.

Era uma espécie de “garantia” já que a emigração espontânea não contava com apoio e subsídios do governo, obrigando a demonstração de estrutura de subsistência no país de acolhida. Na maioria dos casos, os homens vinham na frente e, posteriormente, quando já podiam garantir moradia e trabalho, traziam a família.

Maria Izilda Santos de Matos (2012) relaciona seus trâmites e condições, que deixam à mostra as restrições impostas às mulheres e filhos menores:

Em Portugal, os processos de pedidos de passaportes eram constituídos pelo termo de abonação de identidade, requerimento e outros documentos do peticionário, ou, quando se tratava de passaporte coletivo/familiar, de todos os seus membros; excepcionalmente, integravam os bilhetes de viagem. Frequentemente incluíam-se missivas, que eram endereçadas por familiares com os quais pretendiam se juntar. O candidato(a) a emigrante aguardava pela carta para encaminhar os trâmites na burocracia lusitana e, quando de posse desta, deveria registrá-la em cartório, reconhecendo a sua legitimidade pela presença e assinatura de duas testemunhas. De acordo com a legislação portuguesa, as mulheres casadas e os filhos menores não podiam emigrar sem a autorização dos maridos e pais. Restringiam-se as saídas para o estrangeiro, já que a permanência dos laços conjugais e manutenção da família em Portugal funcionavam como um suporte, ampliando as possibilidades do retorno, e facilitavam os fluxos das remessas, que se tornaram essenciais para a família e a economia do país. A partir do Decreto n.º 7.427, de 30/3/1921, mudando as práticas por novas formalidades, a carta familiar foi substituída por um tipo de impresso consular, transformando a estrutura do documento, que se tornou objetivo, não mais trazendo as referências e informações anteriores.” (MATOS, 2012, p. 127-128).

As cartas também serviam ao sistema de controle de entradas de imigrantes no Brasil. Esse controle era exercido pelas inspetorias de imigração do porto de desembarque. De acordo com Matos (2012):

No Brasil, o recém-chegado ansioso entregava as “chamadas” nas mãos dos funcionários da Inspetoria de Imigração no porto de desembarque. Estas cartas podiam ser oficiais, se utilizavam de formulário próprio, como os da Inspetoria de Imigração do Porto de Santos, os concedidos por autoridade consular ou os registrados no DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social), ou eram cartas privadas manuscritas, testemunhos da existência de um contato no Brasil, como se fossem uma chamada informal.” (MATOS, 2012, p. 128).

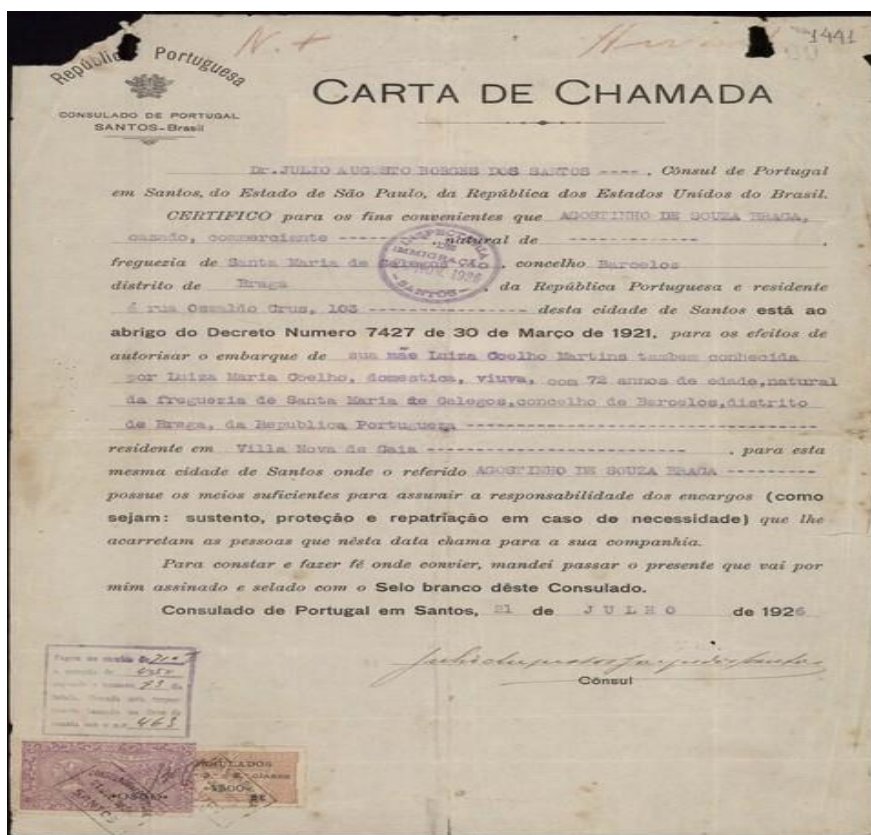


Fig. 1 - Fonte: Museu da Imigração de São Paulo – Brasil

As cartas de chamada indicam o destino onde iria se estabelecer o emigrante. A escolha do destino teria como principal explicação as redes de solidariedade que iam se constituindo e alargando. Familiares e amigos convocavam e seduziam.

No começo do século passado, uma grande vaga de emigração para o Brasil ameaçou de despovoamento vilas e aldeias. No Minho, Lafões e Trás-os-Montes, não

existe praticamente família que não tenha um parente mais ou menos próximo emigrado.

Análises em arquivos de cartas de chamada revelam que os destinos aqui no Brasil se concentravam principalmente no Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Manaus e Pará. Dois destinos oferecem acolhimento a mais de três quartos dos emigrantes: o Rio de Janeiro absorvendo 47% e São Paulo, 29%. Manaus e Santos mantêm uma percentagem próxima, respectivamente, 12% e 11%, enquanto o Pará fica com a modesta percentagem de 1%. (BRASILINA, 2014, p. 49)

Muitos foram os que seguiram viagem clandestinamente, escondidos nos porões dos navios com destino aos portos brasileiros. Esses não fazem parte das estatísticas oficiais, mas são reconhecidos na historiografia. Outros, porém, seguiram com “cartas de chamada” passadas pelo Consulado Português. Foi o caso de Agostinho de Souza Braga, natural da freguesia de Santa Maria de Galegos, no Concelho de Barcelos, cuja “carta de chamada”, de 21 de julho de 1926, está reproduzida acima.

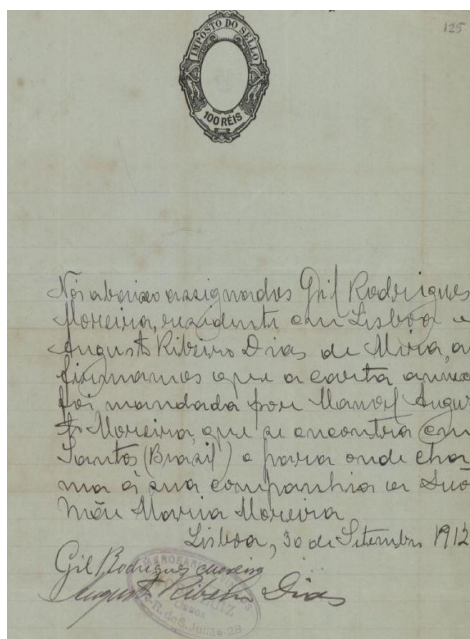


Fig. 2 - Fonte: Museu da Imigração de São Paulo – Brasil

Este outro documento aqui reproduzido (fig. 2) mostra uma carta de chamada de 1912, que não tem nenhuma forma oficial, mas servia para a concessão do visto de agrupamento familiar. Na figura 2 pode-se perceber que se trata de uma carta, escrita à mão, em que um filho, Gil Rodrigues Moreira, chama à sua companhia a mãe, Maria Moreira.

Nenhuma das cartas de chamada aqui reproduzidas pertenceram a meus parentes ou entrevistados. Na época que eles imigraram essa carta ficava arquivada em órgãos públicos e as cópias que possuíam se perderam. No entanto, eu entendo que as duas imagens nos reportam à sua existência concretamente e nos permitem observar as especificidades delas.

1.5. O que a lei diz: privilégios e restrições

Estrangeiro é, segundo uma das definições, todo aquele que não tem a nacionalidade do Estado em cujo território se encontra. Essa é a definição legal adotada no Brasil. É estrangeiro quem nasceu fora do território nacional, entendendo território como um conceito também jurídico e não somente geográfico. O tratamento jurídico que é concedido ao estrangeiro pode resultar de diferentes fatores políticos, econômicos e culturais. No entanto, a internacionalização dos Direitos Humanos implanta o chamado universalismo em que os Estados adotam o mesmo texto imposto nos tratados ratificados.

Mesmo com todas os avanços legais, ainda são muitas as restrições aos estrangeiros aparadas na premissa de segurança do Estado. Entretanto, não se pode perder de vista que imigrar é um direito humano.

Se, no decorrer da história, por vezes, são muito restritivas as leis brasileiras para a entrada e permanência de estrangeiros no Brasil, o mesmo não se dá com os nacionais de Portugal. É farta a legislação que, de uma forma ou de outra, criou facilidades para a entrada e permanência do imigrante português no Brasil e sua inserção na sociedade brasileira.

O Brasil é um país, por muitas de suas forças, formado por imigrantes. De forma voluntária ou forçada – como a nódoa sem fim da escravização de seres humanos, arrancados sem dó ou piedade de seu local de nascimento, sem que lhes seja permitido conhecer onde era sua “aldeia”. A população brasileira é formada, em grande escala, por imigrantes ou descendentes destes. Mas nem por isso tão inclusiva como possa parecer.

Em muitos aspectos, o Estado brasileiro restringe o exercício pleno da cidadania dos não nacionais. Essa questão foi abordada por mim em pesquisa anterior na qual estudei as restrições ao exercício da cidadania política aos estrangeiros no Brasil. Considero que essas restrições à participação política dos não nacionais que aqui se

fixaram tem profunda ligação com os aspectos autoritários semeados e frutificados em abundância na construção da nação brasileira.

Para não alongar a descrição legal, parto da Constituição de 1946³. Esse texto constitucional, depois de um longo período da ditadura Vargas⁴, elevou a um novo patamar o *status* privilegiado de portugueses. Esse texto constitucional cria facilidades para a naturalização desse segmento de imigrantes passando a exigir apenas a residência por um ano, idoneidade moral e sanidade física, em contraste com as exigências feitas a imigrantes de outras nacionalidades (para os demais imigrantes se exigiam dez anos de residência). “A centralidade do português na política de estrangeiros, elevada desse modo ao ordenamento constitucional, consolidou o entendimento doutrinário que afirma a condição especial do cidadão de Portugal no Brasil” (MENDES, 2011, p. 307). A distinção da naturalização do português foi mantida na Constituição de 1967⁵ e não alterada pela Emenda Constitucional de 1969, a quem muitos tratam como uma nova constituição que veio endurecer mais o regime existente.

O novo marco legal ampliava os direitos dos portugueses estabelecidos e dos que chegariam. Muitos deles foram atraídos pela perspectiva de trocar a miséria pela bonança. Até a metade do século XX, pelo menos, era difundida em zonas rurais de Portugal a imagem do Brasil como uma “árvore das patacas”. Ganhar dinheiro, fugir do Exército e do choque de ideias políticas, ou seja, contrárias ou a favor ao viés político adotado pelo governo, são fartamente as motivações para a imigração.

O favorecimento ao português quanto à sua naturalização se fez presente na Constituição de 1946 e, conforme mencionado, foi mantido no texto de 1967. Dois anos depois, o governo militar, através de um ato institucional⁶, editou a Emenda nº 1/1969⁷, que introduziu alterações na Constituição, logo conhecida como “Constituição de

³ Foi a primeira constituição brasileira do fim de um período republicano autoritário e refletia o desejo nacional de restabelecer um governo livre e suplantando movimentos de caráter fascista.

⁴ A Era Vargas foi o período de quinze anos da história brasileira que se estendeu de 1930 a 1945 e que teve Getúlio Vargas como presidente do Brasil. Ao longo desse período, Vargas procurou centralizar o poder.

⁵ Essa constituição foi a sexta constituição do Brasil e a quinta da sua República. Elaborada sob supervisão dos militares no poder, legitimava o regime iniciado com o golpe de 1964.

⁶ Os atos institucionais foram normas e decretos elaborados no período de 1964 a 1969, durante o regime militar no Brasil.

⁷ Por ato institucional foi editada essa emenda à Constituição em 17 de outubro de 1969 pela Junta Militar. Essa emenda fez com que o texto da Constituição de 1967 fosse praticamente todo alterado. Intensificou a concentração de poder no Executivo, que era dominado pelo Exército, e permitiu a substituição do presidente pela Junta Militar. Extremamente autoritária, a emenda não deixou espaço para direitos e garantias fundamentais. O poder ficava concentrado nas mãos dos militares e quem fosse declarado como inimigo do poder seria punido sem direito a ampla defesa e ao contraditório.

1969”. Uma de suas novidades foi o artigo que igualou o tratamento entre portugueses e brasileiros: “Respeitado o disposto no parágrafo único do artigo 145 sobre nacionalidade, as pessoas naturais de nacionalidade portuguesa não sofrerão qualquer restrição em virtude da condição de nascimento, se admitida a reciprocidade em favor de brasileiros” (BRASIL, 1969, art. 199).

O Decreto nº 70.931, de 12 de abril de 1972, vai muito além no que tange aos imigrantes portugueses. Esse decreto promulgou a Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 82, de 24 de novembro de 1971. Através desta convenção, os portugueses no Brasil e os brasileiros em Portugal passaram a usufruir de igualdade de direitos e deveres com os respectivos nacionais, sem a perda da nacionalidade.

Adquirida a igualdade de direito, que não é automática, e sim um longo processo burocrático que envolve procedimento junto ao Ministério da Justiça para a sua concessão, aos portugueses ficam vedados apenas os direitos reservados aos brasileiros natos, que são: ocupar os cargos de presidente e vice-presidente da República; presidente do Senado, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal; carreira diplomática e a de oficiais das Forças Armadas.

A sétima Constituição brasileira, que é conhecida como “Constituição Cidadã” e vigora até os dias de hoje, promulgada em 5 de outubro de 1988, traz em seu texto a possibilidade de equiparação jurídico-política dos portugueses aos brasileiros, com os limites que ela mesma impõe. Na esfera do direito internacional, que produz norma interna, o Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, promulga o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Porto Seguro em 22 de abril de 2000, em comemoração aos 500 anos da presença portuguesa no Brasil. Esse decreto reforça as políticas de inclusão dos portugueses no Brasil e de brasileiros em Portugal e fornece diretrizes claras para sua efetivação. Mesmo com todo conjunto de leis protetivas, a questão na nacionalidade e do pleno exercício da cidadania ainda se embaralha na construção de identidades compartilhadas.

1.6. Estado-nação, nacionalismo, cidadania: construções

O tema nacionalismo é objeto de inúmeros estudos, com conclusões similares no que tange à evolução histórica e seu surgimento. Atendendo aos mais variados

interesses, atualmente ele ainda traz debates inflamados sobre sua relevância e necessidade. Apresentado como característica do mundo ocidental do século XIX, o nacionalismo teve uma grande força no mundo moderno. Ele ajudou a criar e fortalecer nações, por um lado, e, por outro, quebrou impérios e causou guerras destrutivas.

Hobsbawm (2002) vê o nacionalismo como um princípio que sustenta o dever de harmonia entre a unidade política e nacional. Segundo ele, o dever nacional é aquele que supera todas as outras obrigações de qualquer tipo. As nações como fenômenos construídos do alto precisam ser compreendidas desde baixo e, nesse contexto, a consciência nacional se desenvolve desigualmente entre os grupos e regiões de um país.

Seguindo o pensamento de Hobsbawm (2002), a nação é um conceito dos últimos dois séculos. Seus argumentos sugerem que as nações e o nacionalismo são produtos da modernidade. A nação é assim vista como um artefato cultural que emergiu de mudanças sociais e políticas associadas a fenômenos como a burocracia, a secularização, a industrialização e a comunicação de massa no contexto da época moderna. A emergência da nação está intrinsecamente ligada ao fenômeno do nacionalismo e busca assegurar a imposição de uma cultura homogênea no seio do Estado-Nação, desprezando elementos tais como a linguagem, a etnicidade e a religião.

De acordo com o autor, exceto para os dominantes e para os instruídos, a língua dificilmente poderia ser critério para a existência da nação, constituindo-se mais como uma criação ideológica de intelectuais nacionalistas do que como uma característica dos reais praticantes comuns do idioma. É um conceito erudito e não vivido. A etnicidade é cultural e não biológica e, como tal, seria insuficiente para compreender a formação de Estados-nação, pois a raça ou etnia funcionaram, primeiramente, como fator de separação de estratos sociais e, em segundo lugar, a etnicidade visível tende a ser negativa, servindo antes para definir o “outro” do que o próprio grupo. Já a religião, como antigo e experimentado método de estabelecer uma comunhão entre diferentes, é considerada por Hobsbawm (2002) como um cimento paradoxal para o nacionalismo.

Noutra perspectiva, Gellner (1983) vê o nacionalismo como uma política de princípios, fundado em sentimentos despertados pela angústia da violação do princípio nacionalista ou pela satisfação que acompanha sua realização. Um entendimento pacífico é de que uma unidade política territorial somente pode chegar a ser etnicamente homogênea pelo extermínio, pela expulsão ou pela assimilação.

Na continuidade de sua análise, Gellner (1983) sugere que o Estado constitui uma elaboração importante da divisão social do trabalho. Se não há divisão do trabalho não se pode falar de Estado. Ele explica que a humanidade viveu três etapas na história: a era pré-agrária, a agrária e a industrial. A primeira era muito pequena para permitir um tipo de divisão política do trabalho que conceitue o Estado. Na segunda, a experiência de Estado é uma opção e as formas de Estado são diversas. Já a definição de nação apresenta dificuldades, pois podem existir sociedades sem Estado. Seu princípio unificador seria uma cultura comum, com números compartilhados de símbolos e uma comunicação. As nações são uma contingência, não uma necessidade universal. O nacionalismo apoia que são feitos um para o outro, ou seja, uma nação, um estado. Esta contingência tenta ser explicada com o argumento de que dois homens da mesma nação dividem a mesma cultura, entendida como o sistema de ideias e símbolos, de associações, formas de conduta e comunicação, ou dois homens são da mesma nação quando se reconhecem como pertencentes à mesma nação. As nações fazem homens, assim, uma categoria de indivíduos chega a ser uma nação quando os membros reconhecem, mútua e firmemente, certos deveres e direitos em virtude de sua comum qualidade de membros.

Quando Gellner (1983) trata da sociedade industrial, ele nos lembra que nos estudos de Weber a noção de nacionalidade ocupa um lugar central. O conceito de nacionalidade engendra a coerência (essência do burocrata) e a eficiência, a seleção fria e nacional dos melhores meios possíveis para fins determinados. O nacionalismo tem sua raiz num certo tipo de divisão do trabalho, complexa e cambiante. O homem pode aguentar muitas desigualdades se estas não são estáveis e estão santificadas pelo costume.

Hobsbawm e Gellner divergem na necessidade do nacionalismo. Enquanto Hobsbawm (2002) diz não servir o nacionalismo para nada, Gellner (1983) se refere a ele como necessário – é o que chama de racionalismo. Sua teoria, como afirma o autor, é materialista, mas não comunista ou socialista. Ele critica as posições que definem as nações como uma invenção histórica arbitrária ou como uma comunidade imaginária. Hobsbawm (2002), declaradamente marxista, sustenta que as nações são artefatos inventados que ocultam outras comunidades, as classes sociais, estas sim reais. O que de concreto nos mostram as reflexões desses pensadores é que não estamos perto de uma conclusão definitiva sobre a necessidade ou não da existência do nacionalismo e, muito menos, se é possível uma conclusão.

O que já se sabe é que o Estado Nacional moderno criou uma sociedade nova, na qual o racionalismo criou uma ideia de cidadão e o indivíduo reconhece o Estado como seu âmbito legal. O Estado criou um sistema de direito uniforme em todo o país e a ideia de igualdade legal.

Em sua gênese, o Estado integrou economicamente o território, assimilando culturas diversas, submetendo identidades e idiomas distintos, disso resultando as identidades nacionais instituídas, as etnicidades fictícias e homogêneas — ou seja, o ser francês, o ser inglês, o ser português, o ser brasileiro e, assim, sucessivamente.

Ponho-me a pensar no nacionalismo como uma experiência cotidiana, como entende Gellner (2000). Segundo o autor:

As pessoas se tornam nacionalistas por acharem que, em seu intercâmbio social diário, no trabalho e no lazer, sua classificação ‘étnica’ determina, em grande parte, o tratamento que lhe é conferido, ou seja, o fato de elas encontrarem ou simpatia e respeito, ou desprezo, escárnio e hostilidade. A raiz do nacionalismo não é a ideologia, mas a experiência cotidiana. (GELLNER, 2000, p. 13).

Se pode o nacionalismo ser reduzido ou não em termos de experiência cotidiana, não me parece tão evidente. A associação espontânea do homem com outros seres humanos, essa, sim, é facilmente identificável. Dessa forma, esse impulso associativo é condição fundamental nas considerações entre o indivíduo, a sociedade e o Estado. O incremento de fluxos de circulação de bens, mensagens e pessoas, a mescla de experiências, a interligação entre o local, o nacional e o internacional fazem com que cada vez mais fique difícil distinguir entre o que vem de perto ou de longe. O novo e o velho, o inato e o adquirido, o próprio e o alheio contribuem para desconstruir as identidades individuais e coletivas.

O que é incontornável, seguindo alguns dos argumentos dos autores aqui mencionados, é que o Estado é uma construção da modernidade. Pode ser visto como uma espécie de primado empírico sobre a Nação. A correlativa identidade, que surgiria então, seria o compensatório de processos de aculturação individualizantes e desenraizadores que levaram à ideia de uma nação, de um Estado.

Ocorre que diversidade cultural tem mostrado um distanciamento do discurso da homogeneização e tem revelado a falsidade do pressuposto “uma nação, um estado”. Porém, o fim da ilusão da capacidade de controle e unificação do Estado Nacional (uma cultura, uma língua, um território, uma religião) apura uma crise política identitária.

Uma possibilidade de inclusão superando as divergências que o nacionalismo carrega – se é que algo pode ser superado no trato humano – é trazida por Habermas ao sustentar que “a progressiva inclusão da população no *status* de cidadão não apenas abre para o estado uma fonte secular de legitimação, mas também produz o novo patamar para uma integração social abstrata, juridicamente mediada”. (HABERMAS, 2002, p. 157).

Cidadania é uma expressão carregada de significados e carrega tantas possibilidades que não me atrevo a um conceito. É longa sua jornada marcada por avanços e conquistas e imensas dificuldades e recuos. A concepção de cidadania toma as feições dos diferentes contextos culturais, onde as mentalidades, com seu ritmo lento, sujeitam o direito aos poderes da vez. E assim, nessa toada, o entendimento de cidadania como direito a ter direitos tem servido a diversas interpretações.

Marshall (1967) dá a cidadania uma divisão em distintas categorias: civil, política e social. Para o sociólogo inglês, a cidadania moderna surgiu à medida que os privilégios hereditários das sociedades tradicionais eram destituídos e crescia o ideal de igualdade e liberdade. Este movimento se verificou primeiramente na Europa e acabou se espalhando por outros continentes tornando-se um ideal quase mundial. No entanto, Marshall lembra que a igualdade ao direito de acesso não significa o acesso em si. Deste modo, apesar das leis igualitárias, ou por causa delas, a livre negociação e atuação dos indivíduos acabou despertando outras desigualdades na vida prática. “O ponto de chegada, o ideal da cidadania plena, pode ser semelhante, pelo menos na tradição ocidental dentro da qual nos movemos. Mas os caminhos são distintos e nem sempre seguem em linha reta.” (MARSHALL, 1967, p.11).

Recorrer aos conceitos teóricos de nacionalidade e cidadania não esgotam as dúvidas que vão surgindo, mas apontam um caminho. A nacionalidade está relacionada ao território e ao poder do Estado. Sem Estado não há como falar em nacionalidade. A cidadania traz consigo a possibilidade de direitos que unem a humanidade na sua humanidade. Correntes migratórias fizeram conviver várias nacionalidades dentro do mesmo território. Um fenômeno que, longe de ser recente, é o da condição humana. Como entende Strenger (2003, p.191), “nação é um estilo, um estilo de vida coletiva”. Nessa linha, a nacionalidade como sentimento de pertencimento é uma mentalidade, não há como impô-la.

1.7. Aproximações teóricas: ferramentas analíticas

Feita a contextualização histórica e legal, busco traçar pressupostos teóricos de memória, identidade, gênero e classe para a compreensão das falas dos interlocutores e da dinâmica das interações durante o trabalho de campo, sem, contudo, fazer uma revisão exaustiva da literatura de cada um dos temas. Meu intuito é somente analisar alguns conceitos e suas ideias centrais em alguns momentos da pesquisa.

Para trabalhar as memórias colhidas nas entrevistas usei como aporte teórico os artigos “Memória e Identidade Social” (1992) e “Memória, Esquecimento e Silêncio” (1989), de Michael Pollak. A escolha do autor se justifica por seu sensível estudo sobre a construção da memória, material que exige cuidados específicos, principalmente, quanto à questão do silêncio e do esquecimento. O silêncio, segundo o autor, “tem razões bastante complexas. Para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta.” (POLLAK, 1989, p. 3).

Não há como falar de imigração e da condição de imigrante sem a fundamental contribuição de Abdelmalek Sayad, com seu retrato do imigrante e os paradoxos dessa condição. Assim nos apresenta o autor: “(...) o imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa seu território; o imigrante ‘nasce’ nesse dia para a sociedade que assim o designa. (...)” (SAYAD, 1998, p.16)

Além dessas referências, utilizo as contribuições de Gilberto Velho (1999) acerca da memória, como construída também a partir de um “projeto” e de um “horizonte de possibilidades”; e de Pierre Bourdieu (1974), com a noção de *habitus*. Ambos nos permitem perceber como as memórias se articulam no sujeito e se constroem como fruto de uma época, de um lugar. Esses autores estão assim inseridos na pesquisa com aporte teórico que norteará também a análise dos dados de campo.

Pollak (1989), estabelecendo um diálogo com o pensamento de Maurice Halbwachs, aponta que este autor lançou um pensamento inovador em contraste com o que havia até então. Para Halbwachs a memória é em grande medida um fenômeno social e, como tal, submetida a flutuações, mudanças e variações.

Olhando dessa maneira, as memórias, por mais que pareçam resultado de sentimentos, pensamento e vivências exclusivamente pessoais, são caracterizadas por quadros sociais ou por pensamentos não perceptíveis de origem individual e coletiva. Isso implica dizer, seguindo os estudos de Halbwachs, que os indivíduos se lembram porque fazem parte de grupos, ou conviveram com eles, estando o esquecimento ou a

lembrança entrelaçada ao pensamento de uma comunidade, da afetividade e da vivência no espaço/tempo.

Em outras palavras, a memória do indivíduo está intimamente relacionada aos grupos de que fez parte, como família, escola, igreja, trabalho, enfim, pelos espaços de convívio. No entanto, aquele que lembra não é o grupo, mas o indivíduo e isso indica as diferenças entre sujeitos na maneira de se reportar ao passado, como bem destacou Pollak (1998).

Contudo, como a memória não parte do vazio, há um processo de apropriação de representações coletivas por parte do indivíduo que vai acessar essa memória no presente, quando é estimulada por imagens ou pessoas.

Dessa forma, a posição do sujeito no presente (lugar de estabelecimento, situação econômica, vínculo familiar, etc.), orientariam para diferentes interpretações do passado, ou seja, seria sempre uma reconstrução do vivido. A permanência de um sentimento de continuidade em um grupo social ao longo do tempo depende do que é lembrado, esquecido e silenciado, assim como o que é lembrado depende da identidade de quem lembra. Dessa forma, enfatiza Pollak (1992), o sentimento de identidade está densamente vinculado à memória.

Para esse autor, é a memória que leva o indivíduo a construir a imagem que tem de si e de si mesmo com os outros. É o que estabelece o sentimento de pertencimento em relação ao grupo. Considero que essa questão é central na minha pesquisa. As identidades assumidas no presente tanto pelos homens quanto pelas mulheres estão profundamente ligadas às memórias do passado. Muitas vezes marcadas por traumas, essas memórias também estão relacionadas a valores e práticas das relações do dia-a-dia.

Essas memórias são também marcadas pelas relações estabelecidas e pela forma como são reconhecidas. É um jogo dialético entre passado, identidade atual e memória. Segue nesse sentido o entendimento de Miriam de Oliveira Santos (2010, p. 40): “No nosso ponto de vista a identidade se constrói através de relações, isto é, é processual e relacional e, portanto, capaz de se adaptar às transformações sociais e pode ser vista como uma construção social de pertencimento.”

Apesar de concordar que memória é um fenômeno social sujeito a mutações, Pollak (1992) também aponta para uma suposta rigidez de algumas lembranças. Ou seja, existem pontos que não variam e que são imutáveis na memória. Esses elementos podem ser observados nas falas dos indivíduos como postos-chave na constituição da

identidade. Nesse sentido, vale ressaltar a posição de Pollak (1989) quando afirma que as lembranças e o esquecimento também estão ligados a uma experiência afetiva do indivíduo.

Como se verá, entre as imigrantes mulheres e os imigrantes homens a experiência de gênero foi marcante para a construção de suas identidades. Os depoimentos que colhi em campo apontam, nas construções das memórias, para experiências comuns aos dois grupos, tais como razões da imigração e construção social no Brasil, assim como apresentam distinções significativas, já que essas mulheres relatam situações vividas por elas no Brasil e por outras mulheres do seu núcleo familiar, que estão relacionadas às estruturas às quais estavam submetidas. Em várias narrativas femininas aparecem aspectos tais como a violência contra a mulher, a divisão sexual do trabalho, a naturalização dos cuidados como condição feminina, o privilégio masculino na sucessão do negócio familiar, a valorização do casamento para a mulher independente de sua inserção no espaço público. Acredito que as ideias aqui esboçadas deixam claro que, ao analisar as memórias desses imigrantes busco, antes de tudo, entender o modo de pensar, sentir e se relacionar deste grupo de imigrantes com seu país de partida e com o país de acolhida.

Como aponta Woodward (1998), discursos e narrativas de um grupo não costumam ser soltos e desestruturados, mas são manifestações e modos de sentir estruturados. Pode-se dizer que são estruturadas porque atuam num *habitus* de grupo, como disposições culturais que são interiorizadas principalmente pela família e pela escola, estruturando as ações e sendo estruturada por estas (BOURDIEU, 1983). É, portanto, a sua posição presente e passada na estrutura social que os indivíduos, entendidos como pessoas físicas, transportam com eles, em todo tempo e lugar, sob a forma de *habitus*.

Os indivíduos "vestem" os *habitus* como hábitos, assim como o hábito faz o monge, isto é, faz a pessoa social, com todas as disposições que são, ao mesmo tempo, marcas da posição social e, portanto, da distância social entre as posições objetivas, entre as pessoas sociais conjuntamente aproximadas e a reafirmação dessa distância e das condutas exigidas para "guardar suas distâncias" ou para manipulá-las estrategicamente, simbólica ou realmente reduzi-las, aumentá-las ou simplesmente mantê-las (BOURDIEU, 1983, p. 75).

Esse tempo histórico partilhado é parte indissociável da construção de suas identidades, por isso o recorte entre as décadas de 1950 e de 1960 para a emigração/imigração dos meus entrevistados. Da experiência do seu tempo histórico-

social reuniram conhecimentos similares formando um grupo geracional. Esse grupo geracional participaria de um destino comum tendo em vista o nexo de forças históricas e sociais que afetam uma geração específica onde os sujeitos podem passar a compartilhar um conjunto de planos e metas, uma vez que precisam responder a problemas existenciais, históricos e sociais próprios de uma época (GADAMER, 1996).

No meu grupo pesquisado, independente das razões individualizadas que os fizeram imigrar (pobreza, projeto de família, fuga de guerras ou do serviço militar, tragédias pessoais, reunião familiar, questões de gênero ou escolha pessoal), eles compartilham a mesma geração no sentido de que o tempo histórico-social e os seus ritmos são vistos como centrais para a definição das gerações e identidades sociais.

As memórias passadas fornecem os conteúdos para projetos futuros. Esses projetos futuros também podem influenciar as memórias passadas dando uma sensação de continuidade e coerência entre passado, presente e futuro. Porém, ao olharmos com cuidado, veremos que não existe linearidade. É mais aleatório que se possa imaginar.

Passada essa primeira exposição, devo ressaltar que me deterei num outro tipo de memória coletiva que é a memória de gênero, já que divido meu campo originário em dois subgrupos, ordenados por gênero. Nesse contexto não busco afirmar que determinadas memórias são exclusivamente femininas ou masculinas, mas apenas apontar que as memórias estão ligadas ao lugar que os sujeitos ocupam nas estruturas de gênero, classe social e grupo étnico.

No grupo de imigrantes portugueses entrevistados, a categoria gênero se encontra presente, influenciando suas memórias. O que quero mostrar no capítulo dois é que as prescrições e as proscricções quanto às relações de gênero são as que atuam com maior intensidade na definição do que é pertencer/não pertencer.

Como a categoria gênero mostrou uma presença muito forte nas minhas entrevistas não tive como ignorá-la. Para falar de gênero nesta dissertação é necessário inseri-lo dentro da história do movimento feminista (ou movimentos feministas) que engendrou e deu visibilidade a essa questão.

Segundo Joan Scott (1990), o termo gênero nasce entre as feministas anglo-saxônicas como rejeição a um determinismo biológico para explicar as diferenças de ocupação do espaço social baseadas no sexo. O conceito passa a ser utilizado com forte apelo relacional tendo em vista que é no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros. A partir desta perspectiva, apresentada por Scott, que apporto minha análise.

No início do movimento feminista o foco estava na denúncia da condição da mulher oprimida e nas relações de opressão e desigualdade. Num segundo momento foi necessária a superação dessa única pauta em busca de explicações para entender a origem da dominação.

Várias teorias foram fartamente debatidas nos estudos de gênero, sendo a mais conhecida a teoria do patriarcado⁸. No geral, se buscavam teorias universais para a dominação feminina havendo uma tônica na ideia de “uma essência”.

Com o amadurecimento das reflexões sobre o conceito de gênero, percebido a partir de uma ótica exclusivamente cultural, houve a percepção de que as diferenciações não vieram do sexo dos seres humanos, mas da construção simbólica de uma rede de significados que estabelece associações com outros elementos do universo.

O gênero como construção social e histórica se apresenta de forma variada e particular de acordo com os contextos culturais. O suposto desse conceito é, portanto, que todas as sociedades e culturas constroem suas ideias e relações de gênero (MACHADO, 1985). As várias gerações que podemos acessar através dos estudos feministas (por exemplo, BEAUVOIR, 1980; BUTLER, 2003; SILVA, 2000) sustentam que não se pode falar de uma essência feminina (BUTLER, 2003)

Levar em conta os debates de não essencialização do que seja feminino, implica, nesta dissertação, assumir uma postura no sentido de analisar os discursos a partir de uma teia de significados (GEERTZ, 1978) que se busca apreender. Considerando as reflexões acerca das teorias feministas, parto do entendimento de que os gêneros são construídos cultural e historicamente.

A identidade de gênero está relacionada com outras variáveis, construída com a interação com outros sujeitos. Meu objetivo na ótica de gênero foi procurar, na fala de

⁸ “Patriarcado” é uma palavra muito antiga, que mudou de sentido por volta do fim do século XIX, com as primeiras teorias dos “estágios” da evolução das sociedades humanas, depois novamente no fim do século XX, com a “segunda onda” do feminismo surgida nos anos 1970 no Ocidente.

Nessa nova acepção feminista, o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres. Essas expressões, contemporâneas dos anos 1970, referem-se ao mesmo objeto, designado na época precedente pelas expressões “subordinação” ou “sujeição” das mulheres, ou ainda “condição feminina”. (DELPHY, 2009, p. 173–178)

dessas mulheres entrevistadas, a representação da identidade feminina, investigando o lugar que elas atribuem a si mesmas na família e no trabalho, incluindo suas percepções sobre as relações entre os gêneros.

Assim, mais do que um discurso abstrato do que seja uma mulher imigrante portuguesa, a atenção está voltada aos valores e significados atribuídos por elas nas relações cotidianas, considerando também os conflitos experimentados por esse grupo de imigrantes. No caso do grupo analisado, as questões de gênero costumam delinear o qual o lugar atribuído à mulher nas relações constituídas.

A classe, marcador da diferença como pauta importante das ciências sociais, também aparece no meu campo. Para analisar esse indicador parto das contribuições de Edward Palmer Thompson (1987), que pensa classe como um processo complexo. Nas definições do autor, a classe é a marca de uma experiência em que sujeitos vão sendo feitos enquanto sujeitos de classe e por meio das vivências do cotidiano. Daí a importância de se perguntar como que os sujeitos se experimentam, se constroem, participando de um lugar, do estar no mundo. O autor enfatiza que “classe é uma relação e não uma coisa” (THOMPSON, 1987, p. 11) e sua existência é dinâmica.

Este tópico teve por objetivo expor os pressupostos teóricos que serão considerados ao longo dos capítulos II e III, configurando-se a questão do gênero e classe como ferramentas analíticas.

CAPÍTULO II - Construções narrativas de mulheres imigrantes portuguesas

Porto calmo de abrigo
De um futuro maior
Inda não está perdido
No presente temor
Não faz muito sentido
Já não esperar o melhor
Vem da névoa saindo
A promessa anterior
Quando avistei
Ao longe o mar
Ali fiquei
Parada a olhar
Sim, eu canto a vontade
Canto o teu despertar
E abraçando a saudade
Canto o tempo a passar
(Ao Longe o Mar, Madrideus).

Imigrantes, quem são eles e que identidades construíram para si? Como se narravam? Como se sentiam no processo de ruptura que é a imigração? Essas indagações foram respondidas de forma limitada pela literatura por mim acessada. Há em comum nas diversas interpretações sobre imigração o fato de os imigrantes desejarem uma melhoria das suas condições de vida, seja do ponto de vista político, religioso, moral ou econômico. Isso também estava na base da imigração portuguesa, mas não é uma especificidade dela. Como também não é uma especificidade dos imigrantes portugueses o trabalho duro e difícil. Mas na generalidade se perde o que é

único e esse único eu queria encontrar. As trajetórias individualizadas, com suas conquistas e tragédias, esse foi o caminho que percorri. Neste capítulo, vou me deter nas narrativas de cinco mulheres sobre a sua experiência de imigração, trazendo o recorte de gênero como um dos aspectos analisados.

Como essas mulheres viviam em Portugal e por que se tornaram imigrantes no Brasil são questões decisivas para se compreender como elas organizam suas memórias numa determinada sequência narrativa, assim como o modo como se percebem no país de acolhida.

Dito de outra forma, considerando os aportes de Sayad (1998), uma geração ou classe de imigrantes possui relações e memórias específicas sobre sua terra natal. Compartilham um tempo histórico e um processo de socialização similar no qual as estruturas que moldam essa socialização operam de forma abrangente e são naturalizadas como se pode perceber, por exemplo, em falas como: “era assim que era”, “trabalhávamos muito nas terras”, “não tinha escola”, “aí teve a guerra”.

No início desse percurso de pesquisa, encontrar mulheres dentro do campo delimitado por mim nas imigrações ocorridas até a primeira metade dos anos 1960 foi mais fácil. A idade que esses imigrantes têm hoje, em regra, contando com mais de 80 anos, dificultou encontrar homens. Essa dificuldade inicial acabou me conduzindo, primeiro, ao encontro de narrativas femininas e suas singularidades.

Além das razões já explicitadas, a categoria gênero evidencia certas características do próprio imigrante e essas características não podem ser desconsideradas. Como já foi dito, as narrativas das mulheres entrevistadas me fizeram perceber a importância de trazer para esta pesquisa as relações de gênero, buscando compreender como as comunidades de origem e de acolhida influenciaram as experiências dessas mulheres e desses homens.

Essas relações de gênero, implicadas nesses deslocamentos, até os anos 1980, eram ignoradas pelos diversos modelos teóricos usados para estudar as migrações internacionais. Se hoje fatores específicos do gênero constituem-se em um marcador fundamental, na época da imigração dos meus entrevistados não era. Essa invisibilidade me provocou e decidi que trataria de ambos os gêneros nesta pesquisa, de forma separada, mas complementar.

Neste capítulo, desenvolvo uma análise sobre a trajetória de cinco mulheres imigrantes portuguesas que entrevistei. As entrevistas foram realizadas seguindo o modelo de entrevistas semiestruturadas, mas privilegiando uma narrativa livre. Todas as

entrevistas foram realizadas entre os meses de maio e novembro de 2019. Todas foram gravadas e tiveram uma duração média de duas horas.

Dessas interlocutoras, somente uma não me recebeu em sua casa, mas não por impedimento dela e sim por uma questão de logística. Essa, por sinal, foi a entrevista mais longa. Ficamos conversando por cerca de quatro horas na casa da proprietária do apartamento onde resido.

As mulheres por mim entrevistadas imigraram entre 1955 e 1965 e apresentam, em suas narrativas, evidências de que a imigração foi intermediada sempre por uma figura masculina ligada a elas por relações de parentesco. Isso reforça a ideia de que a imigração feminina se dava, basicamente, através da imigração familiar na condição da acompanhante desse núcleo, sem poder efetivo de escolha, já que a decisão era tomada pelo pai, tio, irmão ou marido, que havia imigrado anteriormente, “ampliando a responsabilidade das mulheres que passaram a arcar com os cuidados e sustento dos filhos, a manutenção da propriedade e negócios, além das atividades domésticas.” (MATOS, 2013, p. 53).

O que encontrei nessas mulheres, imigrantes portuguesas do início da segunda metade do século passado, foram trajetórias muito semelhantes quanto às estruturas geográficas, econômicas e familiares que as condicionavam com sociabilidade limitada às festas religiosas e às missas na Igreja Católica local.

Contudo, creio ser oportuno observar, acerca dos relatos das entrevistadas, que não temos mulheres passivas entregues a um destino inexorável. Encontrei mulheres que experimentam situações e delas extraem impressões, conceitos, refazendo a si mesmas em suas indagações, seus ressentimentos e suas aspirações.

Nesses relatos, encontramos mulheres vivenciando suas contradições culturais, históricas e existenciais. São vozes particularizadas num processo que, não raro, foi invisibilizado. Num processo que foi, de certa forma, massivo, opressivo e sacrificado, como fica evidenciado nas entrevistas cujos trechos mais reveladores são destacados nos tópicos a seguir.

2.1 Um encontro com minhas memórias

MODELO S. C. 139

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no pôrto de destino

Nome por extenso CÉLIA MARTINS PEREIRA
Admitido em território nacional em caráter permanente (temporário ou permanente)
Nos termos do art. 92. letra do decreto-lei n.º 7967, de 1945
Lugar e data de nascimento Sever do Vouga, 23 / 3 / 1929
Nacionalidade Portuguesa Estado civil casada
Filiação (nome do Pai e da Mãe) Joaquim Francisco Pereira e Isilda Martins Cardoso Profissão doméstica
Residência no país de origem Pessegueiro do Vouga

	NOME	IDADE	SEXO
FILHOS MENORES DE 18 ANOS	Maria de Fátima	2 anos	feminino
	Maria Manuela	9 meses	"

Passaporte n. 14.162/59 expedido pelas autoridades de Junta Emigração na data 23.10.1959
visado sob n. 7756

ASSINATURA DO PORTADOR: Célia Martins Pereira

SÉLO CONSUL: 13 NOV 1959 de 195
O CONSUL: B. F. Garcia de Sousa
Cônsul-Geral

NOTA - Esta ficha deve ser preenchida à máquina pela autoridade consular, sendo as duas vias em original

Fig. 3 – Cartão de Imigração de minha mãe – Acervo: FamilySearch.org

MODELO S. C. 139

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no pôrto de destino

Nome por extenso MANUEL PINTO HOMEM
Admitido em território nacional em caráter permanente (temporário ou permanente)
Nos termos do art. 92. letra do decreto-lei n.º 7967, de 1945
Lugar e data de nascimento Vousela, 21 / 3 / 1934
Nacionalidade Portuguesa Estado civil casado
Filiação (nome do Pai e da Mãe) João Homem Albino e Leontina de Jesus Profissão pedreiro
Residência no país de origem Pessegueiro do Vouga

	NOME	IDADE	SEXO
FILHOS MENORES DE 18 ANOS			

Passaporte n. 14.161/59 expedido pelas autoridades de Junta Emigração na data 23.10.1959
visado sob n. 7718

ASSINATURA DO PORTADOR: Manuel Pinto Homem

SÉLO CONSUL: 13 NOV 1959 de 195
O CONSUL: B. F. Garcia de Sousa
Cônsul-Geral

NOTA - Esta ficha deve ser preenchida à máquina pela autoridade consular, sendo as duas vias em original

Fig. 4 – Cartão de Imigração de meu pai – Acervo: FamilySearch.org



Fig. 5 – Casamento dos meus pais

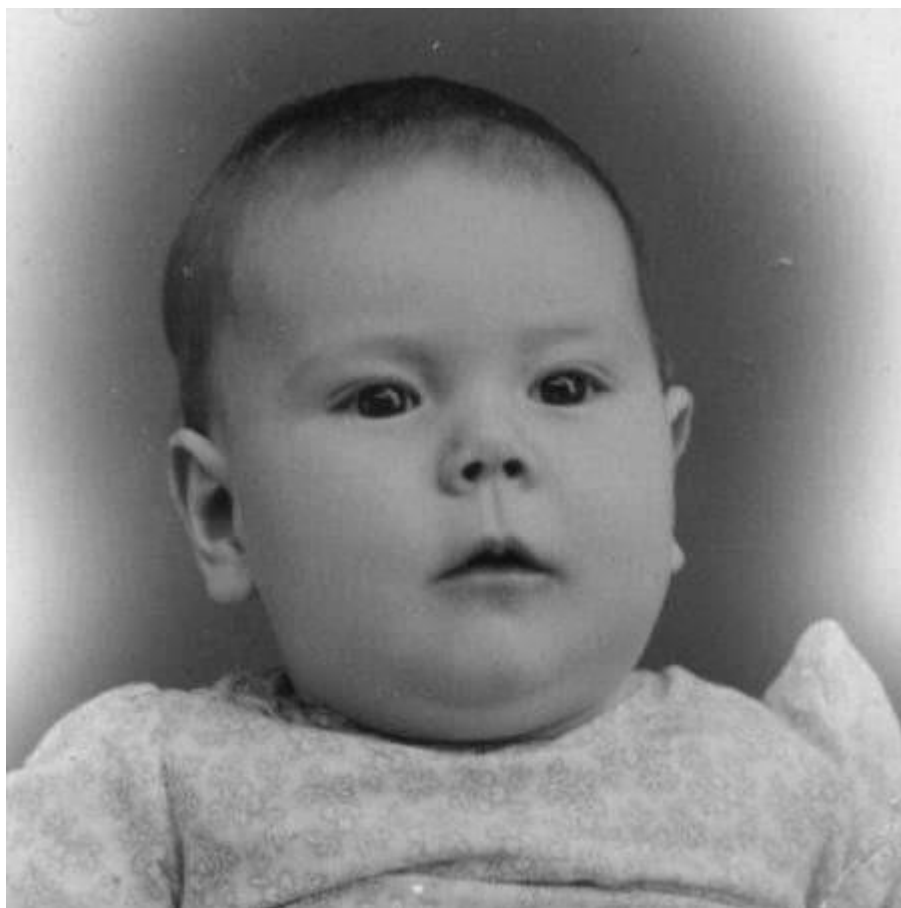


Fig. 6 – Minha foto do passaporte

As figuras em epígrafe são os cartões de imigrações⁹ dos meus pais, foto do casamento deles, ocorrido na aldeia de Sever do Vouga na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, em 1957, e a minha foto do passaporte na ocasião da emigração. Encontrar esses cartões, olhar para eles, lê-los, observar seus detalhes, me fez mergulhar num mar de recordações profundas vividas e inventadas de possibilidades.

No cartão da minha mãe eu me encontro. Ali, nominada na segunda linha da parte que trata de “filhos menores de 18 anos”, estou eu, na singeleza dos meus nove meses de vida. Nada sobre mim consta no cartão do meu pai. Eu era filha da mãe. Essa

⁹ Esses cartões de imigração foram encontrados no site da *FamilySearch* que se intitula como a maior organização de genealogia do mundo. Segundo a descrição disponibilizada na internet, desde 1894, o *FamilySearch* trabalha com arquivos, bibliotecas e igrejas em mais de 100 países. Os registros e serviços estão disponíveis online em FamilySearch.org, ou nos 4.600 centros de história da família em 126 países, inclusive na renomada Biblioteca de História da Família em Salt Lake City, Utah. O *FamilySearch* é um serviço fornecido pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. Fiz uma busca no site para tentar encontrar os cartões de todos os meus entrevistados, mas não consegui. Por falha minha (muito provavelmente) ou da organização do site, achei hostil o manejo das ferramentas de busca. Os cartões aqui reproduzidos já faziam parte dos arquivos das famílias.

inscrição no cartão da minha mãe já daria, por si só, a possibilidade de longa pesquisa com o recorte de gênero.

Minha pesquisa é sobre imigração, mas também trata das relações de gênero e atravessa a minha história e a de minha família. Com esta afirmação situo onde se origina meu interesse. Todo o imigrante parte de algum lugar e, no meu caso e da minha família, foi de Portugal que partimos.

Ao partir deixa-se para trás um pedaço de nós, uma potencialidade de história não vivida, mas sempre imaginada. Uma dupla contradição, nas palavras de Sayad (1978, p.3), que se instala na vida “oscilando, segundo as circunstâncias, entre o estado provisório que a define de direito e a situação duradoura que se caracteriza de fato”.

Eu era ainda uma criança de colo quando meus pais e avós maternos aportaram na cidade do Rio de Janeiro. A emigração se deu em razão das dificuldades de transformação social com acesso a trabalhos remunerados de forma justa. Por parte da família da minha mãe todos vieram até 1959 e, por fim, os últimos a emigrarem foram meus pais, com meus avós, eu e minha irmã.

Fixamos residência em Mesquita (RJ), na Baixada Fluminense, onde já estavam instalados os familiares que nos antecederam. Uma rede de apoio se estabeleceu, tendo como base Augusto Martins Cardozo, irmão da minha avó materna. Nessa cidade eles fixaram residência e trabalharam muito para construir um pequeno comércio. Minha mãe foi lavadeira, parteira, cozinheira. Meu pai foi pedreiro, limpador de fossa, entregador de pão, entre outros ofícios, para ganhar o sustento.

Ali cresci, envolta em muitas histórias contadas pelos meus avós maternos. Vem da minha estreita convivência com eles eu ter o cheiro de alecrim com um cheiro afetivo. Tudo cheirava a alecrim na casa dos meus avós porque minha avó colocava ramos de alecrim entre as roupas nas gavetas. Descobri depois que o alecrim era usado pelos portugueses pobres para perfumar a casa devido ao seu aroma característico. Os romanos designavam-no como *rosmarinus*, que, em latim, significa orvalho do mar.

Em meio a esse aroma, a música e as contradições culturais, eu passei minha infância. Enquanto meu avô, Joaquim, que era violinista, me ensinava a ler partituras e a rezar em latim, e minha avó, a costurar, a vida transcorria dentro de uma realidade que, na cabeça de uma criança, pode ser qualquer coisa.

Fui uma criança protegida e tive acesso a uma boa formação escolar. Meus pais valorizavam muito o estudo. A voz do meu pai ainda ecoa dizendo: “*Podem te tirar tudo, mas o estudo, nunca*”. Era um homem muito inteligente e lia bastante, apesar do

pouco estudo formal. Ele só frequentou a escola por quatro anos. Fez até a quarta classe como se dizia em Portugal à época. Minha mãe tinha sido analfabeta até os 21 anos.

Quando veio o golpe militar de 1964, meus pais já tinham um pequeno comércio em Mesquita. Durante a década de 1960 e início dos anos 1970, eu me lembro bem de, eventualmente, meus pais fecharem o comércio no meio do dia e nos colocarem para dentro de casa dizendo que vinha aí o “quebra-quebra”. Carros militares podiam ser vistos passando na rua. Pela fresta da janela eu espreitava essas movimentações, num misto de medo e curiosidade inocente. Naqueles tempos era corriqueiro aparecer cadáveres abandonados nos lugares mais ermos e nos pequenos riachos que cruzavam a região. Não raro, quando de saída para mais uma manhã na escola, ouvia falação no armazém dos meus pais sobre um corpo que tinha sido “desovado”. Às vezes, mais de um.

Na minha meninice eu não entendia o que acontecia. Meus pais mantinham a mim e a meus irmãos sob severo controle. Nunca íamos sozinhos para a escola e brincávamos sempre na frente do armazém sob os olhos vigilante da minha mãe e dos meus avós. Meus pais, católicos praticantes, logo se envolveram com a diocese do local. Meu pai idealizou e construiu a Igreja de São José, na Chatuba (hoje bairro de Mesquita), minha mãe era catequista e minha casa era local de acolhimento para os freis franciscanos em trabalho missionário. Os eventos religiosos foram parte significativa da minha socialização na infância. Nos eventos religiosos em que havia encenações interpretei vários personagens: anjos, Lúcia e Verônica (pastorinhas de Fátima).

Os anos foram passando e eu comecei a estranhar determinadas coisas relativas à política no Brasil. Eu não entendia por que sempre o presidente era militar e por que não se podia votar. Mas o que mais me deixava intrigada era quando algum professor simplesmente deixava de ir às aulas. Outro ia substituí-lo e nada era dito. Nenhuma justificção para a troca abrupta. Era como se o anterior não tivesse existido ou então apenas tivesse “viajado”. Toda vez que eu interpelava meus pais ou professores sobre essas situações, se instalava um silêncio ou então vinha a resposta: “isso não é assunto para ser tratado agora”.

Passei todo o ensino médio (na época se chamava segundo grau), envolta em livros e estranhamentos com os “silêncios” que me cercavam. Um dia, voltando da escola junto com um amigo, fomos parados por soldados do Exército que pediram os documentos. Eu só tinha minha carteira de estudante e estava uniformizada. O soldado que nos abordou mandou que eu seguisse e colocou meu amigo numa espécie de ônibus

do Exército. Eu sabia que tinha algo de muito errado nisso e corri para a casa da mãe dele para avisar o que tinha acontecido. Pobre mulher... Que desespero! Ela chamou o tio do rapaz, pegou uma bolsa onde colocou alguns documentos e eu os levei aonde estava o ônibus. Chegamos lá e já havia muitas outras pessoas detidas. A mãe do meu amigo foi falar com os soldados. Não ouvi o que conversaram, mas ela mostrou muitos documentos e, em seguida, eles o liberaram. Essa cena me marcou muito e, a partir daí, a ideia de que eu estudaria Direito, previamente orientada por meu pai, se estabeleceu de vez.

Somos três irmãos. Uma irmã mais velha, eu a do meio e o caçula, um filho homem. No meu espaço de convivência familiar o modelo de educação era rígido, com vigilância severa sobre mim e minha irmã. Já ao meu irmão tudo era permitido. A divisão do que era possível para as filhas e para o filho era bem clara. Mas não foi uma infância e adolescência ruins, muito pelo contrário. Construí um cabedal de memórias muito boas.

Quando eu tinha 12 anos de idade, em 1972, meus pais nos levaram a Portugal. Foi uma experiência única para mim. A viagem levou muitos meses para ser preparada. Roupas novas, ansiedade, e eu no firme propósito de chegar em Portugal e ensinar meus avós paternos, João e Leontina. a ler. Que tola. Eu querendo ensinar a eles e eles é que me deram muitas lições, principalmente de afeto e generosidade. Ficamos lá três meses. Todo um verão europeu, com direito à festa da Padroeira de Vouzela, N. S. do Castelo, muitos copos de vinho, melões apimentados e danças à “Maria Abada” com meu avô João, enquanto ele cantarolava:

“A Maria Abada não me diz nada, não me diz nada nem me dá a saudação, a Maria Abada do meu coração.”

Eu era muito jovem ainda, mas já compreendia muitas coisas. Não passou despercebida por mim a tensão que existia, principalmente entre os jovens, com relação à política. Além disso, meus pais tinham um amigo sacerdote, Padre Jesus, espanhol que foi pároco muitos anos em Mesquita e que tinha retornado à Espanha. Por duas vezes, no período que estivemos por lá, fomos passar uns dias com ele em Santa Cecília, província de Burgos, Comunidade Autônoma Castela e Leão. Era um homem muito culto e tinha longas conversas conosco. E falar de política era permitido.

De volta ao Brasil, a vida seguiu seu curso. Eu me casei pela primeira vez em 1977, porque, por mais que estudar estivesse no roteiro da vida, o casamento era o que importava para as mulheres. Segui o roteiro, mas não sem transgredir.

Foi na universidade que eu tive contato mais profundo com a realidade brasileira. Como comecei a dar aulas de “Direito e legislação” para o ensino médio, acabei me engajando em movimentos de resistência, em especial, junto aos professores de Nova Iguaçu. Era 1979 e estávamos em busca de mudanças no sindicato dos professores. Haveria eleições para os dirigentes e a ideia inicial era nos sindicalizarmos para podermos votar e assim eleger uma chapa própria. Quando a diretoria soube dessa articulação, tentou impedir a nossa sindicalização. Insistimos e foi marcada uma reunião na sede do sindicato, em Mesquita, com uma comissão previamente escolhida. Eu fazia parte da comissão.

Dias depois da reunião, eu fui conduzida à Delegacia de Polícia de Nova Iguaçu para prestar esclarecimentos sobre atividades políticas e lá fiquei detida. Meu pai fez contato com o consulado de Portugal, que enviou uma advogada para nos defender, Dra. Natália. Por sua vez, Dom Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu, também enviou advogados para prestar auxílio aos professores detidos.

Apesar de não entender exatamente o que estava acontecendo, pressentia que era grave. Estava no terceiro período do curso de Direito e já lecionava, mas era muito jovem e meu conhecimento dos anos que se seguiram a 1964 eram superficiais. Depois de vários interrogatórios fui liberada e daí em diante me tornei ávida em conhecer tudo que pudesse sobre esse período.

Minha mãe faleceu vítima de câncer em fevereiro de 1980. A morte da minha mãe gerou uma revolução na minha vida. A minha mãe era a representação de mulher que eu não queria ser.

Me tornei professora de Direito e legislação em um colégio em Nova Iguaçu e fui participante ativa nas greves que eclodiram no Rio de Janeiro nos 1980. Tive meu primeiro filho em 1981, me separei em 1983 e enfrentei toda a carga de preconceito que vinha com o rompimento de um casamento naquela época.

A preocupação com os rumos do país e o clamor juvenil me fez balançar bandeiras e verter lágrimas no comício pelas “Diretas Já” e tomar 15 chopps quando da promulgação da nomeada “Constituição cidadã”. Eu realmente acreditava nessas lutas.

Como estudante de Direito, participei de mutirão para liberação de presos que estavam detidos irregularmente e outras ações promovidas pela Defensoria Pública. Mas, apesar de todo meu engajamento, me era negada a cidadania política por eu ser estrangeira. Tirei a cidadania brasileira em 1996 quando já era professora de Direito no ensino superior.

E a vida seguiu. Muitos ganhos, muitas perdas. Mais um casamento, mais um filho, morre meu pai.

Uma das coisas que meu pai mais lamentava era de que ele morrendo a gente perdesse o vínculo com a família em Portugal. Isso não aconteceu. Foram muitas travessias sobre o Atlântico até hoje e no momento que eu estiver defendendo esta dissertação, meu filho André já será um “imigrante” em terras lusitanas.

2.2 Quem são elas e como nos encontramos

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO
MODELO 5, c. 139

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino

Nome por extenso Julieta Martins Pereira
Admitido em território nacional em caracter permanente
(temporário ou permanente)
Nos termos do art. 9º letra do decreto-lei n.º 7967, de 1945
Lugar e data de nascimento Pessegueiro do Vouga, 12/11/1927
Nacionalidade portuguesa Estado civil solteira
Filiação (nome do Pai e da Mãe) Joaquim Francisco Pereira e
Izilda Martins Cardoso Profissão doméstica
Residência no país de origem PESSEQUEIRO DO VOUGA

NOME	IDADE	SEXO
<u>José Eduardo</u>	<u>4 anos</u>	<u>masculino</u>

FILHOS MENORES DE 18 ANOS

Passaporte n. 20272/54 expedido pelas autoridades de Junta Emigração de Lisboa na data 25/10/1954 visado sob n. 11402

ASSINATURA DO PORTADOR
Julieta Martins Pereira

SELO CONSUL
Consulado Geral do Brasil no Porto,
28 NOV 1954 de 195
O CONSUL:
JAYME AZEVEDO RODRIGUES
CONSUL GERAL

NOTA - Esta ficha deve ser preenchida à máquina pela autoridade consular, sendo as duas-etas em original

Fig. 7 – Cartão de imigração: Julieta – Acervo: FamilySearch.org

Julieta Pereira de Oliveira é minha tia, irmã mais velha da minha mãe e dos seis filhos que sobreviveram dos doze vias que meus avós maternos tiveram. Nasceu em Sever do Vouga, centro-norte de Portugal. Imigrou para o Brasil em 1954, com o estado civil de solteira e com a condição de mãe de um filho de quatro anos que a acompanhou. Veio a chamado de seu tio Augusto Martins Cardoso que tinha imigrado mais de quinze anos antes. Ela se estabeleceu no atual município de Mesquita, Baixada Fluminense, onde vive até hoje. Casou-se em 1956 com Walter de Oliveira, brasileiro, natural do Espírito Santo, com quem teve mais quatro filhos. O filho que teve em Portugal, meu primo Eduardo, morreu de complicações de HIV em 1990. Julieta ficou

viúva em 2003 e continua vivendo em Mesquita. Conta hoje com a idade de 92 anos e vive com filhos. Voltou a Portugal em quatro ocasiões desde a imigração.

Como já dito, Julieta é minha tia. Não há um só tempo da minha vida que ela não tenha estado presente e, em razão disso, pela proximidade emocional, acabou sendo a entrevista mais difícil que fiz. Nessa entrevista ficou claro para mim o que significava “tornar exótico o que é familiar” (DA MATTA, 1978).

Conceição Pereira nasceu em Leiria, centro de Portugal, em 1936. Imigrou para o Brasil com o marido em 1954. Chegou no Porto de Santos em 1º de janeiro de 1954. Teve dois filhos e se separou do marido em 1968 depois de descobrir uma traição dele. Três anos após a separação, seu marido morreu devido a complicações causadas pelo alcoolismo. Ela acabou de criar seus filhos sozinha. Transferiu-se para o Rio de Janeiro tendo se estabelecido no bairro de Maria da Graça. Viaja a Portugal quase todos os anos, tendo as despesas de viagem custeadas por um dos filhos, que é engenheiro da Petrobrás. Cheguei até Conceição por meio de uma aluna que intermediou o encontro. Essa interlocutora atualmente tem 83 anos e vive com o filho.

Meu primeiro contato foi com o filho da entrevistada, que pediu para não ser identificado no meu trabalho. Eu me apresentei e lhe disponibilizei minhas redes sociais e alguns contatos para que ele pudesse confirmar minha identidade e motivação. Toda a negociação para a entrevista foi feita com ele por telefone. No dia marcado, fui encontrar a entrevistada num apartamento num bairro da Zona Sul do Rio de Janeiro. Foi ela quem me recebeu à porta, cuidadosamente vestida e portando algumas joias de uso regional português. Percebi que se preparou para nosso encontro como para uma data especial. As joias que usava eram antigas que, depois vim a saber, tinham pertencido à sua mãe. Muito simpática e solícita, após cumprimentos afetuosos, foi logo me perguntando o que eu gostaria de saber. Mostrava que já estava a par da minha intenção.

Inês Mateus Dias nasceu em Coimbra, centro de Portugal, em 1940. Imigrou para o Brasil em 1960 após a morte da mãe. Veio viver com um tio materno, Antônio Mateus Dias. Ela se estabeleceu em Quintino, subúrbio do Rio de Janeiro. Casou-se em 1962 com João José Dias, brasileiro, com quem teve dois filhos. Ficou viúva em 2011. Nosso encontro também foi intermediado por uma ex-aluna. Inês nunca voltou a Portugal.

Ela me recebeu no dia marcado no pequeno jardim que cuidava com capricho na frente da sua casa. Ficamos uns minutos apreciando o jardim enquanto ela me mostrava,

orgulhosa, suas plantas. Em dado momento percebi que tinha um pé de alecrim. Como é um dos meus cheiros afetivos e de conforto, isso me chamou atenção e lhe perguntei por que cultivava alecrim. Ela me respondeu que lhe lembrava o único lugar que estava em contente em Portugal, que era a casa de sua professora, dona Rosa.

Maria Cláudia Almeida Silva nasceu em Viana do Castelo, norte de Portugal, em 1942. Imigrou para o Brasil em 1959 junto com o marido, Carlos José Pinto, tendo se estabelecido em Nilópolis, na Baixada Fluminense. Teve três filhos e ficou viúva em 2001. Seu pai, filho de portugueses, nasceu no Brasil e viveu aqui até os doze anos de idade quando a família retornou a Portugal. Depois que Maria Cláudia imigrou para o Brasil esteve em visita a Portugal algumas vezes com as viagens custeadas pelos filhos.

Cheguei a ela também por meio de uma aluna, que me passou o contato. Nossa conversa aconteceu na casa dela, onde me recebeu com uma mesa muito bem-posta com sucos, café e bolo de chocolate. Logo depois da minha chegada, ela disse que tinha feito bolo de chocolate porque minha aluna havia dito que eu gostava muito. A primeira coisa que me disse era que o pai dela era brasileiro. A impressão que me causou é que essa informação dita de imediato reforçava um laço anterior dela com o Brasil. Essa foi a deixa para iniciar minha entrevista.

Áida de Jesus da Cunha Felgueiras nasceu em 1950, em Paredes de Cora, Alto Minho, norte de Portugal. Imigrou para o Brasil em 1965 aos 15 anos de idade. Viveu em união estável com um brasileiro com quem teve três filhos. Mora em Seropédica (RJ) e cheguei até ela por intermédio da proprietária do apartamento onde moro. Ela voltou a Portugal três vezes desde sua imigração.

Nossa entrevista aconteceu na casa da Cléia, minha senhoria, num dia de aulas de artesanato. Ficamos sozinhas na sala durante toda a entrevista que durou cerca de uma hora e meia. Entre as entrevistadas foi a que se mostrou mais retraída no início. No decorrer da conversa foi descontraído, me pediu para não a tratar por senhora e falou da sua vida como se fôssemos conhecidas de muito tempo. E, de certa maneira, éramos.

2.3 Tornando-se emigrante

Sayad (1992), com rara sensibilidade, acentua que antes de ser imigrante se é emigrante. Essas mulheres se construíram emigrantes pelas condições de vida que tinham no local de partida e o que primeiro salta na análise das suas narrativas é que todas vieram por iniciativa de um homem.

Das cinco mulheres entrevistadas aqui apresentadas, três vieram solteiras, duas mandadas virem ao Brasil por tios e uma por determinação do pai. Esses parentes já eram imigrantes e viviam no Brasil havia alguns anos. As outras vieram com os maridos sem, no entanto, eu conseguir identificar se houve uma negociação prévia entre o casal na decisão de emigrar. O que pude observar nas falas dessas entrevistadas é que o desejo da emigração partiu dos maridos e que sempre a rede de apoio aqui no Brasil era de familiares deles.

Existem diferenças entre as mulheres que imigraram solteiras e as que vieram casadas quanto às relações estabelecidas com a sociedade de acolhida. Para deixar claro essa minha afirmativa, demonstro no decorrer do texto que as mulheres que vieram solteiras experimentaram muito mais dos valores da sociedade brasileira, estabelecendo laços familiares e de amizade com brasileiros, enquanto as que vieram casadas, restringiram seu espaço de convívio social no Brasil, em grande parte, a portugueses com ligações familiares ou não, mantendo uma postura ainda muito vinculada aos valores do lugar de partida.

Ao apontar essas diferenças nas razões da vinda e como se inseriram na sociedade brasileira, não quero afirmar que essas mulheres se movem com princípios e valores díspares. Ao contrário, essas mulheres na vida privada e nas interações no Brasil se identificam como portuguesas. Isso significa dizer que se trata da identificação de uma pessoa com um grupo étnico e cultural definido, acessando instrumentos de avaliação e respostas desse grupo. É um “nós” diante do “outro”.

Julieta já era mãe de um menino quando veio para o Brasil. Veio a chamado de um tio que já estava aqui e trouxe com ela seu filho, Eduardo, então com quatro anos:

(Como foi sua vinda para o Brasil. Foi a senhora que decidiu, ou foram os parentes?) O Zé, meu irmão, já estava aqui, depois já tinha vindo o Augusto, aí me ofereceu para eu vir para cá. Me escreveu e eu respondi que só vinha com o garoto. Disseram que não tinha problema nenhum. Aí eu vim e trouxe ele. Meu pai sempre é que arrumava tudo, arrumou os papeis e ia levar a gente até o vapor.

Também foi um tio que trouxe Inês, logo após a morte da sua mãe.

(Como e por que a senhora veio para o Brasil?) Eu vim para o Brasil depois da morte da minha mãe, Lurdes Maria Matheus Dias. Minha mãe nunca casou e éramos somente eu e ela a viver juntas. O que sabia do meu pai é que ele tinha vindo para o Brasil sem saber que ela estava grávida. Minha mãe era de um lugar chamado Alvares, onde vivia com meus avós, que eram lavradores. Era ela e meu tio que veio para o Brasil para fugir da tropa, para não ir para o Exército. Tio Antônio é que me mandou vir.

Áida veio para o Brasil a mando do pai que havia imigrado sete anos antes, deixando a mulher grávida e mais seis filhos em Portugal. A criança que a mãe esperava quando o pai imigrou faleceu dias depois do nascimento. Segundo ela relata, o seu pai iria voltar para Portugal. Veio para o Brasil porque achava que aqui ia ganhar dinheiro, mas o irmão mais velho dela estava na guerra em Angola e morreu em combate. Diante disso, o pai trouxe ela e a irmã para o Brasil para que fossem trabalhar e ajudar a custear a vinda da mãe e dos outros irmãos:

(Como e com quantos anos você veio para o Brasil?) Eu estava com 15 anos quando vim para o Brasil. Primeiro veio meu pai. Foi um tio do meu pai que trouxe os sobrinhos para cá. Veio meu pai, os irmãos dele. Esse tio puxou todos para cá. Esse tio dele chamava-se tio Domingos. Aí ele veio e já estava aqui há muitos anos e trouxe os sobrinhos par cá. *(Você lembra em que época veio esse tio?)* Olha, não lembro, agora meu pai veio em 1958. *(Seu pai veio e você ficou lá?)* Eu fiquei. Eu estava com oito anos quando ele veio para o Brasil. Minha mãe ficou lá. Ficaram os meus irmãos. A minha mãe, quando meu pai veio para cá, ficou grávida. *(Quantos irmãos?)* Éramos doze. A minha mãe teve doze filhos. E só não teve mais porque o meu pai veio para o Brasil. Desses doze alguns morreram logo que nasceram. Vivos mesmo éramos seis. Quando meu pai chegou no Brasil minha mãe deu à luz o último filho dela. Ele nasceu doentinho e veio a falecer. Eu me lembro que ele chorava muito. Eu era pequena, mas me lembro. Ele sempre chorava, misericórdia. Aí, pronto, aí não teve mais filhos. *(Seu pai veio para o Brasil e vocês como ficaram em Portugal?)* Meu pai veio para cá e a gente nas terras. Aí minha mãe ficou na roça. (...) e aí meu pai ficou tão desgostoso que ele não quis mais ir pra lá. Ele disse que não ia mais para Portugal. *(Então seu pai mandou¹⁰ vocês virem para o Brasil?)* Meu pai disse: “Vocês veem para cá por causa dos meninos”, porque senão os outros meus irmãos também iam para a guerra e eles enquanto estavam novos, podiam sair do país. Se chegasse a uma certa idade eles não podiam sair mais. Mas para ir todo mundo assim era muito puxado. Aí ele puxou primeiro eu e a minha irmã, aí a gente veio de navio. Doze dias dentro do navio. Como que eu passei mal, Jesus! Viemos nós duas, eu e minha irmã. Nós chegamos aqui e um ano depois meu pai mandou vir a minha mãe e os meus irmãos. *(Então você e sua irmã vieram sozinhas na frente, por quê?)* Para trabalhar. Não havia dinheiro para todos virem juntos. Nós viemos para trabalhar e ajudar a pagar a vinda dos outros.

Maria Cláudia e Conceição imigraram acompanhando os maridos que decidiram emigrar. Conceição relata uma vida de tristeza por causa da morte da mãe e o casamento de seu pai com outra mulher. Ela já começa a entrevista falando de sua mágoa:

¹⁰ “Mandar vir” e uma forma corriqueira que se fala entre os portugueses sobre a imigração. Creio ter a ver com as cartas de chamada necessárias para tirar a documentação. No caso desta entrevistada ainda havia a situação de ela ser menor de idade.

(Como foi sua vinda para o Brasil?) Já vim para o Brasil muito magoada, mas com aquela vontade do marido de vir para o Brasil. Larguei meu pai e a família lá e vim a caminho do Brasil. Eu tinha muita tristeza em Portugal porque fui criada por madrasta.

Maria Cláudia também veio por escolha do marido. O pai dela havia nascido no Brasil. O marido também tinha uma história de ascendentes que imigraram para cá, mas seu pai, que nasceu aqui, foi para Portugal depois de seus avós terem perdido tudo num incêndio:

(E como a senhora veio para o Brasil?) Meu marido quis vir para cá e eu vim junto. Ele tinha um tio cá, senhor Fernando. O tio dele vivia em Nilópolis e tinha uma padaria. Era casado com uma brasileira, dona Augusta e já tinha três filhos grandes. Meu marido chateava-se muito com as coisas em Portugal. Falava que enquanto estivessem essas pessoas a mandar que não ia pra frente. Eu não percebia muito do que ele falava. Me casei em 1958 e quando fiquei grávida do meu filho mais velho meu marido decidiu vir embora pra cá.

A vida delas em Portugal também se assemelha quanto aos lugares onde viviam, formas de socialização e educação formal. Suas memórias se encontram no espaço-tempo delas, mas também acessam memórias herdadas e vividas por tabela (POLLAK, 1992), que cruzam acontecimentos que envolveram seu núcleo familiar e social. Os relatos sobre a vida em Portugal, assim, seguem um certo padrão típico de imigrantes, principalmente daqueles que vieram naquele tempo trazendo relatos que nos remetem a eventos históricos e políticos, fatos esses determinantes para o atraso na imigração do irmão de Julieta e, no caso de Áida, a mola propulsora para a imigração desta, justificando suas trajetórias e de suas famílias.

(Como foi a vinda da família para o Brasil?) Eu estava com 12 anos quando o tio Augusto veio para o Brasil. Ele veio para tentar melhorar um pouco. Ele era pedreiro. Veio trabalhar para procurar melhorar. Ele andou pela cidade por uns tempos com um colega. E depois vieram para São João. Depois quando melhorou um pouquinho arrumaram um negócio e começaram a trabalhar. Quando tio Augusto melhorou um pouco de vida foi trazendo aos poucos a família para o Brasil. O primeiro a ele mandar vir foi o Zé, que era teu tio, meu irmão. O Zé já tinha tudo pronto para vir, mas era na época da Segunda Guerra, estava com 17 anos, parece... Aí fecharam os portos e não pode vir. *(Julieta)*

(Pelo que você conta, seu pai tinha trabalho em Portugal e uma certa estrutura. Por que ele veio para o Brasil?) Meu pai achava que aqui no Brasil era mais fácil para juntar dinheiro. Ele queria juntar dinheiro e ir embora. Meu pai sempre pensou em ir embora, mas aconteceu essa tragédia: o meu irmão mais velho foi pra guerra, o mais velho, e aí, pronto, ele ficou na guerra, porque o Salazar... *(Nesse momento ela interrompe a fala e olha para mim buscando algum comentário. Eu*

apenas digo que conheço a história do governo Salazar e ela prossegue) eu não entendia muito bem o que era aquilo. Eu sei que meu irmão foi pra guerra. Eu me lembro até hoje, sempre vejo aquela cena: ele na porta da cozinha me abraçou e falou assim: “você não estão sozinhos, eu vou, mas eu vou voltar”. Ele foi para Angola. Ele ficou uns cinco ou seis meses, mais ou menos, ele mandava sempre cartas pra gente. Quando nós recebemos uma carta dele, minha mãe! Porque lá tinha aquela coisa de preparar a terra e no outro dia todo mundo juntava para arar a terra, e estávamos todos. (*Aída*)

Partindo das entrevistas com as mulheres observo quatro grupos de memórias acionadas por elas que constroem suas identidades: memória da vida vivida na infância e da adolescência em Portugal; memória da viagem e da rede de apoio; e uma memória detalhada de como foi a vida no Brasil (trabalho, casamento, filhos).

Todas as entrevistadas relatam uma vida em Portugal marcada pelo trabalho árduo desde a tenra idade, carência e escolaridade precária. É um padrão que se repete atrelado às condições de vida das famílias e às suas necessidades de subsistência.

Só para recordar o já apontado no primeiro capítulo: Portugal à época da juventude dessas mulheres era um país com índices imensos de analfabetismo e pouquíssimas oportunidades de trabalho. Essas mulheres viviam em regiões rurais e socializadas em famílias com a moralidade centrada nos valores da Igreja Católica.

(Como era a sua vida em Portugal?) Ah, eu trabalhava muito e sempre trabalhei desde criança. Trabalho desde os sete anos. Trabalhava em casa, lavava roupa, passava, trabalhava. *(A senhora foi à escola lá em Portugal?)* Eu fui. Eu tive na escola. Estudei até o terceiro ano. *(Por que saiu?)* Tu nem acredita, porque eu precisava de um caderno para a escola e meu pai, meu pai não tinha dinheiro para me dar, para me comprar. Ai a professora disse que então que eu não ia passar de ano. Ai meu pai falou que já que não vai passar de ano, saia da escola. É... *(longo suspiro)*, é... minha vida não foi mole não, minha filha. Sai da escola e fui trabalhar em casa de família. Sempre trabalhei em casa de família. Agora, nunca me faltou serviço, graças a Deus. Agora, eu gostava de estudar, mas sabia que não tinha condições. Meus pais não podiam. Meu pai trabalhava um dia ou outro. A gente trabalhava nas terras. Tirava das terras para comer, né? Ai, depois eu fui trabalhar numa casa de família que era dos donos da fábrica. Eu que arrumei emprego para tua mãe na fábrica, fábrica de massas. Arrumei emprego lá para ela. Trabalhava na casa por dia. Trabalhava numa casa, depois noutra. Depois comecei a fazer uma venda de pão. Saia quatro horas da manhã, acho que é por isso que todo dia cinco horas da manhã acordo e não durmo mais. Ai, eu fazia uma venda de pão, quando voltava ia pra casa de família. E a vida foi assim, sempre trabalhando, mas, graças a Deus, nunca me faltou serviços. O meu pai trabalhava de pedreiro, arrancar pedras das pedreiras e com música *(Meu avô era violinista)*. Ele era músico.

Trabalhava numa banda, mas a música, naqueles tempos e onde vivíamos, não dava nada. (*Julieta*)

O trabalho e seu valor, e valor não só no sentido da criação de recursos para manutenção própria e da família, mas como símbolo da honra, fica evidente no relato de Julieta. A pobreza fez com que ela tivesse que abandonar os estudos para ir trabalhar em casa de família, assim como seu pai (meu avô materno) teve de aliar à música a atividade de extração de pedras (trabalho braçal extenuante). Mas essa capacidade de se colocar no ambiente laboral, de não “lhe faltar trabalho”, é afirmada com orgulho, quase como um indicativo de *status*.

Nos relatos de Conceição e de Inês, o trabalho duro, característica daqueles tempos e das possibilidades do local onde viviam, adquire um tom de punição, um fardo aliado à perda de afetos – no primeiro caso, o de Conceição, em consequência da morte da mãe, e no segundo, o de Inês, pela perda da professora.

Meu pai trabalhava na lavoura numas terras que ele tinha e passava a maior parte do tempo a cuidar das roças e dos animais. Minha madrasta ou estava ao pé dele ou a cuidar da mãe que já era uma velhota. Eu tinha que fazer todas as coisas da casa. Minha madrasta me batia muitas vezes. (*A senhora estudou?*) Estudei até o terceiro ano. Quando minha mãe morreu, meu pai tirou-me da escola e eu passei a cuidar dele e da casa e foi sempre assim mesmo depois que ele casou. Eu fiquei muito sentida de não ir mais à escola, mas o que fazer? (*acrescenta com tristeza*). Assim fui crescendo com muita mágoa e sempre a trabalhar. (*Conceição*)

(*Como era sua vida em Portugal?*) Não sei nem como dizer... (...) do que mais me lembro é da escola (*Então você foi à escola?*) Fui, era o que mais gostava de fazer. (...) Depois da morte da dona Rosa (*a professora*) eu não fui mais à escola e comecei a ajudar minha mãe nas casas onde ela trabalhava. E assim foi passando a vida. (*Inês*)

Maria Cláudia se refere ao abandono dos estudos como necessário para poder ajudar o pai na lavoura, mas não demonstra entender o trabalho como um peso. Associa também coisas boas a essa fase de sua vida muito provavelmente pelos vínculos de afeto existentes no núcleo familiar. Neste caso, o relato não vem marcado pela angústia. A vida era difícil, mas encontrava beleza e alegria também nas práticas religiosas que eram um campo de socialização importante

(*A senhora estudou?*) Estudei, estudei. Fiz o primeiro ciclo lá, mas também logo tive de ir ajudar meu pai. Quando meus avós por parte de mãe morreram, fizeram as partilhas e meus pais ficaram com um pedaço da terra deles e viviam do que ela dava. Era pouco, mas dava o que chegava. A vida era difícil lá, mas também tinha coisas boas. Gostava muito das festas de Nossa Senhora da Agonia. Era uma coisa linda.

A viagem para o Brasil também é outro tema acionado por elas. Detalham a preparação para o deslocamento e suas circunstâncias, a carta de chamada sempre enviada por um familiar homem que tinha imigrado anteriormente, a viagem de navio como difícil, quem as recebeu e para onde foram ao chegar e as impressões imediatas. Essa memória pode ser situada nas memórias individuais construídas por suas vivências que se assemelham as outras, por contingência dos trâmites exigidos e possíveis na época e não numa memória construída coletivamente.

Conceição aciona o sofrimento para falar da saída de Portugal, da viagem e da chegada ao Brasil e o quanto lhe custou se adaptar às condições encontradas aqui. Explicita o estranhamento que lhe causou esse “outro” lugar onde o calor era intenso, a casa sem assoalho e o espaço ínfimo a ser compartilhado por todos. Observo que ela carrega consigo a tristeza, provavelmente pelo abandono afetivo em Portugal, na construção das memórias da viagem e da chegada.

Tinha cá um tio [*o marido de Conceição*], em São Paulo, e ele nos mandou a carta de chamada e deu as passagens. Ele também era pobre aqui. Trabalhava no porto a descarregar navios e morava numa casa com a mulher e três filhos. Uma casa com o chão de terra e sem nada quase. (*Como foi a viagem para o Brasil?*) Viemos para o Brasil dois meses depois do casamento. Foi o tempo de arranjar os papeis. Meu pai nada disse sobre vir para o Brasil (*repete parecendo sentida*). (*E quando chegou no Brasil, como foi?*) Dezoito dias de viagem e chegamos no dia 1º de dezembro de 1954 no porto de Santos. O tio dele estava à nossa espera e nos levou à casa. Fui dormir numa casa de terra. No outro dia levantei, vi o sol, era muito sol, muito calor, tudo estranho. Eu estava meio adoentada da viagem. O tio, a mulher e os filhos, ainda muito miúdos, me tratavam bem, mas aquilo tudo era muito estranho mesmo e eu não sabia como me portar. A casa era pequenina e ficávamos todos num mesmo lugar. Mas em consideração, eu fui me esforçando e fui melhorando um pouquinho. Quando eu cheguei aqui, no outro dia, morando numa casa de terra, porque na do meu pai eu tinha um quarto sozinha e eu senti falta disso. Estranhei a casa de terra, a comida. Luz eu não estranhei porque lá em Portugal era luz de lampião e aqui também era luz de lampião. (*Vocês ficaram muito tempo na casa do tio do seu marido?*). Um pouco sim. Ali fomos ficando. Meu marido foi ajudar o tio. Com o tempo, meu marido comprou uma carroça e um cavalo e foi trabalhar fazendo entregas para os outros e logo alugou uma casa e fomos morar sozinhos sem nenhum conforto e assim comecei minha vida aqui no Brasil. (*Conceição*)

As dificuldades da viagem e o isolamento a que se impôs por não conhecer ninguém no navio permeiam a narrativa de Inês. Porém, a recepção que lhe foi dada pelo tio e sua família traz a ela um sentimento de bem estar e acolhimento. O trabalho é visto por ela como um caminho natural e não como um fardo. Ela se sentia

recompensada por poder vivenciar outras possibilidades de socialização e aprendizado. O afeto que encontrou aqui traçou os rumos da construção da memória.

Foi uma viagem difícil. Eu não conhecia as pessoas e ficava muito tempo quieta costurando ou bordando num canto. Queria muito chegar logo aqui. *(Como foi tua chegada? Como se sentiu?)* Eu cheguei numa sexta-feira santa, lembro bem disso. Estava um dia com chuva e meu tio foi me buscar no porto. Fiquei muito feliz de conhecer meu tio. Ele me deu um abraço e chorou. Ele era de chorar muito. Tinha os olhos azuis e logo ficavam vermelhos. Fomos para a casa dele e conheci meus primos, José e Alfredo, e a mulher dele. Tia Cleusa era uma mulata bonita e alegre, que trabalhava junto com ele no negócio da família. Eu gostava muito dela. Foi muito boa para mim. *(Você ficou na casa dele e depois?)* Fui também ajudar nas coisas da casa e do bar, mas também fazia muitas coisas que nunca pensei *(abre um largo sorriso)*. Já não ia só à missa, não. Também ia ao cinema e, às vezes, meu tio nos levava a praia. Tinha um centro de Candomblé, que eu vim saber o que era anos depois, que minha tia ia e me levava com ela. Gostava muito de ir lá.

São duas narrativas que apontam lugares diferentes acionados para lidar com o que encontram ao chegar. Essas memórias, construídas a partir de suas vivências em Portugal, determinam como essas mulheres lidam com o estranhamento.

2.3 O trabalho no Brasil: espaço privado e espaço público

Para tratar das questões relativas a trabalho trago uma breve noção de espaço público e espaço privado nos debates de gênero.

Vinda da teoria liberal, a noção de espaço público e de espaço privado constituem uma dicotomia no pensamento ocidental moderno, gerando significativos debates. Sem a pretensão de esboçar aqui um cabedal do referencial teórico que abarca esse debate, trago apenas breve noção sobre o tema, centrada no gênero.

Inseridos no pensamento político, historicamente variáveis e de fronteiras imprecisas, “os contornos do privado e do público variaram de acordo com a época, mas ainda assim podem-se verificar algumas constantes: o governo é sempre da competência do público, enquanto o doméstico faz inevitavelmente parte do privado.” (LAMOUREUX, Diane, 2013, p. 208)

Isso nos remete à divisão sexual do trabalho, uma divisão que separa o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo, e que se apresenta naturalizada nas falas das entrevistadas. Sobre a divisão sexual do trabalho, Kergoat (2009) afirma:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente

adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.)” (KERGOAT. 2009, p. 567-75)

Minhas interlocutoras contam que, quando viviam em Portugal, ocupavam postos de trabalho no manejo das terras e dos animais ou em trabalhos domésticos. No Brasil, o trabalho também ocupa grande parte da narrativa dessas mulheres, no entanto, o trabalho delas, quando no espaço público, era entendido como “ajuda” ao marido, ou aos pais, ou aos tios.

(Como foi sua vida de imediato quando a senhora chegou aqui no Brasil?) Ah, foi ótima, graças a Deus. Eu conheci o Valter logo em seguida que eu cheguei. Eu cheguei aqui em 12 dezembro de 1955 e em 15 outubro de 1956 eu casei e fui cuidar da casa e da família. Minha vida no Brasil acabou sendo muito parecida com a que eu tinha em Portugal. Lá eu trabalhava muito na casa dos outros. Aqui eu trabalhei muito cuidando da família e da casa, e dos outros. Minha vida aqui foi em casa com a família e os filhos. *(Julieta)*

Ali fomos ficando. Meu marido foi ajudar o tio. Com o tempo meu marido comprou uma carroça e um cavalo e foi trabalhar fazendo entregas para os outros e logo alugou uma casa e fomos morar sozinhos sem nenhum conforto e assim comecei minha vida aqui no Brasil. (...) tive meus filhos e cuidava deles e da casa. (...) Eu ajudava também ele no comércio e ele que cresceu. Financeiramente tínhamos uma vida boa e meus filhos tinham de tudo. *(Conceição)*

(Se referindo ao tempo que passou com o tio quando chegou) Fui também ajudar nas coisas da casa e do bar, mas também fazia muitas coisas que nunca pensei. (...) Depois de casada eu cuidava da casa e dos filhos. *(Inês)*

Meu marido lá ficou a trabalhar e eu, depois que tive meu filho, o Júlio, passado uns tempos, também comecei a ajudar na padaria. Assim fomos levando a vida, de pouquinho em pouquinho. *(Maria Cláudia)*

Sobre minhas entrevistadas nomearem como “ajuda” o trabalho por elas exercido no espaço público (comércio da família) no Brasil, observo ter mais uma conotação de naturalização dessa fala do que propriamente uma construção real de espaços discriminatórios ou de poder. Minha percepção me leva a considerar, dentro do meu campo, o trabalho-ajuda como apenas discursivo.

A mesma percepção não se dá quando analiso essa “ajuda” nas atividades laborais em Portugal. Nesse contexto, o meu campo vai ao encontro do observado por Beatriz Maria Alásia de Heredia (2013), na obra “A Morada da Vida” onde os espaços de atuação do homem, da mulher e dos filhos é claramente delimitado e o poder do “pai

de família” é reafirmado nas práticas cotidianas onde a divisão sexual do trabalho fica evidente. Em sua obra, descobrimos que a “ajuda” é uma categoria evocada em certas circunstâncias para se falar do trabalho, especialmente o feminino.

Outro marcador da diferença presente em meu campo é o de classe social. O modo como uma classe se apropria da força de trabalho de outra atravessa a narrativa de Áida.

Como meu pai trabalhava nas Salsichas Reunidas, os patrões deles, que também eram portugueses, disseram a ele que queriam que uma das filhas fosse para a casa deles. Pronto, fui eu e a outra minha irmã foi para outra casa dos donos do Sabão Português. Aí a gente ficou trabalhando. Eu pegava meu dinheiro e dava todo para o meu pai. (...) *(E a sua vida como correu?)* Eu conheci o pai dos meus filhos e vim morar em Seropédica *(Mas assim? Só isso? pergunto. Ela ri)*. Eu saí da família portuguesa que não me pagou nada, era gente muito ruim. Antigamente a empregada doméstica não tinham dinheiro nenhum. Os portugueses de dinheiro *(faz um gesto com os dedos)* traziam os portugueses pobres para trabalhar para eles explorando a gente. Só meu pai trabalhando e a gente trabalhando na casa de famílias. Meu pai ainda estava pagando a casa de Campo Grande. *(Me fale um pouco do seu pai?)* Meu pai era estufador, estufava as salsichas, linguiça, mortadelas e era numa estufa. Ele saía daquela estufa e ia tomar banho frio porque lá não tinha chuveiro quente e depois ia de trem para casa. Era uma vida muito difícil. De madrugada ele levantava cedo e enfrentava o trem para ir trabalhar. Era de segunda a domingo. E eu e minha irmã trabalhando na casa dos portugueses. Minha mãe ficava em casa com meus irmãos pequeninos. Mas meus irmãos começaram logo a fazer trabalhos também. *(Que trabalhos?)* O primeiro emprego de meus irmãos foi guiador de cegos. Eram os ceguinhos que falavam para eles onde eles tinham que ir porque eles eram pequenos e não conheciam nada. Eram novinhos. Não conheciam o Brasil. Aí eu falava: não sei quem é mais cego, vocês ou eles. Mas antigamente não tinha essa violência que tem hoje. Antigamente era bem melhor *(Reflete. Essa é uma impressão recorrente nas narrativas)*. Aí meu pai ficou doente. Ficou tuberculoso. Ficou internado lá em Jacarepaguá num sanatório que tinha lá e a minha mãe para cuidar deles fazia uma vendinha na frente da casa. A casa era num quintal grande e ficava nos fundos. Aí minha mãe plantava tudo, batata, couve, alface e vendia e ali ela comprava o pão. Ela fazia picolé para vender. Ela se virava. A gente estava trabalhando e não podia vir em casa sempre, só de quinze em quinze dias e olhe lá. E ajudava. Tudo que ganhava eu dava para eles. Aí meu pai melhorou e voltou a trabalhar novamente. Ele ficou internado seis meses. *(Áida)*

A literatura sobre a imigração portuguesa no Brasil assinala que uma das razões para a emigração é o excedente da força de trabalho (PASCKES, 1991; SCOTT, 2002) e muito desse excedente desembarcou no Brasil. Nesse aspecto, a narrativa de Áida

sugere a exploração do trabalho dos portugueses pobres pelos portugueses ricos que vivem no Brasil. Ou seja, não são todos imigrantes portugueses que se identificam entre si, com uma relação harmoniosa: os conflitos sociais estão presentes nessas novas relações constituídas aqui.

Esse distanciamento identitário pautado em classe social fica bem evidente para mim quando Áida narra suas condições de trabalho e as do seu pai. A apropriação dessa mão de obra por seus empregadores se dá sem o mínimo de garantias ou cuidados. Essa apropriação e o reconhecimento dela deixa marcas na fala de Áida que, ao contar da aproximação com o pai de seus filhos, começa dizendo: “quando eu saí da casa dos portugueses”. Essa referência “casa dos portugueses”, foi dita de modo que os portugueses ricos ou mais abastados que a empregavam aparecem como sendo os “outros”, não como “nós”.

2.4 Casamento, traição, dança, violência doméstica

Duas das minhas entrevistadas vieram para o Brasil já casadas. Foram duas entrevistas que me conduziram a lugares diferentes diante de suas narrativas sobre a experiência do casamento pela disparidade existente em suas vivências.

Conceição relata que a vinda para o Brasil foi uma decisão do marido que sempre manifestou a intensão de emigrar. Vieram para o Brasil pouco tempo depois de se casarem e fixaram residência em São Paulo. Tiveram dois filhos. A entrevistada relata que tinham muitos desentendimentos em virtude da vida desregrada do marido e do seu hábito do consumo exagerado de bebida alcoólica.

Quando minha filha tinha três anos, meu marido comprou um pequeno comércio perto do porto de Santos e a vida foi melhorando apesar de ter muitas desavenças. *(Por quê das desavenças?)* Meu marido vivia na borda com os amigos e bebia. Quando bebia nós brigávamos muito. Eu me descontrolava. Fomos indo assim na vida porque eu tinha meus filhos e achava que tinha de suportar tudo. Fiquei uma mulher sofrida. Meu marido me traiu e eu não soube perdoar e acabou meu casamento. *(A senhora se separou do seu marido?)* Não foi logo. Vivia com ele por viver por causa dos filhos. Isso durou alguns anos. Mal nos falávamos. Eu trabalhava também no comércio com ele que cresceu. Financeiramente tínhamos uma vida boa e meus filhos tinham de tudo. *(Mas se separou depois?)* Sim, quando descobri que ele mantinha outra mulher, com casa e tudo. Aí eu não aguentei e me separei dele e vim para o Rio com meus filhos porque tinha cá uma prima. Meus filhos que tinham tudo ficaram numa pobreza. *(E como foi aqui no Rio?)* Com a ajuda dessa prima *(essa prima era uma prima distante. A entrevistada nem sabia precisar se o parentesco era*

sanguíneo) eu comecei a trabalhar na feira em Maria da Graça numa banca de peixe. Ali fui indo, indo e consegui alugar um quarto e cozinha onde passei a viver com meus filhos e a trabalhar na feira. Com muito sacrifício consegui formar meus filhos. (*Conceição*)

Com o passar do tempo e a recorrência do comportamento do marido ela diz ter se tornado “uma mulher sofrida”. Não me cabe aqui dizer sobre os acontecimentos que ensejaram essa constatação, mas, ao analisar toda a entrevista dela, percebo as especificidades que constituíram as possibilidades psicológicas de ruptura do casamento atreladas à sua história familiar em Portugal (órfã de mãe, madrasta que a maltratava, pai ausente e abusivo).

O que se segue, como ela relata, é que após uma traição do marido Conceição ainda fica com ele alguns anos por causa dos filhos, mas, em determinado momento, ela o abandona e vem com os filhos para o Rio de Janeiro.

Contando com o apoio de uma prima distante ela sai de São Paulo com dois filhos pequenos, vai morar de maneira precária, trabalhar numa barraca de peixes no Meier, bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro, cria os filhos, os forma sem nenhum apoio do marido, que, anos depois, morre em decorrência do alcoolismo. Apesar dos dissabores de sua trajetória familiar, o fato de ter criado seus filhos sozinhos é um motivo de extremo orgulho para Conceição.

No outro extremo, Maria Cláudia relata um casamento tranquilo, com um homem bom, tendo construído uma vida confortável e sólida. Lamenta profundamente a morte do marido e conta que até hoje sente sua falta:

Meu marido sempre foi um bom homem. Me tratava bem e aos filhos também. Nossa vida era estar lá a cuidar da padaria que ficou maior. Construímos uma boa casa e compramos um terreno em frente onde tinha duas casas que era mais uma renda. Íamos à missa todos os domingos e a jantar fora quando já sobrava um dinheirinho (...) (*Como seu marido morreu?*) Foi em 2001. Ele teve um enfarte fulminante. Caiu no chão da padaria. Foi muito triste. Estávamos com tudo pronto para ir ver os que ficaram em Portugal. Voltar à nossa terra. Nunca tínhamos lá voltado. Meus pais morreram e os dele também. Ele não tinha vontade de ir lá. Dizia: “o que vamos lá fazer?” Mas àquela altura já queria ir. Estávamos com tudo pronto para passar um mês lá e ele morreu. Foi terrível. Senti muito e ainda sinto. Meus filhos também sofreram. Eles adoravam o pai. (Maria Cláudia)

Essas diferenças de perspectivas dos relatos dessas mulheres acerca da experiência de casamento revelam que a ideia do homem português inculto, grosseiro e agressivo como típico imigrante daquela época é uma construção atrelada a estereótipos construídos no imaginário popular. Não era uma regra. Minha experiência aponta para ambos os lados. Minha socialização me levou a conviver com portugueses preocupados

com suas famílias, bons pais e maridos (na leitura das suas mulheres. Essa leitura [bons maridos] estava associada ao “bom provedor”), mas também, a conhecer o “estereótipo”.

Outras três entrevistadas vieram solteiras e se casaram no Brasil. O que observo em comum entre as três é o fato de o casamento com brasileiros ter expandido sua socialização no Brasil e os espaços de trânsito dentro de grupos distintos, possibilitando outras vivências e a construção de um “outro” mais próximo.

Essa circulação mais abrangente, não fechada em grupos de outros imigrantes portugueses, construiu nessas mulheres uma identidade que posso dizer mais maleável nos costumes, na aparência. Diversificada também nos assuntos e interesses.

Essa diversidade fica muito evidente na narrativa de Inês. O tio que a trouxe para o Brasil tinha vindo muitos anos antes e teve de superar grandes adversidades em sua chegada, enfrentando os conflitos relacionados à sua classe social. Seu tio era casado com uma brasileira, que a levou a frequentar um centro de Candomblé, certamente uma experiência efetivamente distante da realidade de Inês até então. Conta ela:

Tio Antônio veio para o Brasil e contava que veio com mais dois amigos, só que no porto se perdeu deles e foi chamado para trabalhar no estabelecimento de um português de nome Armindo. Esse Armindo o encontrou no porto, perdido, e o levou com ele. Sempre disse que tinha sido um “burro de carga” dos patrões e decidiu não trabalhar mais para ninguém. Juntou o que pode e veio parar em Quintino. Começou com um bar pequeno, alugado, e depois comprou o seu próprio onde estava quando vim para o Brasil. (...) Fui também ajudar nas coisas da casa e do bar, mas também fazia muitas coisas que nunca pensei (*abre um largo sorriso*). Já não ia só à missa, não. Também ia ao cinema e, às vezes, meu tio nos levava à praia. Tinha um centro de Candomblé, que eu vim saber o que era anos depois, que minha tia ia e me levava com ela. Gostava muito de ir lá. Era diferente e acontecia coisas que eu não compreendia e achava estranho, mas eu gostava de lá ir. (*Inês*)

O casamento é outro ponto a se observar na trajetória de Inês. Ela teve uma vida bastante dramática em Portugal. Quando sua mãe engravidou, os pais puseram a jovem para fora de casa e ela foi trabalhar de faxineira em casas de família. Ela criou a filha como pode e tornou-se uma mulher amarga que faleceu de tuberculose quando Inês tinha 17 anos. Minha interlocutora nunca soube quem era seu pai. Conta que a pouca alegria que tinha em Portugal era a escola por causa da professora, que era muito carinhosa com ela, tendo chegado a acolhê-la em sua casa várias vezes. O tio, que tinha imigrado para o Brasil nos anos 1940, providenciou a vinda dela para o Brasil quando da morte da mãe.

O Brasil se mostrou um universo de possibilidades para Inês, muito além de um trabalho ou de um casamento que suprisse as necessidades de sobrevivência. O casamento aconteceu, mas foi motivo de intenso prazer e de alegrias, como ela narra:

(E o casamento, como foi?) Depois de cinco meses de eu estar cá conheci meu marido. Meu marido vinha a ser filho de uma amiga da tia Cleusa. Era um homem mesmo lindo... *(sorri e suspira)*. Começamos a namorar. Ele trabalhava como zelador num prédio no centro da cidade, no Edifício São Borja. Ele era de Minas Gerais. Ganhava bem e logo nos casamos. Casei num dia de Nossa Senhora de Fátima de 1962 e, no início de 1963, eu tive meu primeiro filho. Meu marido alugou uma casa aqui em Quintino mesmo. Era uma casa boa com dois quartos, sala, cozinha e banheiro. Tinha um quintal pequeno, mas eu fiz um jardim com rosas. Eu sempre quis ter uma casa com jardim. Nessa casa meus filhos nasceram e vivemos nela até meu marido conseguir construir uma casa num terreno que ele já tinha. Essa casa aqui, onde vivo até hoje. Já fizemos muitas reformas. Já aumentei a casa e fiz duas casas no fundo. Uma para cada filho. Toda independente uma da outra. *(Como era seu marido com você?)* Foi um bom marido. Sempre trabalhou como zelador em prédios lá na cidade. Todos os patrões que ele teve gostavam muito dele. Eu cuidava da casa, do dinheiro e dos filhos. Eu é que sempre cuidei do dinheiro. Quando recebia me entregava todo o dinheiro e eu é que administrava *(fala com orgulho)*. Nunca tomou um gole de bebida alcóolica. Tinha pavor de quem bebia. O pai dele morreu por causa da bebida. Sabe, ele (o marido) adorava dançar e me ensinou *(suspira e sorri. Faz movimentos de dança com os braços)*. Pelo menos uma vez por mês me levava aos bailes que tinha no clube em Cascadura. (...) Toda aquela tristeza que eu tinha em Portugal foi embora nesses anos. (Inês)

Nessa entrevista, especificamente, a ideia de submissão da mulher perante o marido perde força, quando ela cita que este lhe entregava todo o dinheiro que recebia com seu trabalho. É ela quem administrava os recursos da família. Essa gestão do dinheiro sugere ela deter bastante poder na relação.

Mas de violência contra a mulher também são feitos alguns casamentos. E foi assim com Áida. A violência já se apresenta no início do relacionamento quando o “marido” não lhe conta que era casado e tinha duas filhas. Ela só veio a saber dessa situação quando já estava grávida do primeiro filho. Os pais, contrários ao relacionamento, se afastaram e só retomaram o convívio depois de meses, quando a criança nasceu.

O “marido” a instalou numa casa em Seropédica, onde ela passou viver cuidando da casa e dos filhos:

(Você casou, teve filhos, me conte de você?) Quando eu saí da casa dos portugueses fui fazer faxina e foi numa dessas casas que conheci o pai dos meus filhos. Eu estava trabalhando e ele era bombeiro hidráulico e foi fazer um trabalho na casa e eu o conheci. Ele foi

consertar a pia dos patrões e me enganou porque disse que era solteiro e não era. Tinha duas filhas já. Diz ele que era separado da mulher. *(Vocês não casaram, não ficaram juntos?)* Fomos viver juntos. Não casamos porque ele era casado. E aí meu pai não queria também. [Meu pai] Ficou muito chateado, mas depois ele entendeu. Quando meu pai faleceu eu já tinha o meu filho mais velho, ele tinha um aninho. Eu tive três filhos. Desde que fui viver com o pai dos meus filhos eu vim para Seropédica e foi muito difícil. A irmã dele é que me ajudou até para ir ao médico para o pré-natal. Era muito difícil aqui. Todos os meus filhos nasceram em Seropédica. Minha vida foi assim, desse jeito... Muito sofrimento, muito trabalho, cuidando dos filhos e cuidando de tudo. *(O seu casamento foi bom?)* No começo foi, mas depois não. Ele bebia muito e cada vez mais. (Áida)

Quando pergunto a Áida se o casamento foi bom, ela diz que sim, no início. Relata que o marido consumia muita bebida alcoólica e isso foi deteriorando a relação. Nesse momento da entrevista ela se mostrou constrangida, e disse: “Não me batia, mas com palavras me ofendia muito. Aguentei até meus filhos crescerem.”

Na medida em que avançamos na entrevista e várias passagens da sua trajetória já tinham sido narradas, ela se desarmou e soltou um desabafo:

(Mas vocês vivem separados?) Sim. Desde a última vez que ele me bateu eu levei quatro pontos *(Aqui há uma contradição com uma fala anterior. Ela tinha afirmado que ele não lhe batia)*. Meu filho quis me levar na delegacia, eu não quis ir. Mas meu filho o colocou na justiça. Eu fui a corpo de delito [fiz exame de], mas depois eu fui na delegacia e tirei a queixa. Agora ele faz as coisas pra mim e faz tudo. (Áida)

A violência contra a mulher é uma tragédia que se vê em vários lugares do mundo. No Brasil, segundo dados do IPEA, levantados em fevereiro de 2019, nos últimos 12 meses imediatamente anteriores, 1,6 milhão de mulheres foram espancadas ou sofreram tentativa de estrangulamento no Brasil, enquanto 22 milhões (37,1%) passaram por algum tipo de assédio. Dentro de casa, a situação não foi necessariamente melhor. Entre os casos de violência, 42% ocorreram no ambiente doméstico. Após sofrer uma violência, mais da metade das mulheres (52%) não denunciou o agressor ou procurou ajuda. Áida é mais uma nessa estatística perversa.

2.5 Portugal, filhos, Brasil

Somente uma das minhas entrevistadas nunca retornou a Portugal. Inês, mesmo com a insistência dos filhos e possuindo condições financeiras para ir, nunca quis voltar. Fala com satisfação e orgulho da vida que construiu no Brasil.

Meus dois filhos se formaram na faculdade. Um em Administração de empresas e o outro professor de Química. Muito inteligentes meus

filhos. Cresceram, casaram, cada um tem sua vida. Tenho três netos. Toda aquela tristeza que eu tinha em Portugal foi embora nesses anos. Dor depois disso só quando o meu marido morreu. (*Você voltou a Portugal?*) Quando o meu marido morreu eu fiquei muito triste uns tempos, aí meus filhos falaram de eu ir a Portugal, mas eu nunca quis. Eles, os dois, já foram lá, tiraram a cidadania portuguesa, mas eu nunca quis ir lá. (*Inês*)

As demais interlocutoras narram seus retornos a Portugal como um reencontro com pessoas e lugares do seu passado e também um encontro com um país que não haviam conhecido antes.

(*Quantas vezes mais a senhora voltou a Portugal?*) Fui lá quatro vezes. Uma com teu pai, outra contigo, outra com a Idília e tia Eutíquia e a última com a Telma. Foi tudo bem, Graças a Deus.” (*E, hoje em dia, sente falta de alguma coisa de Portugal?*) Eu sempre trouxe bacalhau de lá todas as vezes que fui lá porque o bacalhau daqui não é igual ao de lá... (*risos*). Sinto saudade do gosto da comida de lá. Disso sinto. Sinto saudades da uva de lá, do vinho, de todas as frutas (*fica pensativa uns segundos e segue contando*). Eu vivi muito mais tempo de vida no Brasil do que em Portugal. Vim pra cá em 1955, eu acho que tinha uns 27 anos (*fazemos as contas juntas*). Estou há 64 anos no Brasil. Ainda tenha vontade de ir a Portugal, mas não aguento mais a viagem. Se eu me sentisse com coragem, eu iria quantas vezes fosse possível. Minha vida no Brasil acabou sendo muito parecida com a que eu tinha em Portugal. Lá eu trabalhava muito na casa dos outros. Aqui eu trabalhei muito cuidando da família e da casa, e dos outros. Minha vida aqui foi em casa com a família e os filhos. (*Julieta*)

Os filhos e netos são considerados por elas suas maiores vitórias e seu lugar de acolhida e conforto no presente. Minhas interlocutoras manifestam orgulho de seus descendentes e destacam o quanto a vida deles é diferente da sua própria em termos de oportunidades e desenvolvimento.

Meu marido sempre foi um bom homem. Me tratava bem e aos filhos também. Nossa vida era estar lá a cuidar da padaria que ficou maior. Construimos uma boa casa e compramos um terreno em frente onde tinha duas casas, o que era mais uma renda. Íamos à missa todos os domingos e a jantar fora quando já sobrava um dinheirinho. (*Seus filhos estudaram?*) Todos estudaram até onde quiseram. Minha filha se formou enfermeira e os meninos, o mais velho, quando o pai morreu, assumiu a padaria e fez o negócio crescer. Ele sempre gostou de andar por lá, de atender os fregueses. Sempre foi bom de contas. Hoje tem três padarias grandes e os filhos dele todos trabalham com ele. O do meio se formou advogado, mas foi para a polícia e hoje já é aposentado (*fala com orgulho e mostra fotos*). Todos casaram e tenho seis netos, dois netos de cada filho. (*Maria Cláudia*)

Eu já fui três vezes [a Portugal]. A primeira vez eu gostei muito. Eu revi minhas irmãs que ficaram lá. Ficaram lá duas irmãs. A primeira

filha da minha mãe ela deixou com minha avó. Minha avó só tinha uma filha e um filho que estava cá. Quando minha mãe veio para o Brasil deixou duas filhas lá. A primeira vez que eu fui foi muito bom, foi uma emoção tão grande! Na segunda já não foi a mesma coisa. Começaram a morrer os tios e perdi uma irmã com câncer. Aí já não era a mesma coisa. A última vez que eu fui, há três anos, fui com meu filho. (...) Eu tive três filhos. Minha filha se formou em Engenharia elétrica na UERJ e foi morar em Itatiaia. Meus filhos todos estudaram, fizeram faculdade. Eu me virava do avesso pra eles estudarem. Eu não obrigava, mas eles estudavam o que queriam. Eu me virava para manter eles na escola. O mais velho foi para Florianópolis e entrou na Marinha. O outro entrou no ITA, em São José dos Campos, foi pra lá, fez a faculdade e foi para São Paulo. Meus filhos tiraram a nacionalidade portuguesa. Meu filho do meio ficou um ano nos Estados Unidos e, depois, fez outro curso na Espanha e foi passar o Natal em Portugal com minhas sobrinhas. Ele gostou muito. Agora meu filho quer ir a Portugal. (*Áida*)

(*Como foi voltar a Portugal?*) A primeira vez que fui a Portugal foi em 1986. Meu pai ainda era vivo, mas estava muito velhinho, nem me reconheceu. Isso também me deu muita tristeza, muita mágoa. Morreu uns dois meses depois que voltei ao Brasil. Quando eu fui a primeira vez chorei muito, mas Portugal já não pareci muito com o que eu deixei. Na casa do meu pai já tinha luz elétrica e minha madrasta já tinha morrido. Já quase não tinha ninguém do meu tempo lá, só alguns colegas do tempo da escola e uns primos com quem eu andava na juventude. Gostei de estar lá, de estar com eles. Me sentia perto da minha mãe e gostava de andar por lá. Naquele tempo que eu vim pra cá não conhecia nada de Portugal, muito mal a minha aldeia e as outras perto. Tudo era muito difícil e não tinha transporte como tem hoje. A vida era muito dura lá. Cá também foi, mas lá foi pior. Adoro o Brasil. Sinto saudades, mas não sinto falta. Cá tenho os meus filhos. (*Conceição*)

Pelos depoimentos pude perceber que nenhuma apresenta arrependimento por ter imigrado e, apesar da saudade de algumas coisas, não esboçam desejo de voltar a viver em Portugal. Porém, o fato de os descendentes tirarem a nacionalidade portuguesa provoca satisfação por sugerir que seus descendentes valorizam essas raízes culturais e podem retomar e atualizar os laços com os familiares e também com a pátria que deixaram para trás.

As que retornaram em visitas ao país de origem já não vão mais há alguns anos tanto por causa do desgaste da viagem quanto por já não terem mais ninguém da sua juventude vivo por lá. Reportam que os filhos, netos e amigos estão no Brasil. Observo que seu sentido de pertencimento são os afetos e esses estão todos aqui. Parafraseando meu amigo e colega de mestrado Ny Kapoco, as pessoas que elas amam são o país que habitam.

2.6 Me encontrando com as falas delas

Nos estudos sobre migrações prevalece a visão de que tal fenômeno estaria relacionado principalmente ao universo masculino. Ainda que se tenha produzido alguns avanços nas últimas décadas, os esforços para estudar a imigração numa perspectiva de gênero ainda são escassos. As mulheres imigrantes apresentadas neste trabalho vieram para o Brasil e aqui passaram a maior parte das suas vidas. Suas histórias, se semelhantes na partida, no caminho se mostram repletas de nuances, nem sempre sutis. Esses detalhes nos mostram a importância do estudo das narrativas, considerando os entrecruzamentos entre gênero e migração.

Em diversos estudos, predominava, por vezes, a perspectiva androcêntrica. Ou seja, partindo da noção de que a participação da mulher nas migrações se reduzia ao rol passivo de acompanhante. O que mais se encontra nos relatos é o papel da mulher ligado à reprodução, ao cuidado da família e à gestão do lar. Nos deparamos, no discurso dominante, com a valorização das migrações em termos da sua contribuição demográfica, sendo comuns as alusões a mulheres imigrantes que “seguem o seu marido”, estando grávidas, dando de mamar ou rodeadas de crianças. Dentro desse recorte também cabem as mulheres do meu estudo, mas sabemos que elas não se limitam a esse papel.

No conjunto de mulheres que pesquisei a domesticidade e a maternidade surgem como elementos estruturantes da subjetividade, no entanto, também é possível se observar um agenciamento importante na condução de suas próprias vidas. Isso fica evidente, principalmente, nas entrevistas de Áida e de Conceição. Essas duas mulheres romperam seus casamentos, se recusando a permanecer em relações abusivas. Estamos falando de mulheres portuguesas criadas num ambiente que privilegiava o cerceamento das suas vontades à autoridade masculina e que hoje contam com mais de 75 anos de idade. Isso sugere uma mudança significativa, principalmente, quanto à orientação socio-familiar de seus descendentes.

Em linhas gerais o desempenho laboral dessas mulheres, quando no espaço público, se ateve a tarefas muito próximas das desempenhadas no espaço privado, com escassas possibilidades de mobilidade social. O matrimônio foi um caminho trilhado por todas, mas a análise dessas narrativas aponta para a agência das mulheres na condução de suas relações conjugais e familiares e, diferentemente do que se podia

supor no imaginário sobre mulheres submissas e direcionadas por determinismos familiares e sociais, encontramos rupturas significativas.

O discurso social relacionado às mulheres imigrantes difere do referente aos homens. A fundamentação geral para a imigração feminina não aparece como uma escolha individual, mas, em regra, por situações que envolvem seu entorno familiar. Acompanha esse discurso um modelo de abnegação. No entanto, quando lançamos nosso olhar para o micro, para casos específicos, é muito interessante observar que, apesar da imigração ter se dado como uma espécie de estratégia familiar, essas mulheres por mim entrevistadas desenvolveram muitas vezes suas próprias opções, a partir do seu horizonte de possibilidades.

CAPÍTULO III – Construções narrativas de homens imigrantes portugueses

Ai que ninguém volta
Ao que já deixou
Ninguém larga a grande roda
Ninguém sabe onde é que andou
Ai que ninguém lembra
Nem o que sonhou
E aquele menino canta
A cantiga do pastor
Ao largo ainda arde
A barca da fantasia
E o meu sonho acaba tarde
Deixa a alma de vigia
Ao largo ainda arde
A barca da fantasia
E o meu sonho acaba tarde
Acordar é que eu não queria

(O Pastor – Madredeus)

Neste capítulo apresento a trajetória de cinco homens imigrantes portugueses. Suas entrevistas seguiram o mesmo caminho e o aporte teórico das entrevistas do capítulo anterior no que se refere à análise das memórias e subjetividades.

Por experiência própria, por tantas trajetórias já conhecidas na minha vida e pela literatura sobre o tema, não posso deixar de pontuar que, ao longo da história, a migração internacional tem sido uma manifestação corajosa da vontade do ser humano, independentemente dos motivos que a determinam. Imigrar para superar as

adversidades que rondavam suas vidas no local de partida é, na maioria dos casos, também enfrentar adversidades no lugar de acolhida.

Diversamente do grupo de mulheres por mim pesquisado, para todos os meus entrevistados homens, a imigração foi uma opção, em que pese ser a única que entendiam ter. As diferenças entre os dois grupos ficam evidentes nas entrevistas.

Nesse grupo, se destaca a clara interrelação entre migração e desenvolvimento pessoal centrado na percepção sobre as condições econômicas e sociais tanto do local de origem (escassez) como as do destino (abundância). São os homens os agentes desse deslocamento. No entanto, a pesquisadora Maria Izilda Santos de Matos alerta para:

“(...) a necessidade de que os deslocamentos sejam analisados além dos condicionamentos demográfico-econômico-sociais e do paradigma mecanicista da miserabilidade, assim, não podem ser vistos apenas como resposta às condições excepcionais de pobreza (...). Estes processos superaram os limites das necessidades estritamente econômicas, sendo importante observar questões políticas (refugiados, perseguidos e expulsos), étnico-raciais, culturais, religiosas, geracionais e de gênero.” (MATOS, 2013, p. 50)

Os meus entrevistados imigraram através do chamado de outros homens que haviam partido anteriormente seguindo a lógica de uma rede de apoio e acolhida no Brasil sustentada por tios, primos, irmãos ou pais que já se encontravam de alguma forma estabelecidos aqui. A prática de os homens saírem primeiro, em muitos casos, está relacionada à preocupação de criar condições favoráveis para a vinda dos que ficaram, em que pese a saída desses homens afetar a estrutura familiar existente em Portugal (MATOS, 2013).

Todos os meus entrevistados vieram solteiros para o Brasil, mas se casaram posteriormente, constituíram família e relatam a ‘ajuda’ das esposas na condução das atividades laborais a que se dedicaram como, por exemplo, no ramo do comércio.

3.1 Quem são eles e como nos encontramos

Modelo S-4 130

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à imigração no Porto de destino

Nome por extenso Américo Martins Pereira
Admitido em território nacional em carácter Permanente
(temporário ou permanente)

Nos termos do art. 9º letra 9ª do decreto-lei n.º 7967, de 1945

Lugar e data do nascimento Sever do Vouga 27 / 2 / 1933

Nacionalidade Portuguesa Estado civil Solteiro

Filiação (nome do pai e da mãe) Celestino Marques Pereira e de Ilda Martins das Lages Profissão Carpinteiro

Residência no país de origem Pessegueiro-Sever do Vouga

NOME	IDADE	SEXO

FILHOS MENORES DE 18 ANOS

Passaporte n. 2229/58 expedido pelas autoridades de Junta Emigração na data 29/1/58

visado sob o n. 4320

ASSINATURA DO PORTADOR: Américo Martins Pereira

Consulado Geral do Brasil no Porto de 8 de APR de 1958 PELO CONSUL GERAL DO BRASIL

Arnaldo Rigueira
ARNALDO RIGUEIRA
Consul-Adjunto

NOTA — Esta ficha deve ser preenchida à máquina pela autoridade consular, sendo as duas vias em original.

Fig. 8 – Cartão de Imigração de Américo-Acervo: FamilySearch.org

Américo Martins Pereira nasceu em 1933, em Sever do Vouga, Aveiro. Veio para o Brasil em 1958. Conheci ele e sua esposa, dona Rute, na minha infância. Eles se estabeleceram em Mesquita, mesma cidade onde minha família também fixou residência.

No meu olhar de criança, Mesquita era povoada por portugueses já que todas as pessoas do nosso círculo de convivência mais próximo eram lusitanas. Apesar de Américo ter o mesmo sobrenome da minha mãe e de eles terem nascido no mesmo local não possuíam parentesco.

Como já dito, nossas famílias eram próximas na minha infância, depois não mais. As notícias que, por ventura, chegavam até mim sobre eles eram esparsas e depois da morte da minha mãe, em 1980, nos distanciamos. Sabia, por minha tia Julieta, que dona Rute tinha morrido num acidente e que, depois disso, seu Américo tinha voltado a Portugal.

Quando comecei a conduzir minha pesquisa, entrei em contato pelo Facebook com uma das filhas de Américo, que estava entre os amigos de uma prima. Ela me disse que ele estava vindo para o Brasil e ia ficar até o novembro de 2019. Foi quando combinamos o encontro que se deu no apartamento da Ilda, filha dele, em Copacabana, em meados de setembro de 2019.

João Martins nasceu em 1941, em Cedrim, Aveiro, e em 1958 veio para o Brasil para encontrar-se com seu pai, que havia imigrado quatro anos antes. João é tio de um colega de magistério e foi desse modo que cheguei até ele.

Seu João me recebeu numa das padarias de sua propriedade em Duque de Caxias. Entre um café e outro fomos conversando. Percebi o entrevistado muito à vontade desde o início. Não se recusou a responder nenhuma pergunta e fez questão de detalhar o que demonstrava lembrar. Foi a primeira entrevista na qual pude avançar mais sobre questões políticas, tema que já tinha ficado para trás como objeto.

Humberto Gonçalves nasceu em 1937, em Cetos, Viseu. Veio para o Brasil em 1961. Nunca mais voltou a Portugal. O contato foi feito através de um cliente antigo que tive em Piabetá, no município de Magé (RJ).

Meu antigo cliente tinha sido comerciante por lá e conhecia muita gente. Sempre falava de um português amigo que havia levado um tiro. Lembrei disso quando tive dificuldades para encontrar imigrante portugueses homens para entrevistar. Foi então quando entrei em contato com meu ex-cliente. Prontamente, ele intermediou o encontro que ocorreu na residência de seu Humberto, que me recebeu com muita boa vontade e respondeu sem rodeios às minhas perguntas.

Zeferino Calixto Bahia nasceu na Aldeia de São Julião, Concelho de Bragança, em 1936. É comerciante em Seropédica. Veio para essa cidade desde que imigrou, em 1962. Viveu em união estável durante 38 anos e não teve filhos. Quem me levou até ele foi a proprietária do apartamento aonde vivo. A entrevista ocorreu no estabelecimento comercial dele. Zeferino me recebeu um tanto desconfiado e, a princípio, disse que podíamos conversar ali mesmo com o balcão entre nós, em pé.

Eu então me apresentei, contei um pouco da minha história e da dos meus pais. Falamos de Portugal e ele foi se soltando, mas não me convidou a sentar. É um homem de poucas palavras e com aparência bastante severa.

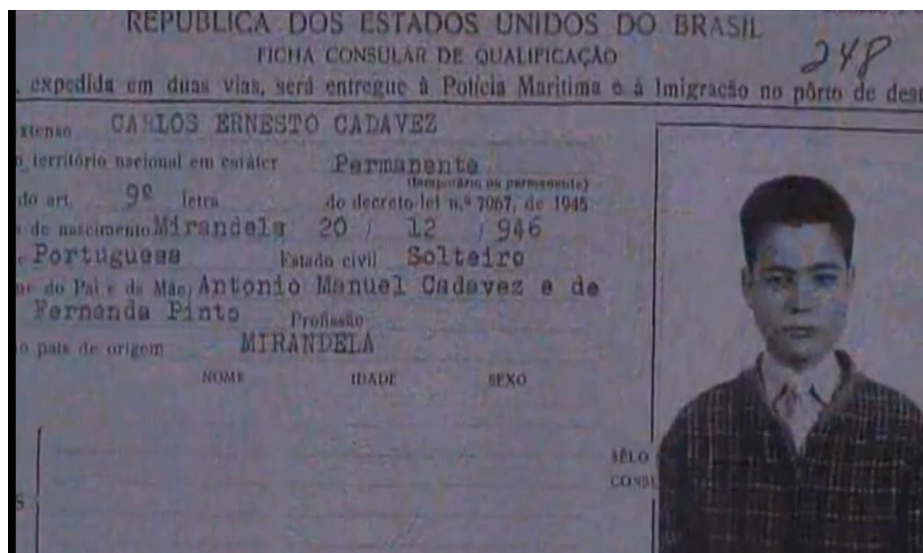


Fig. 9 – Cartão de Imigração de Carlos Cadavez-Acervo:

Carlos Ernesto Cadavez nasceu no Vale do Salgueiro, Mirandela, Portugal, em 1946. Imigrou para o Brasil em 1961, junto com um irmão. Veio ao encontro do pai que já estava no Brasil havia dez anos. Eu, sem qualquer intermediação, fui em busca dessa entrevista.

Dono de um estabelecimento famoso, Cantinho das Concertinas, “Seu Carlinhos”, como é conhecido, é uma celebridade dentro e fora do Centro de Abastecimento do Estado da Guanabara (Cadeg), conhecido hoje também com Mercado Municipal do Rio de Janeiro que fica localizado no bairro de Benfica (RJ). Ali é promovida, todos os sábados, a “festa portuguesa”, como ele mesmo denomina. Essa festa é um misto de música tradicional regional portuguesa (de várias partes de Portugal), comida tradicional, com frequentadores das mais variadas procedências.

Entre os frequentadores, há os saudosistas, os curiosos, os locais, os eventuais e os que só querem vivenciar a experiência. Eu me enquadro no grupo dos que queriam vivenciar a experiência e entrevistar o ‘Seu Carlinhos’.

Movida por esse objetivo, em setembro de 2018, num sábado, por volta das 11h30 da manhã, me instalei numa das mesas do local que fica na viela 16 da Cadeg. Entre bolinhos de bacalhau e cerveja, fiquei ali observando o movimento que foi aumentando conforme se aproximava o horário da música.

Às 13h em ponto, um grupo de cinco músicos subiu no pequeno palco improvisado diante do bar, se apresentou e, em seguida, começou a executar músicas

que eu ouvia sempre na minha casa, cantadas pela minha mãe e pela minha avó. O ambiente não, mas a música me levou para um lugar de afeto e de saudade.

Em dado momento, os músicos começaram a circular entre as mesas e a deter-se a cantar em cada uma, numa espécie de sedução e entrosamento. Alguns casais atenderam ao apelo sentimental e cantaram juntos, por vezes dançando numa pista também improvisada.

Antes mesmo desse *tour* dos músicos entre as mesas, poucos casais já ocupavam a pista. Eram pessoas que aparentavam mais de 70 anos, muitos deles talvez imigrantes portugueses vindos há anos para o Brasil.

Em dado momento, interpelei o garçom que me atendia (muito atencioso, por sinal) e falei da minha intenção de entrevistar o dono do estabelecimento. O garçom me contou que o proprietário estava muito doente, em tratamento de hemodiálise, e já não vinha ao bar que estava a cargo da filha, Natália, e seu marido. Mas, gentilmente, me levou para conversar com Natalia.

Expliquei a ela quem eu era e a pesquisa que estava conduzindo. Ela, muito solícita, me disse que o pai com certeza gostaria muito de falar comigo. Me passou o telefone para contato, paguei a conta e abandonei a “festa”.

Durante quase um ano tentei realizar a entrevista. O caminho percorrido para conseguir entrevistar “Seu Carlinhos” se tornou objeto de reflexão e produziu compreensões relevantes sobre minha atuação como pesquisadora, assim como pude verificar nos estudos de Antônio Carriço (2016) sobre o trabalho de padeiros e as dificuldades que enfrentou em sua entrada em campo. Até onde se tratava de determinação ou de teimosia, com toda a carga de significados que carregam essas palavras foi a dúvida que me assolou durante esse período da pesquisa. Todas as vezes que eu fazia contato, o ‘Seu Carlinhos’ estava debilitado e sem condições de receber visitas. Quando eu já estava quase desistindo da entrevista, no último contato, no final de setembro de 2019, ele me atendeu ao telefone e disse que me receberia no bar, pois, por intermédio de Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora de Aparecida e Santa Dulce dos Pobres¹¹, um milagre tinha acontecido: ele havia se curado e tinha voltado a trabalhar.

¹¹ Nossa Senhora de Fátima ou, formalmente, Nossa Senhora do Rosário de Fátima, é uma das invocações marianas atribuídas à Virgem Maria e que surgiu com base nos relatos das aparições reportadas por três pastorinhos no lugar da Cova da Iria, na freguesia de Fátima, em Portugal. Nossa Senhora da Conceição Aparecida foi proclamada Rainha do Brasil e sua

Assim, lá fui eu, numa manhã de segunda-feira, em meados de outubro de 2019, fazer, finalmente, a entrevista com ele. Seu Carlinhos me recebeu com um abraço, bolinho de bacalhau e um suco de laranja. Mas eu paguei a conta.

3.2. Saída, chegada, encontros

Apesar dos motivos que originaram a imigração deste grupo de homens que pesquisei serem encontrados com recorrência nos estudos sobre imigração portuguesa, cada um desses processos nos faz caminhar por “trilhas” de distinções que abrem um leque de percepções muito particulares que eles desenvolvem na construção de suas memórias. Essas particularidades são apresentadas por cada um deles em seus relatos

O abandono escolar, o trabalho duro e precoce e o desejo de emigrar aliado à pena de deixar pessoas queridas em Portugal são temas recorrentes nas suas narrativas.

Ficamos no liceu sem professora e não voltei mais à escola. Mas eu aprendi muita coisa. Sempre li e escrevi muito bem. Mas tinha que trabalhar. Era na manhã na lavoura e na tarde eu ajudava o sapateiro da aldeia a arrumar as solas dos sapatos que rompiam. Ganhava uns escudos que sempre ajudava. Com uns onze anos, lembro bem disso, chegou uma carta do tio Custódio e fui eu que li a carta à minha mãe. Com a carta veio um dinheiro grande. Ele falava que estava indo bem no Brasil e, então, eu disse à minha mãe que queria vir para o Brasil. E fiquei com isso até largar a tropa. Trabalhava-se muito em tudo. Era das cinco da manhã até às oito da noite. Só parávamos para comer e dormir. Trabalhei muito tempo na cozinha. Tinha jeito para isso e já lá sabia alguma coisa que aprendi com minha mãe. *(Neste período se falava alguma coisa de política?)* Na tropa sempre tinha um ou outro que falava. Se ouviam muitas coisas, mas eu era muito sossegado e só queria saber de lá sair e vir para o Brasil. Falei disso com o sargento algumas vezes. Sempre disse que vinha para o Brasil. *(E como veio?)* Quando larguei a tropa escrevi ao meu tio e ele me mandou a carta de chamada e pagou-me a passagem. Tive muita pena de lá deixar minha mãe e avó, mas não tinha trabalho por lá. A vida era na terra. *(Humberto)*

Américo relata que emigrar sempre foi um desejo alimentado ao longo do tempo, mas a sua imigração para o Brasil, especificamente, foi contingencial:

Tinha uma vida de muito trabalho em Portugal sem ganhar que chegasse. A vida lá era a cuidar da lavoura e fazer trabalhos com madeira, portas, janelas, bancos, mesas. Eu era carpinteiro. Mesmo antes de ir para o exército eu já falava em emigrar. Mas eu não vinha

Padroeira Principal em 16 de julho de 1930, por decreto do Papa Pio XI. A imagem já havia sido coroada anteriormente, em nome do Papa Pio X, por decreto da Santa Sé, em 1904. Santa Dulce dos Pobres é a primeira canonização da história de uma mulher nascida no Brasil.

para o Brasil não, eu ia para o Canadá onde tinha um tio. Acabou que quando deixei o Exército eu vim para o Brasil porque cá já tinha um irmão, o Aires, não sei te recordas dele. *(Quem mandou a carta de chamada foi seu irmão?)* Não, eu também tinha um tio cá, o tio Gilberto, dono do Café Camões. Foi ele que mandou a carta de chamada. *(Américo)*

João Martins também conta de uma vida de dificuldades em Portugal e aciona na memória a imigração dos tios que se instalaram em Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, como o indicador de acolhimento no Brasil. A expectativa de ganhar dinheiro aqui faz o seu pai imigrar deixando mulher e filhos para trás. A escolha da cidade onde se fixar está vinculada a uma rede de apoio previamente estabelecida.

(Como e por que o senhor veio para o Brasil?) A vida em Portugal não era fácil, não. Nosso lugar era muito pobre e atrasado e vivíamos de lavar algumas terras que pertenciam ao meu avô materno, o avô João. Não cheguei a conhecer minha avó. Ela já tinha morrido quando eu nasci. Vivíamos todos numa casa com alguns cômodos. Vivia lá meu avô, meu pai e minha mãe e meus dois irmãos mais novos. Meus tios, irmãos do meu pai, tinham pra cá vindo buscar trabalho, e meu pai, que já era casado, ficou lá. Meus tios sempre falavam para meu pai vir que cá que era fácil ganhar dinheiro. Meus tios, a essa altura, já tinham um pequeno comércio de frutas e legumes em Nova Iguaçu. *(Por que Nova Iguaçu?)* Porque já havia lá muitos portugueses. Essa era a história que meus tios contavam. Eles ajudavam aos que chegavam a conseguir trabalho. Em 1954, meu pai resolveu vir para tentar a sorte, e meu tio Alberto mandou a carta de chamada e a passagem. Então meu pai veio e foi trabalhar com eles no comércio em Nova Iguaçu. Eu já era um rapazote a essa altura, tinha 13 anos. *(O senhor foi à escola?)* Sim, eu e meus irmãos íamos à escola. Todos fomos à escola, mas lá só se estudava até a quarta classe. Não tinha mais estudo do que isso no lugar onde a gente vivia. Era trabalhar para não passar fome. Eu ajudava em dia de feira. Tinha uma feira, e ainda tem, uma vez por mês e eu ganhava uns tostões em dias de feira a trabalhar para os outros. Também criávamos galinhas e porcos. Meu pai depois começou a mandar dinheiro para lá, mas também não era muito. *(João)*

Seguindo na narrativa de João, em determinado momento, seu pai que mandava dinheiro para a família em Portugal, deixou de mandar e eles ficaram sem notícias dele.

Os tios que estavam no Brasil informaram por carta que tinham tido uma briga e que seu pai havia sumido. João, que na época desse acontecimento já tinha 17 anos, resolveu então vir para o Brasil e fez todo um trabalho de convencimento com a mãe que temia que ele também pudesse desaparecer.

Minha mãe, pobrezinha, não queria que eu viesse de maneira nenhuma. Sempre a chorar dizia que eu também ia desaparecer. Eu, então, fui falar com meu avô. Foi ele que convenceu minha mãe e

pagou a passagem. Meu tio Alberto, o mesmo que mandou a carta de chamada para o meu pai, também mandou para mim e eu vim cá ter. (João)

Humberto, além de uma vida de trabalho duro na lavoura e da pouca escolaridade, aborda o acirramento das dificuldades com o abandono paterno depois de seu pai ter imigrado para a Venezuela.

(Como era em Portugal, como e por que veio para o Brasil?) Depois de servir à tropa vim para o Brasil. Eu cá tinha um tio, tio Custódio. Ele tinha vindo nos anos 20 [1920] e alguma coisa... Eu vivia com minha mãe e meus avós numa casinha pequena na aldeia. Meu pai tinha ido para a Venezuela quando eu ainda era criança pequenina, mal me lembro dele. Só pelas cartas que mandava à minha mãe e uma fotografia que lá tinha. Meu pai, passados uns anos, deixou de mandar notícias e não soubemos mais dele. (Humberto)

Zeferino era lavrador em Portugal, filho mais velho de uma família com doze filhos. Também relata uma vida de privações em Portugal. A imigração era o caminho que tinha traçado para si, mas a mudança não seria para o Brasil.

(Imigrar para o Brasil foi o caminho que encontrou para a sua vida?) Não era no início. Quando eu vim pra cá, eu [na verdade] ia pra França, mas as fronteiras eram fechadas e era difícil atravessar a fronteira. Como meu irmão me escreveu para eu vir pra cá, aí eu troquei. Ficar em Portugal não era uma opção. (Zeferino)

Também neste caso vir para o Brasil foi uma contingência. Zeferino imigrou ao encontro de um irmão que já estava aqui e que tinha se estabelecido como comerciante em Seropédica.

Lá em Portugal eu era lavrador nas terras da família, terras do meu pai e da minha mãe. Tive doze irmãos, uma faleceu pequenininha. Trabalhava na lavoura e, também, tinha a profissão de carpinteiro. Estudei a até a terceira série primária. Meus irmãos todos fizeram até a quarta classe. Eu, como meu pai ficou doente... Nós tínhamos vacas e outras crias e eu tinha que tratar delas e tive que sair da escola. Aí eu saí da escola na quarta série primária, fui até o mês de maio. Eu era o mais velho, aí eu tive que tratar dos bichos. *(O senhor ficou triste de sair da escola?)* Eu nunca fui muito amigo de ler e escrever, não. Eu gostava do serviço pesado desde pequeno. Até agora ainda gosto mais desse tipo de trabalho. Eu comecei a trabalhar na lavoura com cinco anos com o meu pai. Cuidava das vacas, das ovelhas. Eu comecei a trabalhar na lavoura com cinco anos, com o meu pai. Cuidava das vacas, das ovelhas. *(Como foi a decisão de vir para o Brasil?)* Eu tinha um irmão aqui também. Eu vim em 1962 e meu irmão já estava no Brasil havia cinco anos. *(Foi seu irmão quem mandou a carta de chamada?)* Não, foi um tio meu, irmão da minha mãe, que já estava cá há muitos anos, mas quem pagou a passagem para eu vir foi meu irmão que já estava aqui no Brasil. (Zeferino)

Carlos Cadavez também entra na estatística dos que tinham uma vida dura em Portugal, exercendo múltiplas atividades, envolvendo o trabalho na lavoura assumida ocupação de acompanhante do engenheiro que fazia as obras de pavimentação em sua aldeia, até o trabalho de carregador de azeitonas. Porém, a principal motivação para vir para o Brasil foi “fugir” do serviço militar diante da possibilidade de o irmão ter que ir para a Guerra Colonial.

(Me conte isso, por que o senhor veio para o Brasil?) Porque eu tinha um irmão mais velho que estava na iminência de ir para a guerra. Angola estava em guerra, na África. Só que lá o Exército é quatro anos, era quatro anos no Exército. Minha mãe disse que ou ia os dois ou não vai nenhum. Aí eu falei: “Vou também [para o Brasil] porque mais tarde eu vou para o Exército”. *(Carlos)*

Quando perguntei a ele quem havia enviado a carta de chamada, Carlos me respondeu que tinha sido o pai que já estava no Brasil havia dez anos sem nunca ter regressado a Portugal. Conta-me isso e se cala. Aqui cabe uma informação para se compreender um pouco acerca do silêncio dos interlocutores no acionamento das suas memórias, na mesma perspectiva adotada por Pollak (1998).

Nesse momento percebi algum constrangimento de meu interlocutor em me contar sua história. Ele se tornou uma figura muito conhecida no cenário carioca por causa da “festa portuguesa”, promovida todos os sábados na Cadeg, como exposto anteriormente. Em nossa conversa, percebi que ele repetia um roteiro que já estava acostumado a cumprir nas inúmeras entrevistas para vários veículos de comunicação. Essas entrevistas estão todas disponíveis na internet e eu já as tinha assistido. Esse roteiro eu já conhecia.

Não que fosse uma história incomum o fato de o pai ter imigrado e deixado a família lá em Portugal. Era até bem corriqueira essa prática, principalmente pelo custo da viagem. Entretanto, a mudança de fisionomia dele me indicou que ali havia mais e eu queria saber o que era. Insisti perguntando sobre as circunstâncias da vinda para o Brasil.

(Seu pai estava no Brasil?) Meu pai estava no Brasil. Primeiro veio ele, depois vim eu e meu irmão. *(E sua mãe?)* Meu pai arrumou outra família no Brasil. Ele arrumou uma família aí. *(Então o seu pai veio bem antes para o Brasil?)* Veio, veio. Veio uns dez anos antes. Deixou lá minha mãe e cinco filhos. Aí quando eu cheguei no Brasil e vi aquela situação eu falei: “Não”. E me separei do meu pai logo. Eu tinha 14 anos. Logo que cheguei aqui e vi que meu pai tinha aquela situação... *(Seu pai já trabalhava aqui na Cadeg?)* Não, meu pai trabalhava no Flamengo, na Casa Vitória de Pneus, naquela época. Aí eu vi que a vida dele não era lá muito certa, aí fui morar com uns tios

em São Cristóvão. Trabalhei com os parentes quinze anos no restaurante que eles tinham. Fiquei com eles quinze anos tomando conta do bar na Silveira Martins. Depois eu comprei um negocinho para mim na Tijuca. Um barzinho, mas era fraco. *(E o senhor ficou nesse bar?)* Vendi também. Apareceu uma oportunidade de eu trabalhar numa companhia... Posso falar, é a Sadia. Era muito bom. *(Carlos)*

O pai de Carlos acabou falecendo sem nunca retornar a Portugal e esse assunto se encerra por aí em nossa entrevista.

O “sumiço” do pai do entrevistado João Martins também se deu por situação semelhante, mas com desfecho diferente.

(Como foi quando chegou ao Brasil?) Cheguei no Brasil em 1958 e fui com meu tio para Nova Iguaçu. Só quando cá cheguei é que me disseram que a tal briga tinha sido porque meu pai conheceu uma brasileira e foi viver com ela em Duque de Caxias. Eles não queriam que lá soubessem e meu pai também não. Passados pouco mais de um mês de eu estar cá fui ao encontro do meu pai. *(Seus tios sabiam onde estava teu pai?)* Sim, sim, mas não queriam dizer nada para [os parentes em] Portugal. Tinham vergonha. Meu pai era o mais novo e sempre foi aventureiro. Já lá em Portugal dava seus saltos. (...) *(Como foi o encontro com seu pai?)* Foi até engraçado. Hoje até me faz rir essa história. Fui até o botequim que ele andava na Vila São Luiz, em Caxias. Ele assustou-se ao me ver. Já fazia quatro anos e eu tinha crescido e já era um homem, mas ele me reconheceu logo. Eu fui direto a falar com ele. Ele estava no balcão junto com a nova mulher, uma mulher mais nova que minha mãe e muito caladinha, mas boa pessoa. Ele não me mandou embora. Fiquei lá com ele a trabalhar mais a mulher que ele tinha. *(E sua mãe em Portugal, como ficou?)* Eu não disse nada à minha mãe. Logo quando cheguei meu pai escreveu a ela e disse que tinha se desentendido com meus tios e tinha ido para outro sítio e agora é que estava conseguindo melhorar a vida. Então, passou a mandar novamente dinheiro e eu fiquei a trabalhar com ele. *(E o senhor no meio dessa situação?)* Era o melhor que havia para mim que cá vinha sem nada e sempre algum ia para minha mãe. *(O senhor ficou trabalhando com seu pai?)* Eu trabalhava com meu pai, mas também fazia uns trabalhos por fora. (...) Quando a mulher foi embora meu pai decidiu voltar para Portugal e eu disse que não ia. Então ele disse que se eu quisesse podia ficar com o botequim e ia lhe pagando. Eu concordei. Então meu pai voltou para Portugal e eu fiquei cá. Ele voltou a viver com minha mãe. *(João)*

Os homens “desaparecerem” ou mudarem de rumo quando da sua chegada ao Brasil não é uma ocorrência incomum. Dentro de um universo de cinco entrevistas masculinas, três narrativas informam intercorrências num sentido ou no outro. No entanto, não se pode colocar no mesmo caldeirão de afetos desaparecimentos e mudanças de rumo (separações, “traições” nas relações conjugais e formação de novo núcleo familiar).

No grupo de homens que entrevistei, somente Humberto relata o efetivo desaparecimento do seu pai após este imigrar para Venezuela. Passados alguns anos de seu pai ter imigrado ele deixou de enviar notícias e recursos. Nunca ficaram sabendo o que realmente aconteceu. Esse “sumiço” causou profundos danos de ordem emocional e financeira ao núcleo familiar formado ainda em Portugal. Aos que ficaram em Portugal (pais, mulher e filhos) fica a dor de não saber o que efetivamente aconteceu quando o imigrante apenas some. A vida fica em suspenso numa “morte sem certidão de óbito” que tem de ser elaborada sempre na expectativa de um retorno que, na maioria dos casos, não acontece. A isso se soma as dificuldades financeiras que se acirram já que o imigrante, em regra, é o provedor.

Outros dois entrevistados, João e Carlos, relatam mudanças de rumo, por assim dizer, dos seus pais ao imigrarem para o Brasil. O relato de João traz um relato de “sumiço” do pai, mas ele o encontrou quando chega ao Brasil um ano após esse “desaparecimento”. Aqui fica sabendo que o pai passou a se relacionar em nível de união estável com uma brasileira. Esse nosso arranjo afetivo do pai teria sido o motivador da falta de notícias.

Seguindo no relato do entrevistado João, ganha destaque os conflitos que o interlocutor expressa, referente à “vergonha” que seu pai sentia em relação à duplicidade de relacionamentos em relação aos parentes em Portugal. Essa “vergonha” seria, segundo seu pai, o motivo da falta de notícias por mais de um ano, ou seja, até ser encontrado por ele [João]. Isso me levou a pensar que, para além da “vergonha” como discurso de justificação, poderia estar presente conflitos morais atravessando a subjetividade desse homem. Para os que ficam resta o abandono financeiro e ainda uma espécie de “culpa” como se fossem em alguma medida responsáveis pelo abandono.

Interessante notar que João parece conviver de forma razoável com a nova mulher do pai e com o segredo. Neste caso, essa conduta parece estar relacionada a uma estratégia de sobrevivência própria e de sua mãe em Portugal. Mas, também, poderia estar em jogo uma certa relativização masculina que não vê de forma tão dramática o deslocamento afetivo do pai e os silêncios se instalam como mecanismo de autopreservação (POLLAK, 1998).

Como ele mesmo relata, quando encontra seu pai este o acolhe e volta a enviar dinheiro para a família em Portugal. O entrevistado vê na convivência pacífica com o pai e sua nova mulher como “o melhor que havia para mim que cá vinha sem nada e sempre algum ia para minha mãe”. A narrativa dele sugere que sua mãe em Portugal

não ficou sabendo da situação que ele encontrou no Brasil, recebendo normalmente o marido quando de seu retorno.

O silêncio também é o mecanismo acionado por Carlos Cadavez para resistir em falar que o “pai arrumou outra família no Brasil”. Apesar do pai do entrevistado não ter “sumido” e nem ter deixado de prover a família que permanecia em Portugal mesmo após 10 anos dele estar no Brasil, o constrangimento em o pai ter formado outra família atravessa seu depoimento. Carlos, diferentemente de João, não “aceita” o novo arranjo familiar do pai que encontra no Brasil. Carlos rompe sua relação com o pai e vai buscar apoio em um tio que também havia imigrado. Pelo seu relato, não fica claro se sua mãe soube as circunstâncias em que vivia o marido imigrado. Meu interlocutor conta que ela morreu sem nunca mais ter encontrado com o marido.

No relato de Carlos percebi um constrangimento maior em falar do fato de seu pai ter constituído outra família no Brasil. Sua fala teve um tom mais grave e estava carregada no grau de censura. Sem querer minimizar a subjetividade das emoções e a carga moral que as acionam, me pareceu exagerado em contraste com a narrativa de João. O Pai de João abandonou material e afetivamente sua família em Portugal por mais de um ano. Já o pai de Carlos estava no Brasil há 10 anos e nesse tempo nunca deixou de prover sua família em Portugal. Isso me levou a pensar se esse constrangimento maior demonstrado por ele [Carlos] estar bastante empenhado em apresentar os aspectos exitosos de sua trajetória, até por conta de sua atividade profissional.

Outra possibilidade é esse constrangimento estar relacionado ao modo como pensa que sua trajetória familiar (por conta da mágoa que guardou do comportamento do pai) será percebida por uma pesquisadora mulher. Pensando assim, é compreensível seu silêncio e sua resistência porque se trata, se fato, de um aspecto íntimo da vida familiar.

3.3. Trabalho, casamento e o lugar atribuído por eles às esposas

No meu grupo de entrevistados, como já dito anteriormente, todos vieram para o Brasil solteiros. Quatro deles se casaram aqui e um deles, Zeferino, se recusou a chamar de casamento uma união estável de 38 anos vivendo com sua companheira. Eu comentei com ele que, na prática, isso era um casamento. Ele insistiu que não. Que era solteiro. Meu interlocutor se refere a ela sem dar detalhes, nem mencionar a importância da mulher na sua vida. Aparenta mágoa e silencia.

Meu tio e meu irmão trabalhavam com comércio aqui. Meu tio já tinha um comércio e meu irmão veio trabalhar no comércio com ele e eu vim trabalhar com eles. Era aqui em Seropédica. Quando eu vim de Portugal eu vim direto para Seropédica. Não estive em outro canto antes. Eu pensava em sair de onde vivia e o Brasil era um lugar para vir que era melhor do que Portugal naquela época. Não tinha outra maneira. O Brasil é muito bom. Para mim eu gostei daqui. Até hoje eu gostei de estar cá. Eu vim para Seropédica e trabalhei com meu irmão muito e depois eu fiquei sozinho. (*E seu irmão?*) Meu irmão ainda é vivo e está cá em Seropédica. Ele é mais novo que eu. Era dele o melhor comércio que tinha aqui em Seropédica. No começo eu fiquei com ele, depois vim pra cá (*se referindo ao depósito de bebidas que é proprietário*). Eu queria trabalhar e em Portugal não tinha assim trabalho. Nenhuma condição de trabalho, só na lavoura. Naquele tempo. Hoje tem mais trabalho lá. Na profissão de carpinteiro às vezes tinha serviço, mas era difícil. Hoje Portugal é melhor do que o Brasil, mas naquele tempo era pior que o Brasil (*O senhor se casou e teve filhos?*) Eu nunca me casei, sou solteiro, mas vivi com uma pessoa 38 [anos], mas não casei. (*Como era o nome dela?*) O nome dela era Neuza e já faleceu. Ela já tinha filhos, mas meus não. Eu ajudei a criar, mas eles não se dão comigo não. Eu tenho um pensamento, eles outro. (*Zeferino*)

Américo imigrou para o Brasil solteiro, mas deixou uma noiva em Portugal e o casamento se deu por procuração¹², uma prática também encontrada na literatura sobre imigração. No caso dele, houve uma cerimônia de casamento na igreja da aldeia onde ela morava.

Já era noivo da Rute em Portugal quando vim. Só depois de dois anos de estar cá é que a Rute veio para o Brasil. Primeiro nos casamos e só depois ela veio. (*Como foi isso, o senhor estava aqui e ela lá?*) Nos casamos por procuração. Meu pai entrou com ela na igreja. (*Na igreja?*) Sim. Mandeí uma procuração e meu pai lá ajeitou com o padre e fez o casamento como se eu lá estivesse.

Américo se estabelece como comerciante no Brasil. Ao narrar suas memórias sobre o percurso da vida, posiciona sua mulher dentro de sua trajetória, como determinante para o desenvolvimento da vida familiar no novo país. Após a morte da esposa, Américo volta a viver em Portugal.

Depois de já estar a Rute cá eu fui ser motorista de caminhão. (*E seguiu trabalhando com o caminhão?*) Sim, mas com o meu. Economizei um dinheiro e comprei um caminhão pequenino e fui trabalhar transportando oxigênio para a White Martins que tinha uma fábrica em Mesquita. Com o dinheiro que eu juntei durante o tempo

¹² O casamento pode celebrar-se mediante procuração que outorgue poderes especiais para receber, em nome do outorgante, o outro contraente. Procuração é o ato em virtude do qual uma pessoa dá a outra o poder de fazer alguma coisa para o outorgante dos poderes e em nome desse.

que trabalhei com entregas comprei um açougue. Já aí tinha os três (*referindo-se aos filhos*), a Ilda, a Emília e o Basílio. Fui sempre comerciante. Primeiro o açougue, depois padaria, lanchonete. Quando os filhos ficaram maiores, a Rute foi trabalhar comigo na padaria para não ter que contratar um funcionário. (...) Eu saí de lá porque havia um mundo melhor fora. Era isso que todos diziam. E como voltar desse mundo melhor com uma mão atrás outra na frente... (*Américo*)

A narrativa de Américo assinala um aspecto importante para o imigrante que é o não fracassar, de mostrar aos conterrâneos que é bem-sucedido (SAYAD, 1998; MENEZES, 2015). Os que migram levam consigo certa “obrigação” de prosperar e, em razão disso, podem levar anos, décadas até voltarem, ou mesmo, nunca o fazer. Não regressar ao local de origem, entre outras razões, se dá porque não se pode voltar pior do que se partiu, financeiramente.

Segue Américo, em seu relato:

E tinha a Rute. Minha mulher dizia que gostava de viver aqui. Minha mulher via Portugal como um lugar muito triste, muito depressivo, as mulheres com aquele luto. Aquilo tudo muito severo. A ideia de aldeia. Minha mulher dizia que saiu dali por tudo aquilo e não queria voltar para aquilo.

Américo também aponta o desejo da mulher de não retornar a Portugal como um inibidor dessa possibilidade. Analisando essa fala, percebo que o retorno sempre imaginado e a vivência da imigração permeada por um constante “não estar nem lá, nem cá”, tal como identificado por Sayad (1998), no caso de Rute, mulher de Américo, não se passa desta forma. Como ele ressalta, a sua mulher via Portugal (lembrando que o Portugal desses imigrantes era sua aldeia) como um lugar triste, depressivo e lúgubre e não queria “voltar para aquilo”. Imaginar voltar a viver em Portugal parecia assustador a Rute.

Certamente houve um estranhamento nas vivências de Américo e Rute na chegada ao Brasil com relação à cultura, à moralidade e outros aspectos da vida, mas o que se percebe é que, com o tempo, para Rute o estranhamento maior passou a ser com o lugar de origem. Um dado relevante é o quanto a vontade dela foi determinante para esse retorno não acontecer enquanto ela esteve viva.

(Mas o senhor está vivendo em Portugal há alguns anos. Só vem ao Brasil a passeio, afirmo) Foi depois da morte da Rute. A minha vida era muito nós cinco. Eu, Rute e os filhos. Com a morte da Rute não quis mais viver no Brasil. (*Américo*)

O retorno de Américo a Portugal após a morte da esposa nos revela a noção de provisoriedade que acompanha a imigração. Voltar para Portugal estava bem

internalizado em Américo que, efetivamente, retorna, confirmando o fenômeno pesquisado por Sayad (1998), em outros contextos. Meu interlocutor vai em busca, mesmo que inconscientemente, dos laços de referência que tinha lá deixado. Nunca se sentiu pertencendo ao Brasil. Chegando em Portugal casa-se com uma irmã da mulher falecida.

Então, alguns meses depois que a Rute morreu eu fui embora. Já estava com 62 anos. Quando fui casar com minha cunhada, Alice, vim fazer as partilhas. *(Então o senhor casou novamente em Portugal?)* Casei com uma irmã da Rute. Eu fui e fiquei lá alguns meses e fui morar com uma cunhada minha, a Alice, que era irmã mais nova da Rute. *(Américo)*

O entrevistado João também destaca a importância da mulher para o avanço econômico quando fala da melhora da vida familiar teve com o suporte da esposa nos negócios e nas tarefas cotidianas.

(O senhor se casou?) Já cá estava há quatro anos, conheci minha mulher, filha de portugueses, Maria de Fátima. Um ano de namoro e a ajeitar tudo nos casamos. Quando nos casamos ela veio me ajudar no comércio e aí melhorou muito. Junto com ela fui aumentando os negócios. Acabei de pagar a loja e construí uma casa em cima da loja onde fomos viver. Já tinha meu filho, Antônio e depois veio minha filha, a Maria Palmira. *(João)*

Outro aspecto a ser destacado é o modo como a sociabilidade dos imigrantes portugueses no Brasil era importante para os encontros matrimoniais. Esse aspecto está presente tanto na narrativa do entrevistado João, que se casou com uma filha de portugueses imigrantes, quanto na do entrevistado Humberto, que se casou com uma portuguesa.

Humberto reporta o esforço despendido para “tocar” a vida aqui no Brasil e ainda enviar algum dinheiro à mãe que ficou em Portugal, enfatizando a importância da parceria com a mulher.

(...) conheci a Lurdes, minha mulher, também portuguesa. A conheci numa festa na casa de uns amigos do meu tio. Ela tinha vindo para o Brasil com os pais encontrar o tio e os irmãos que já cá estavam. Em um ano namoramos e casamos. *(E depois do casamento, como foi a vida?)* Trabalhamos os dois no botequim e depois o botequim virou um restaurante pequeno. Nasceu o Artur, nosso filho mais velho, e logo depois nasceu a Tereza e, em seguida, a Verônica. E assim foi indo. Criando os filhos, trabalhando muito. Sempre mandava também algum dinheiro para minha mãe. (...) A Lurdes, que era quem me ajudava, tinha que cá ficar para cuidar dos filhos. Eu então arrumei um ajudante, mas foi uma desgraça. O homem só tomava cachaça. (...) Um dia, quando eu voltava pra casa à noite, tive um acidente. Acabei

com o carro numa árvore. Dormi no volante. Fiquei um mês sem poder trabalhar e a Lurdes passou a ir sozinha para lá.

O reconhecimento discursivo sobre o importante papel desempenhado pela esposa, tanto na criação dos filhos como na administração do estabelecimento de comércio, atravessa também a narrativa de Carlos Cadavez. Ele descreve o casamento como o melhor que lhe aconteceu na vida e ressalta o modo como foi fundamental para sua expansão econômica e social.

Depois de várias atividades profissionais, inclusive como empregado na Sadia, Carlos conheceu a mulher, casou-se e tornou-se dono de bar. A mulher, brasileira, de nome Ilda, o acompanha no trabalho e, segundo ele, foi responsável pela compra do bar na Cadeg que se tornou o ‘Cantinho das Concertinas’.

Apareceu uma oportunidade de eu trabalhar numa companhia, posso falar, é a Sadia. Era muito bom. Uma firma maravilhosa. Aí eu trabalhei lá sete anos. Então eu ganhava bem, mas eu era solteiro e eu estourava tudo. Tudo que eu ganhava eu estourava. Solteiro, carro novo, ganhava bem e mais que um gerente, resolvi me casar. Mas eu era viajante. Trabalhava em Cabo Frio e eu, pra me casar, eu ia na segunda-feira, voltava na quarta-feira. Depois ia na quinta-feira e voltava na sexta-feira. Aí eu conheci a minha esposa. Aí eu pedi as contas da Sadia e comprei um bar em São Cristóvão. Fiquei lá nove anos. Um dia cheguei em casa e minha mulher viu no jornal este bar à venda. *(Como é o nome de sua esposa, ela é portuguesa também?)* Ilda. Ela é brasileira. Aí este bar estava à venda. Aí ela falou: “Vai lá”. Ela tinha um primo desempregado. Aí eu vim aqui num dia à tardinha. Aí eu comprei para colocar o parente dela pra trabalhar aqui, né. Ai o cara não queria nada com o trabalho. Aí eu vendi lá e vim pra cá. (...) Mas cheguei aqui.... Trabalhei, trabalhei, trabalhei e sempre há que se ter sorte. Construí alguma coisa. Casei, a melhor coisa da minha vida foi o casamento.

No meu campo, o relato de Carlos Cadavez, em sintonia com os relatos de Américo, João e Humberto, sugere um rompimento na ideia recorrente de que a vida privada tem importância apenas para as mulheres enquanto os homens dariam mais importância à vida pública (trabalho, política, amigos, etc.). Meus interlocutores colocam em evidência o papel assumido pela mulher no sucesso de suas trajetórias.

Essa abordagem me faz pensar que a imigração, com a carga de ruptura que carrega em si, pode provocar alterações nas relações de gênero ensinadas/estabelecidas no país de origem. No meu campo, observo uma negociação nas expectativas ao comportamento de gênero de cada membro, fortemente relacionadas às especificidades do próprio processo migratório, que exige união de

forças e parceria efetiva, ainda que as narrativas deixem claro que os cuidados com os filhos e com a casa ficavam a cargo das mulheres. Contudo, não deixei de pensar que essa ênfase no papel desempenhado pelas esposas também poderia ser estimulada, em parte, pelo fato de eu ser uma pesquisadora mulher.



Fig. 10 – Carlos Cadavez e a esposa no local de trabalho. Foto feita pela pesquisadora

3.4 – Política, tiros e sorte

Mais do que nas entrevistas com as mulheres o tema da política aparece nas entrevistas com os homens, mas de maneira incipiente. Uma menção aqui, outra acolá, mas sempre provocada por minhas perguntas. Dos meus entrevistados somente dois fazem referência ao tema, Zeferino e Carlos.

Quando provocado por mim, Zeferino emite uma opinião: inicia afirmando faltar “comando” no Brasil, revelando um pensamento político com viés autoritário. Quanto à época em que estava em Portugal diz ter percebido que se tratava de uma ditadura (Salazar), mas que gostava de como a conjuntura se desenrolava. Para tal, traça uma analogia com a condução de uma casa onde a figura do pai deve ser a figura de comando e suas ordens devem ser obedecidas,

Em tudo pra mim o Brasil é muito bom. Para mim é o melhor país do mundo, mas agora, sabe como é, falta comandante. *(Percebo que o senhor tem algum interesse político. O senhor já participou de algum movimento de política?)* Não, não, não. Eu não participava de nada. Para me tornar eleitor no Brasil tinha que deixar de ser português, me naturalizar. Nunca quis deixar de ser português. *(E lá em Portugal o senhor sabia das questões políticas?)* Não, não, não. Naquele tempo lá era ditadura do Salazar. Eu via que era uma ditadura, mas eu gostava daquela coisa do Salazar. Ele era firme, educação, esse negócio. O pai falava e ele é que mandava. E para ter a organização de uma casa o pai tem que mandar e não o filho, no meu modo de ver, claro. Para mim, para o meu modo de ver, o Brasil é o país melhor do mundo, falta comandante. *(Zeferino)*

Carlos narra um episódio de repressão e castigo sofrido por ele em Portugal relacionado ao imaginário construído sobre o comunismo e como esse episódio marcou sua conduta posterior.

(Como o senhor se relacionava com a política?) Eu não tinha relação nenhuma. Eu nem sabia o que era política. Ninguém tinha televisão. Quando eu cheguei no Brasil não tinha geladeira. Muita pouca gente tinha uma geladeira, uma televisão. Eu sei que uma vez lá em Portugal eu fui pegar aqueles panfletos de um general, Humberto Delgado, e “era comunismo”. Levei uma surra quando cheguei em casa porque andava com os bolsos cheios daqueles papeis. Lá quem fosse contra o Salazar sumia do mapa. O cara sumia do mapa. Depois disso eu não quis saber de mais nada. Aqui no Brasil eu só fazia trabalhar e não me interessava por nada. Às vezes, no bar surgia um assunto ou outro, mas eu não queria saber de nada disso. Ficava bem caladinho. E assim fui vivendo, me dando com todo mundo. Muitos políticos vêm aqui, mas eu não estou com ninguém e estou com todos. *(Carlos)*

Todos disseram que o interesse político não faz parte do seu rol de interesses, mesmo que eu tenha observado que, pelo contexto de saída de Portugal e a trajetória no

Brasil, o engajamento político tenha ocorrido em alguns casos, mas não como participação direta (vontade de ser eleitor, por exemplo). Isso não é uma especificidade do meu campo. A participação direta na política não é espaço de interesse da maioria dos imigrantes, mesmo que tenham imigrado por questões políticas (SAYAD, 1998). Assim, o tema saiu do meu campo de observação.

A literatura sociológica e antropológica sobre imigrantes, muito frequentemente, descreve seu modo de vida considerando como recorrentes as privações, a poupança, a simplicidade e a ascensão social. Ao analisar as falas do meu grupo eu acrescentaria a questão da violência. Essa violência urbana estampada diariamente nos jornais, que atravessa o corpo e se instala na vida, especialmente de moradores do estado do Rio de Janeiro. Eu encontrei isso nas narrativas de Américo, que se fixou em Mesquita, e de Humberto, estabelecido em Piabetá, ambos locais da Baixada Fluminense.

A Baixada Fluminense, onde se instalaram quatro dos meus interlocutores, historicamente, foi/é suscetível a maiores índices de violência urbana. Essa violência se espelha na narrativa deles ao falarem dos vários assaltos sofridos em seus estabelecimentos comerciais. Tanto Américo como Humberto viveram episódios em que foram alvejados por armas de fogo, sofrendo as consequências físicas e emocionais dessa tragédia pessoal. Fiquei profundamente afetada por suas histórias.

*(Depois que veio para o Brasil pensou em voltar para Portugal?)
Quando levei um tiro num assalto pensei em voltar. Fui assaltado muitas vezes no açougue, até que levei um tiro num assalto no açougue e fiquei muito mal e pensei em voltar para Portugal, mas voltar para lá com uma mão na frente outra atrás seria uma humilhação. (Américo)*

Novamente, Américo ressalta a impossibilidade de voltar para Portugal se encontrando em situação adversa. Apesar de a extrema violência vivida por ele, entende com humilhação “voltar para lá com uma mão na frente outra atrás.” Os valores da honra, da busca de ascensão social, o medo do fracasso e da imagem de derrotado diante dos compatriotas é aterradora.

Episódio de extrema violência também foi experimentada por Humberto. Em um assalto no seu estabelecimento comercial foi alvejado ao tentar proteger o filho que estava presente no momento da ação criminosa. Humberto arrisca a própria vida para salvar a vida do filho. A tragédia que se abateu sobre Humberto muda os rumos da sua vida. Como ele mesmo diz: “Nunca mais tive saúde boa. Perdi o baço e parte do intestino”. Conta ele:

A vida era isso e assim foi até ter um assalto no botequim e eu levar um tiro. (*Quando foi isso?*) Em 1988. Sempre teve assaltos por aqui. Eu já tinha sido assaltado antes, mas era mais o susto da qualquer coisa. Não deixava a féria no botequim. O prejuízo não era muito. A gente aprende a se defender. No dia do tiro, o Artur [seu filho] estava no bar a me ajudar. Ele já andava na faculdade e tinha acabado de chegar e foi para lá como sempre fazia. Dois caras chegaram, pediram uma cachaça cada um e disseram que era um assalto. Meu filho se assustou. Ficou nervoso e um dos homens o agarrou pelo braço e apontou a arma para a cabeça dele. Eu me atraquei com o homem. Nem pensei em nada, só fui pra cima do homem. Ele me deu um tiro e eu caí, mas continuei agarrado à perna dele. O que estava na porta a vigiar fugiu e meu filho a gritar. Foi juntando gente, juntando gente e pegaram o que eu estava agarrado e lhe bateram muito. Eu não sentia dor. Só uma coisa queimando na minha barriga e não conseguia me levantar. Fui ficando fraco e só acordei no hospital, já operado. Fiquei no hospital mais de um mês. Nunca mais tive saúde boa. Perdi o baço e parte do intestino. (*Humberto*)

A história das violências sofridas por ambos também, em certa medida, faz parte da história do meu pai e, conseqüentemente, da minha. Meu pai foi comerciante na Baixada Fluminense e a minha adolescência foi marcada por vários assaltos ao botequim. Em dois deles eu estava presente. Em um, dentre tantos assaltos que meu pai sofreu, desferiram cinco tiros em sua direção. Ele correu e nenhum tiro chegou a atingi-lo. Eu digo que o assaltante tinha péssima pontaria porque meu pai não era um homem franzino. Meu pai dizia que tinha sido Nossa Senhora de Fátima¹³ que o havia protegido. Mesmo com toda a fé na santa, ele passou a andar armado.

Não fiz um estudo estatístico dos dados da violência nos anos desses acontecimentos, mas minha percepção da época é de que esses imigrantes, pequenos comerciantes desses lugares situados na Baixada Fluminense, significativamente, de origem portuguesa, estavam vulneráveis a esse tipo de ocorrência.

As motivações para imigrar, neste grupo pesquisado, não diferem do que foi relatado na literatura sobre imigração: pobreza no local de origem, busca de oportunidades de trabalho e o desejo de ‘fugir’ do serviço militar. Portugal era a sua aldeia e, na maioria das narrativas, continuou sendo, mesmo depois de anos no Brasil.

¹³ A história de Portugal cruza-se incontornável e indelevelmente com o culto mariano. A relação de Portugal com a Virgem Maria remonta às suas origens e conta com uma longa experiência pré-nacional. As aparições na Cova da Iria em Fátima em 1917, para três crianças (os três pastorinhos) reportadas pela Igreja Católica e seus devotos, criam uma Virgem Maria deles próprios e que aparece em Portugal reafirmando o vínculo que a une a esse povo. Essa é a crença fortemente enraizada na religiosidade portuguesa.

Findos os laços que os uniam a seu 'lugar', não esboçam mais o interesse em voltar. Já suas trajetórias no Brasil apresentam as especificidades que só uma mirada mais próxima desvela e suas narrativas neste sentido são bastante expressivas.

Uma trajetória, em especial, destoa das demais: a trajetória de Carlos Cadavez. Isso sinalizou, em contraste com os outros entrevistados, que o lugar onde o imigrante se estabelece, a coesão de uma rede de apoio mais extensa, a disposição para o trabalho intenso (característica de todos) e a sorte, é claro, faz a diferença. Até a maneira como esse entrevistado se refere à esposa, indicando, discursivamente, a importância dela na construção do sucesso financeiro no Brasil é diferente das outras narrativas que, se referindo as mulheres, consideram o trabalho delas, de certa maneira, como subsidiário.

Carlos Cadavez se instala na cidade do Rio de Janeiro onde se encontrava sua rede de apoio. Quando essa rede de apoio se formou e, também, quando ele imigrou, a cidade do Rio de Janeiro era a capital do Brasil com todas as especificidades que esse *status* jurídico-político-administrativo confere ao local em termos de segurança, desenvolvimento econômico, concentração de renda e infraestrutura. Em contraste, os outros integrantes do meu grupo, contando também com rede de apoio, se instalaram em cidades periféricas do Estado do Rio de Janeiro que careciam (e ainda carecem) das estruturas encontradas na Capital.

Geograficamente falando, ele já se instalou em um lugar que favorecia um desenvolvimento mais seguro, com menos riscos externos. Além disso, durante sete anos, ele trabalhou numa grande empresa alimentícia, o que favoreceu o aprendizado de outros saberes, o que, sem dúvida, se converteram em capital social e simbólico (BOURDIEU, 1989), contribuindo significativamente para seu sucesso quando passou a desenvolver suas atividades laborativas na Cadeg, reconhecido centro de comércio que aglutina portugueses.

Carlos Cadavez soube, com maestria (e como ele mesmo diz, sorte), se apropriar de manifestações folclóricas de sua pátria e, com elas, reinventar o seu país numa viela da Cadeg, onde se reúnem todos os sábados dezenas de portugueses de todas as partes de Portugal, descendentes, simpatizantes e curiosos para ouvir as concertina. Esse lugar, na prática, se transformou em um espaço de referência como núcleo de sociabilidade, de pertencimento, de identificação e de preservação da memória.

3.5. Os descendentes e o gênero: um olhar para o meu grupo

Ao pesquisar os descendentes¹⁴ destes portugueses cujas trajetórias são o objeto de estudo nesta dissertação, observei traços de trato diferenciado bem expressivos entre as mulheres e os homens, mas é importante ressaltar que tais aspectos não são uma característica exclusiva deste campo.

Contudo, em duas entrevistas, as questões relativas a gênero se mostraram para mim significativas, me indicando como as implicações de gênero interferem no ajuste familiar e em como determinados “ajustes” estão naturalizados.

A primeira situação encontrei na narrativa do entrevistado Américo. Sua relação com os filhos, depois da morte da mulher, se revela deteriorada e sugere uma conjuntura de confronto que causou rupturas. Os filhos não aceitaram o casamento do pai com a tia e isso provocou um afastamento que, de certa maneira, mesmo passados muitos anos, marca esse núcleo familiar e os laços de afeto.

Com a morte da Rute não quis mais viver no Brasil. (*E a vida que tinha no Brasil?*) Nessa altura eu tinha uma lanchonete no centro de Nova Iguaçu. Passei a lanchonete para o Basílio, que foi o único filho que não quis estudar. As filhas fizeram faculdade, mas o Basílio nunca quis saber muito de estudo. A Ilda já estava casada e formada. Meus filhos não aceitaram... (*se referindo ao casamento com a cunhada*). Os mais velhos em Portugal achavam normal, mas meus filhos não aceitaram. Então eu vim ao Brasil, fiz as partilhas. Não tirei nada dos meus filhos. Eu dei tudo para meus filhos. Deixei uma casa para cada filho e algum dinheiro. Meus filhos pertenciam à mãe. (*Américo*)

Diante da resistência dos filhos face ao seu novo matrimônio, Américo volta ao Brasil e faz as partilhas dos bens entre os filhos. Essa atitude, além da sua previsão legal, afirma seu papel de provedor, papel esse que compõe a identidade masculina tanto no Brasil como em Portugal. Com o filho homem, Basílio, fica a lanchonete (que era o negócio da família). Já em relação à filha mulher, Ilda, meu interlocutor ressalta que ela está formada e casada.

Ilda, filha de Américo, é uma das descendentes por mim entrevistadas. Essa questão abordada pelo pai, de certo privilégio dado ao irmão, é abordada por ela em vários momentos da sua narrativa. No entanto, ela diz que a conduta privilegiando o irmão não vinha só do pai, mas também da mãe. Muitas vezes, a mãe (Rute) passava a

¹⁴ Realizei seis entrevistas com descendentes de portugueses, porém, devido ao tempo escasso para a finalização da dissertação, esse aspecto dos descendentes será abordado em trabalhos posteriores, possivelmente em artigos.

“mão na cabeça” do irmão, ou seja, relevava as atitudes dele, que, no olhar de Ilda, eram erradas, estimulando o caráter descompromissado com que o irmão lidava com a vida.

A afirmação de Américo de que “os filhos pertenciam à mãe” indica, numa análise imediata, a confirmação do que a literatura sobre gênero assegura sobre a ideia de ser da mãe a responsabilidade sobre os filhos, mas me parece que essa fala vem marcada também pela mágoa dos filhos que não aceitaram suas escolhas. Há um drama vivido por essa família. A esposa e mãe, Rute, morreu de maneira trágica em um acidente de trânsito e a condução desse acontecimento foi doloroso para todos.

No desabafo de Américo, é como se ele dissesse: “Meus filhos ficaram do lado da mãe”, como se essa mãe também se sentisse traída pelo fato de que, após sua morte, o marido tenha escolhido a sua irmã como cônjuge.

Carlos Cadavez, que só teve uma filha, pretende montar um negócio em Portugal. Sua filha e genro vão passar a viver lá.

(O senhor falou em colocar um negócio em Portugal. O senhor pretende voltar para Portugal?) Eu não vou mais embora para Portugal. Agora já não vou mais não. Agora vai ser eu ir lá todo ano. Quem vai é o genro tocar o negócio. (...) Minha filha vai ter um neném agora. *(Carlos)*

A ponderação de Carlos de que será o genro quem vai “tocar o negócio” seguida da informação de que a filha vai ser mãe, me sugeriu que ele não vê a filha como sucessora na administração do negócio da família e que a dedicação à maternidade é um caminho naturalizado para a filha. Reflito sobre isso não só pela fala dele, mas também pelo que observei quando estive com Natália (filha de Carlos) quando de minha visita ao Cantinho das Concertinas.

Naquela oportunidade, estando o “Seu Carlinhos” ausente por motivo de doença, me chamou atenção que a filha ocupava o caixa do bar e o genro circulava pelas mesas falando com os clientes e comandando os empregados. Anotei essa observação no meu diário de campo. Isso pode significar o que a literatura sobre imigração já identifica como sendo naturalizado: cabe ao filho homem tocar no futuro o comércio e, no caso de Carlos, na ausência de filho homem, o genro exerceria esse papel.

Esses dois casos ilustram o modo como as construções de gênero podem se reproduzir na sociedade e, mais especificamente, dada a natureza desta dissertação, na relação entre imigrantes e destes com sua descendência, mesmo que esses filhos e filhas de imigrantes naveguem entre duas culturas, em gerações diferentes e com objetivos próprios do seu tempo histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se há certa crueldade no fato da vida continuar depois da morte de quem se ama, há beleza também. Se o amor não é suficiente para garantir a memória dos que se foram – com o tempo esquecemos o cheiro, a cor dos olhos, o formato dos rostos – os objetos estão aí para nos ajudar a lembrar e a recriar nossos mortos. Werner e Olly se empenharam, cada um à sua maneira, em colecionar a si mesmos e foi através dos objetos colecionados que posso falar deles hoje, contar a sua história, forjar seu passado, e reviver um pouco de suas tristezas e alegrias. É assim que o futuro está contido no passado, tendo o presente como dádiva. (Patrícia Reinheimer, 2016)

As memórias da minha própria trajetória como imigrante num determinado tempo-espaço em arranjo com as dos meus pais e a dos avós me inspiraram e conduziram no percurso desta pesquisa. Essa proximidade tornou ao mesmo tempo fértil e, também, complexa essa empreitada de investigação antropológica acerca da migração. Hoje os que me antecederam em linha de ascendência direta estão mortos e só podem ser “ouvidos” através de mim.

Este trabalho não deixa de ser uma forma de reverenciá-los. O trecho em epígrafe fala disso e me fez pensar o presente como dádiva (MAUSS, 2003) tanto na ideia de continuidade da vida, quanto na própria condição de imigrante. Dar, receber e retribuir, assim passei a ver a imigração.

Essa ideia vai tomando mais corpo à medida que passo a “conviver” e analisar as memórias dos meus entrevistados – mulheres e homens imigrantes – e a decifrar como eles desenvolveram suas identidades, no sentido que Pollak (1992) conferiu ao termo identidade, como sendo a imagem que o sujeito assume em relação a si mesmo e aos outros. A construção dessas memórias determina o trânsito entre pertencer/não pertencer e entre provisório/ definitivo.

O primeiro ponto que analisei extraindo aspectos das memórias dos meus entrevistados foram os vários contextos históricos e legais que criaram as condições para que o processo imigratório ocorresse. Para tal, usei suporte teórico da literatura sobre História, Direito, e mais especificadamente, sobre a imigração portuguesa para o Brasil.

A análise sobre as trajetórias de cinco mulheres imigrantes portuguesas que entrevistei, apresentadas na segunda parte do trabalho, mostra meu encontro com mulheres que tinham estruturas limitantes muito semelhantes no local de partida e no

Brasil também encontraram mecanismos de reprodução dessas estruturas. Porém, não encontrei mulheres entregues inexoravelmente a um destino. Em seus relatos, elas revelam formas de agência nas situações experimentadas e delas extraem impressões, conceitos, refazendo a si mesmas em suas indagações, seus ressentimentos e suas aspirações. Observo, também, que o sentido de pertencimento é dado pelos afetos que as povoam.

Já na parte final desta dissertação lanço meu olhar para as trajetórias de cinco homens imigrantes portugueses. Nesse grupo se destaca a clara interrelação entre migração e desenvolvimento pessoal concentrado na percepção sobre as condições econômicas e sociais tanto do local de origem como as do destino. Diferentemente das mulheres do meu campo, a emigração era a opção de vida para o futuro desses homens, mais do que só uma estratégia de sobrevivência, eles enxergavam na emigração o único caminho para prosperarem.

No grupo de mulheres e homens que pesquisei, a ideia de “provisoriamente” (SAYAD, 1998) que acompanha a imigração se perde no tempo e o que poderia ser provisório se torna, por vezes, definitivo à medida que a ascensão financeira ocorre e novos laços afetivos se formam. Somente um dos meus entrevistados rompe laços aqui e volta a viver em Portugal em busca de um Portugal que só existe na sua memória.

Contudo, mais do que expor elementos abstratos sobre os valores desses imigrantes, busquei perceber como mulheres e homens dentro do meu grupo observado negociam esses valores e práticas, enfatizando o papel de cada um na esfera pública e privada e a busca de uma conciliação entre essas duas esferas.

No grupo analisado, essa negociação entre mulheres e homens é marcado por tensões na medida em que esse grupo precisa negociar visões sedimentadas acerca dos papéis e das representações em torno do feminino e do masculino.

A divisão entre dois grupos – mulheres e homens – mostrou distintas percepções, principalmente acerca dos motivos da imigração e sobre o lugar ocupado no local de acolhida. Nesse contexto, o “gênero” foi acionado como elemento essencial para a formulação sobre o que significa ser português/portuguesa vivendo no Brasil, considerando que esses imigrantes vieram para o Brasil entre os anos de 1955 e 1965.

Pobreza, falta de opção de trabalho, abandono e guerras estão presentes em suas memórias e essas memórias explicam, em grande parte, as representações que elaboram sobre o processo migratório. Com essas informações busquei traçar como eles

construíram as memórias de suas trajetórias de vida, trajetórias essas atravessadas pela imigração e pelos novos sentidos conferidos às suas autoidentificações.

Quanto ao gênero, entendo que o gênero não é um estudo sobre a mulher, mas uma categoria construída na relação e, também, presente nas memórias dos homens. Isso fica evidente nas relações estabelecidas entre eles e presentes nas memórias que os dois grupos acionam.

Enfim, através dos resultados desta dissertação - e para além de qualquer limitação que contenha -, espero ter conseguido contribuir para uma visão menos abstrata e mais centrada nas preocupações cotidianas dos imigrantes, com seus objetivos, conquistas e perdas, nas relações construídas no confronto com alteridades, nas quais acionam significados específicos. No caso desta pesquisa, estas relações engendram memórias e identidades marcadas pelo gênero e, também, pelos pertencimentos de classe.

Além dos imigrantes portugueses, cujos relatos foram analisados nesta dissertação, fiz também seis entrevistas com descendentes de portugueses. Esse material não chegou a ser trabalhado nesta oportunidade, dado o tempo escasso, mas será, provavelmente, objeto de análise em artigos ou de numa possível tese de doutorado. Por ora, duas questões posso ressaltar: a relação desses filhos com a origem da ascendência nem sempre foi pacífica e nem sempre o sentido de pertencimento ao local de origem dos pais se faz presente. Pode-se destacar também a e alta escolaridade de todos os descendentes entrevistados, alcançando o nível universitário. Essa escolaridade era fortemente incentivada e, mesmo em situações adversas, sacrifícios eram feitos pelos ascendentes para que não houvesse interrupção dos estudos. A longa escolaridade era vista como a “grande herança”, segundo o relato desses descendentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIFES, Marco Fortunato. *A Primeira Guerra na África, Angola e Moçambique (1914-1918)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

CARRIÇO, Antônio de Salvo. Configurações hierárquicas em um balcão de padaria. *Revista Theomai Journal Estudos críticos sobre Sociedad y Desarrollo / Critical Studies about Society and Development*, v. 33, 52-68, 2016.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Brasil: um refúgio nos trópicos. A trajetória dos refugiados do nazifacismo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CIOCCARI, Marta. Reflexões de uma antropóloga “andarina” sobre a etnografia numa comunidade de mineiros de carvão. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 217-246, jul./dez. 2009.

DA MATTA, Roberto. O ofício do Etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues” in NUNES, Edison de O (org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. Pp. 23-35.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, H. et al (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. Editora UNESP: São Paulo, 2009, p. 173–178.

FERRARIA, Maria José. *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*. Porto: Edições Afrontamento, 2009.

GELLNER, Ernest. Os mitos da Nação e da Classe. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.) *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIUMBELLI, Emerson. Para além do ‘trabalho de campo’: reflexões supostamente malinowskianas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, n. 48, 2002.

GRANGEIA, Mario Luis. Memórias e direitos na imigração portuguesa no Brasil do Século XX. *História*, vol.36, França Epub Oct 30, 2017. Disponível em: Acesso em 19/09/2019.

GUEDES, Moema de Castro; ARAÚJO, Clara. Desigualdades de gênero, família e trabalho: mudanças e permanências no cenário brasileiro. *Gênero*. v.12, n.1, p. 61-79, 2, 2011.

HABERMAS, Jürgen. Realizações e Limites do Estado Nacional Europeu. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.) *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2000.

HABERMAS, Jürgen.. *A Inclusão do outro: estudos de teoria política*. Ed. Loyola: São Paulo, 2002.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set/dez. 2007.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. Editora UNESP: São Paulo, 2009, pp. 67–75.

KOIFMAN, Fábio. *Imigrante ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

LAMOUREUX, Diane. Público/privado. In: HIRATA, H. et al (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, pp. 208–2013.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Migração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

MACHADO, Lia Zanotta. Família, honra e individualismo. *Série Antropológica*, v. 47, 1-16, 1985.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Mobilidades e escritos: mensagens trocadas São Paulo – Portugal 1890-1950. *História: Questões & Debates*, Curitiba, Editora UFPR, n. 56, jan./jun. 2012.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva. Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru: EDUSC, 2002.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 200-212.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2. n. 3, 1989, pp. 3-15.

REINHEIMER, Patrícia. Etnicidade distribuída: múltiplas afiliações e posicionamentos na construção de si.. Organização: NETO, Helion Póvoa; PETRUS, Regina; SANTOS, Miriam de Oliveira. Em: *Migrações: rumos, desafios e tendências* Rio de Janeiro: PoloBooks, 2016, pp. 75-104.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração: ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp. 1998.

SANTOS de Oliveira, Miriam. A noção de identidade e seu uso nos estudos migratórios. *REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, vol. 18, n. 34, enero-junio, 2010, pp. 27-43.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. O avesso e o direito: concubinato e casamento numa comunidade do noroeste português. *Paideia*, 2002,12 (22), pp. 39-56. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v12n22/05.pdf> Acesso: 18/09/2019.

SCOTT, Joan. *Gênero: Uma Categoria Útil Para Análise Histórica*. Traduzido por Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Nova Iorque: Columbia University Press. 1989.

SILVA, Brasilina Pereira da. *Cartas de Chamada. A dimensão familiar da emigração. CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade*. Porto, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In SILVA, Tomaz Tadeu (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

STRENGER Irineu. *Direito internacional privado*. São Paulo: LTr Editora, 2003.

THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe operária inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 1987, v I e v. II.

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose. Antropologia das Sociedades Complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. Em SILVA, Tomas Tadeu (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 7-72.